

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
---------------------	---

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	2
---------------------------------------	---

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	4
--------------------------------------	---

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	5
-------------------------------	---

3.2 - Medições não contábeis	6
------------------------------	---

3.3 - Eventos subsequentes às DFs	7
-----------------------------------	---

3.4 - Política destinação de resultados	8
---	---

3.5 - Distribuição de dividendos	10
----------------------------------	----

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	11
--	----

3.7 - Nível de endividamento	12
------------------------------	----

3.8 - Obrigações	13
------------------	----

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	14
---	----

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	15
------------------------------------	----

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	25
-------------------------------------	----

4.3 - Processos não sigilosos relevantes	26
--	----

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	74
--	----

4.5 - Processos sigilosos relevantes	75
--------------------------------------	----

4.6 - Processos repetitivos ou conexos	76
--	----

4.7 - Outras contingências relevantes	77
---------------------------------------	----

4.8 - Regras-país origem/país custodiante	78
---	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	79
---	----

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	80
--	----

5.3 - Descrição - Controles Internos	83
--------------------------------------	----

5.4 - Alterações significativas	84
---------------------------------	----

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	85
---	----

Índice

6.3 - Breve histórico	86
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	89
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	94
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	95
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	96
7.3 - Produção/comercialização/mercados	97
7.4 - Principais clientes	98
7.5 - Efeitos da regulação estatal	99
7.6 - Receitas relevantes no exterior	100
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	101
7.8 - Políticas socioambientais	102
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	103
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	104
8.2 - Alterações na condução de negócios	106
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	107
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	108
9.1.a - Ativos imobilizados	113
9.1.b - Ativos Intangíveis	114
9.1.c - Participação em sociedades	115
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	116
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	117
10.2 - Resultado operacional e financeiro	124
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	126
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	127
10.5 - Políticas contábeis críticas	128
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	129
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	130
10.8 - Plano de Negócios	131

Índice

10.9 - Outros fatores com influência relevante	132
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	133
11.2 - Acompanhamento das projeções	134
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	135
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	140
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	142
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	144
12.7/8 - Composição dos comitês	149
12.9 - Relações familiares	150
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	151
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	152
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	153
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	154
13.2 - Remuneração total por órgão	156
13.3 - Remuneração variável	160
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	161
13.5 - Remuneração baseada em ações	162
13.6 - Opções em aberto	163
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	164
13.8 - Precificação das ações/opções	165
13.9 - Participações detidas por órgão	166
13.10 - Planos de previdência	167
13.11 - Remuneração máx, mín e média	168
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	169
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	170
13.14 - Remuneração - outras funções	171
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	172
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	173

Índice

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	174
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	176
14.3 - Política remuneração dos empregados	178
14.4 - Relações emissor / sindicatos	180

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 2 - Posição acionária	181
15.3 - Distribuição de capital	196
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	197
15.5 - Acordo de Acionistas	198
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	199
15.7 - Principais operações societárias	200

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	201
16.2 - Transações com partes relacionadas	203
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	209

17. Capital social

17.1 - Informações - Capital social	210
17.2 - Aumentos do capital social	211
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	212
17.4 - Redução do capital social	213
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	214

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	215
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	216
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	218
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	219
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	220
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	221
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	222
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	223

19. Planos de recompra/tesouraria

Índice

19.1 - Descrição - planos de recompra	224
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	225
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	226
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	227
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	228
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	229
21.3 - Responsáveis pela política	230
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	231

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Michael Lenn Ceitlin

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	367-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	DIRECTA AUDITORES
CPF/CNPJ	11.245.719/0001-09
Período de prestação de serviço	04/05/2005 a 20/04/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria geral das Demonstrações Contábeis.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 286.200,00 (Duzentos e oitenta e seis mil e duzentos reais).
Justificativa da substituição	Rotatividade dos Auditores em cumprimento ao Art.31 da Instrução CVM 308/99.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
ANTONIO CARLOS BONINI SANTOS PINTO	18/12/2010 a 20/04/2012	026.230.088-50	RUA VERGUEIRO 2016, 8 ANDAR, VILA MARIANA, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04102-000, Telefone (011) 21416300, Fax (011) 21416323, e-mail: directapkf@directapkf.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	30/04/2012
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria geral das Demonstrações Contábeis.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Honorários de auditoria 350.000,00. Os honorários de auditoria referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, revisões trimestrais da Companhia e suas controladas, individual e consolidada, auditorias societárias e revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação apropriada. Versão dos relatórios da Companhia para língua inglesa.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Wladimir Omiechuk	30/04/2012	315.757.570-87	Av. Borges de Medeiros, 2233 - 8º andar, Centro, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90110-150, Telefone (51) 33036000, Fax (51) 33036001, e-mail: womiechuk@kpmg.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Não há.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)
Patrimônio Líquido	39.679.545,92	91.975.076,33	81.672.719,70
Ativo Total	887.485.883,35	879.892.099,89	855.684.578,86
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	363.699.255,16	365.484.251,69	287.906.830,80
Resultado Bruto	114.257.809,82	118.547.747,74	93.821.755,19
Resultado Líquido	-40.111.966,32	12.897.117,40	-16.627.220,91
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	1,395200	1,940360	1,723020
Resultado Líquido por Ação	-0,141040	0,272090	-0,350780

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

A Companhia definiu como critério de apresentação de sua situação financeira os indicadores EBITDA e EBIT em face da tendência das grandes companhias utilizarem estes indicadores.

O EBITDA e EBIT são utilizados para indicar a lucratividade da Companhia, medindo a produtividade e a eficiência do negócio. Na comparação entre anos o EBITDA demonstra a eficiência ou aumento da produtividade da Companhia.

Principais Indicadores - Consolidados

R\$ mil	Acumulado 2011 (a)	Acumulado 2010 (c)
Receita Bruta	479.058	488.705
Receita Líquida	363.699	365.484
Lucro Bruto	114.258	118.547
<i>Margem bruta (%)</i>	<i>31,4%</i>	<i>32,4%</i>
EBIT – Resultado Operacional	35.384	23.353
EBITDA	48.933	37.000
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>13,5%</i>	<i>10,1%</i>
Lucro (Prejuízo) Líquido	(40.113)	12.897
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>-11%</i>	<i>4%</i>
Dívida Bruta	198.862	200.443

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Não houve evento subsequente significativo ao último exercício de 2011 que possa alterar substancialmente as demonstrações financeiras apresentadas.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:**

	2011	2010	2009
a. Regras sobre retenção de lucros	5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social	5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;	5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;
Valores das Retenções de Lucros			
b. Regras sobre distribuição de dividendos	No mínimo 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição de dividendo obrigatório aos acionistas.	No mínimo 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição de dividendo obrigatório aos acionistas.	No mínimo 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição de dividendo obrigatório aos acionistas.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Não houve distribuição de dividendos	Em 31/12/10, distribuição de juros sobre o capital próprio a seus acionistas no montante de R\$ 2.032 mil, calculados com base na variação da taxa de juros em longo prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249/95.	Não houve distribuição de dividendos .
d. Eventuais restrições a distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativos ou arbitrais.	O saldo, após as destinações supra, terá o destino deliberado pela Assembléia, por proposta do Conselho de Administração. Como remuneração do capital, e observadas às disposições legais, a Sociedade poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração de capital próprio. A critério do Conselho de Administração, com base nos lucros	O saldo, após as destinações supra, terá o destino deliberado pela Assembléia, por proposta do Conselho de Administração. Como remuneração do capital, e observadas às disposições legais, a Sociedade poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração de capital próprio. A critério do Conselho de Administração, com base nos lucros	O saldo, após as destinações supra, terá o destino deliberado pela Assembléia, por proposta do Conselho de Administração. Como remuneração do capital, e observadas às disposições legais, a Sociedade poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração de capital próprio. A critério do Conselho de Administração, com base nos lucros

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	<p>existentes e apurados em balanços regulares, estes juros poderão ser pagos mensal, trimestral, semestral ou anualmente. Por deliberação do Conselho de Administração “ad referendum” da Assembléia Geral, o valor dos juros poderá ser deduzido ou não do valor dos dividendos. A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observadas as prescrições legais.</p>	<p>existentes e apurados em balanços regulares, estes juros poderão ser pagos mensal, trimestral, semestral ou anualmente. Por deliberação do Conselho de Administração “ad referendum” da Assembléia Geral, o valor dos juros poderá ser deduzido ou não do valor dos dividendos. A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observadas as prescrições legais.</p>	<p>existentes e apurados em balanços regulares, estes juros poderão ser pagos mensal, trimestral, semestral ou anualmente. Por deliberação do Conselho de Administração “ad referendum” da Assembléia Geral, o valor dos juros poderá ser deduzido ou não do valor dos dividendos. A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observadas as prescrições legais.</p>
--	---	---	---

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009
Lucro líquido ajustado			18.719.161,47	
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)			10,857700	
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)			0,137288	
Dividendo distribuído total			2.032.478,83	
Lucro líquido retido			16.686.682,64	
Data da aprovação da retenção			27/05/2011	

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio								
Preferencial	Preferencial Classe A				1.056.445,12	27/06/2011		
Ordinária					976.033,71	27/06/2011		

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

A Administração da Companhia, aprovou em assembléia geral em 27/05/2011, o pagamento de juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos, no valor bruto de R\$ 2.032.478,83 e líquido de IRRF a distribuir de R\$ 1.727.606,51, ou seja, respectivamente, R\$ 0,04288 e R\$ 0,036447 por ação, pago em 06 (seis) parcelas iguais e consecutivas atualizadas pela SELIC, no exercício encerrado em 31/12/2010.

	2011	2.010	2009
Lucro líquido do exercício	(22.965)	18.719	(25.242)
Realização da reserva de reavaliação		28.989	
Prejuízo acumulado		(22.221)	
Resultado acumulado		25.487	
(-)Reserva Legal (5%)		(1.274)	
Base para o calculo de juros capital próprio		24.212	
(-) JCP		2.032	
(-) Retenção de lucros		3.201	
Reserva de lucros		18.980	

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2011	847.813.113,26	Índice de Endividamento	21,36948631	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2011)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
	Garantia Real		240.217.988,83	0,00	0,00	0,00	240.217.988,83
	Garantia Flutuante		6.276.614,79	17.598.040,91	0,00	0,00	23.874.655,70
	Quirografárias		104.700.813,80	61.139.394,51	244.821.101,78	173.059.158,64	583.720.468,73
Total			351.195.417,42	78.737.435,42	244.821.101,78	173.059.158,64	847.813.113,26
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Em 14 de julho de 2011 foi celebrado um Stand-by Equity Distribution Agreement (“SEDA”) com a YA Global Investments BR, LLC, um fundo de investimento gerido pela Yorkville Advisors, LLC, de nova Nova Jersey, EUA. SEDA é um contrato de subscrição de ações com preço diferido. O contrato celebrado com o Fundo prevê a obrigação firme do Fundo, sujeito ao direito de preferência dos acionistas de acordo com o Estatuto Social da Companhia, em subscrever ações em emissão privada da Companhia até o montante de US\$ 50 milhões a ser implementado em tranches (emissões), durante o período de 2 anos, à critério da Companhia por deliberação de seu Conselho de Administração.

O preço de cada emissão será calculado levando-se em consideração o maior valor entre (i) o equivalente à 97% da média, ponderada pelo volume, das 3 menores cotações diárias durante o período de 10 dias seguidos de negociação a partir do recebimento pelo Fundo da requisição de subscrição feita pela Companhia ou (ii) o menor preço por ação determinado pelo Conselho de Administração para cada emissão. O Fundo irá subscrever o saldo de ações não subscrito pelos acionistas que vierem a declinar do seu respectivo direito de preferência.

Um exame superficial das contas da Companhia revela claramente a deformação da estrutura de capital da Companhia. Tanto no que diz respeito proporção capital próprio em relação a capital de terceiros, quanto pela excessiva concentração do endividamento no curto prazo. Diante deste cenário a Companhia tem dois caminhos a seguir, e que não são necessariamente excludentes.

A Companhia poder fazer sucessivos aumentos de capital visando equilibrar a proporção de capital próprio em relação ao capital de terceiros, e/ou poder buscar o alongamento de sua dívida pagando juros menores. Ambos os movimentos são necessários para retornar a Companhia um patamar saudável de operação.

No caso do aumento de capital, seja ele feito em tranches, ou seja, o mesmo feito de uma só vez, o efeito de diluição sempre ocorre na proporção que deixar de acompanhada pelos acionistas nos referidos aumentos. Vale salientar que o acordo firmado com o Fundo YA Global prevê tranches justamente para diminuir o impacto de eventual diluição nos sucessivos aumentos posto que, se espera que a Companhia melhore progressivamente e veja estas melhoras refletidas no preço de suas ações. Caso isto se confirme, a cada tranche de capitalização a diluição relativa tende a ser menor se comparada capitalização anterior.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Administração da Companhia entende que investir em ações envolve um alto grau de risco. Os investidores em geral devem analisar detalhadamente todas as informações, os riscos e fatos descritos abaixo antes de decidir investir nas ações.

O objetivo da Companhia continua sendo manter o crescimento, sustentação e a perpetuidade dos negócios, com o firme propósito de aprimorar cada vez mais as práticas de governança corporativa. Porém nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser material e adversamente afetados por quaisquer dos riscos descritos nesse item ou em razão da ocorrência de qualquer outros fatores não previstos por nós. Com isso o preço de mercado das Ações poderá cair, e o investidor poderá ser afetado e perder parte ou todo o investimento realizado nas Ações.

Abaixo descreveremos os riscos existentes atualmente, que em nosso entendimento podem nos afetar negativamente, bem como os riscos adicionais desconhecidos por nós ou que atualmente julgamos irrelevantes que também podem afetar os negócios, a condição financeira e os resultados, bem como o preço de mercado das ações.

Riscos relacionados:

a) Ao emissor;

Uma das principais estratégias da Companhia é manter o crescimento, a sustentação e a perpetuidade dos negócios.

A estratégia da Mundial consiste em gerenciar as marcas, desenvolver e comercializar os produtos com qualidade e design diferenciado atendendo o mercado consumidor e industrial. Nossa criatividade e habilidade geram cada vez mais iniciativas de crescimento. Todavia, nossa estratégia dependerá de nossa capacidade de cumprir algumas metas, dentre as quais destacamos:

- ü Lançar novos produtos com qualidade e inovação;
- ü Fortalecer e proteger nossas marcas;
- ü Expandir nossas vendas no mercado externo,
- ü Aumentar a produtividade e eficiência operacional;
- ü Aumentar as vendas no segmento, moda e consumo de massa
- ü Diluir nossos custos operacionais por uma gama maior de produtos.

Embora a Companhia acredite na sua capacidade de gerenciar fatos adversos inesperados, não podemos assegurar que as metas acima citadas sejam realizadas com êxito e por completo. Caso não consigamos identificar com sucesso as necessidades dos nossos consumidores, se alguns de nossos produtos apresentar problemas de qualidade, ou ainda se sofrermos contingenciamento no abastecimento de matérias-primas, poderemos ter dificuldades em fabricar e comercializar nossos produtos. Qualquer impacto no desenvolvimento de produtos poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os produtos da Companhia são destinados principalmente ao mercado interno, uma desaceleração do consumo, pode impactar nas vendas e na queda das receitas.

Em 2011, houve uma forte desaceleração da economia brasileira que ocasionou um cenário muito preocupante no desempenho dos negócios da Companhia. O comportamento cauteloso do consumidor influenciou negativamente a demanda por nossos produtos o que prejudicou nossas metas de vendas. Os dados do IBGE mostraram que o consumo das famílias registrou o pior resultado desde 2004, com incremento de 4,1%. Em 2010, o indicador registrou alta de 6,9%.

A indústria de confecção foi bastante afetada. No ano de 2011, houve crescimento de 0,16% na indústria de transformação, uma queda de 14,88% no segmento têxtil e de 4,4% no vestuário, na comparação com 2010 (dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - ABIT), atingindo sensivelmente os produtos manufaturados pela Mundial.

Diante destes fatos desfavoráveis, a Companhia poderá sofrer uma retração das vendas ainda no início do exercício de 2012.

A Companhia poderá não obter sucesso nos lançamentos de novos produtos, fato que poderá causar um efeito adverso na situação financeira e resultados operacionais.

Nosso principal desafio para atingir as metas de vendas está ligado diretamente as necessidades dos nossos consumidores. Por conseguinte, o resultado das vendas dependerá da nossa habilidade de prever, identificar e responder com rapidez às mudanças nas tendências de mercado e nas preferências dos consumidores, oferecendo mercadorias atrativas e desejáveis, a preços competitivos.

Se nossos novos produtos não forem competitivos e não formos capazes de prever, identificar estas tendências de estilo ou de preferência do consumidor, ou se analisarmos incorretamente o mercado para qualquer nova linha de produtos, poderemos sofrer uma queda nas vendas o que também afetaria negativamente nossos resultados operacionais.

A concorrência dos produtos é altamente competitiva, tendo como competidores desde pequenas até grandes empresas, bem como produtos falsificados que são comercializados livremente no mercado, que poderá causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Acreditamos que nossas marcas são ativos valiosos e importantes para o sucesso da Companhia. A comercialização indevida através da pirataria de produtos fabricados fora do país e comercializados uso indevido ou ainda sem autorização ou com apropriação indevida de nossas marcas registradas, pode diminuir o valor de nossas marcas. Da mesma forma, qualquer infração ou alegação de violação de propriedade intelectual dirigida contra nós, ainda que sem mérito, pode resultar em

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

litígio demorado e oneroso, ocasionando atrasos na entrega de produtos ou exigindo o pagamento de royalties ou taxa de licença. Qualquer demanda desta natureza pode ter reflexos negativos em nosso resultado operacional.

A companhia pode não conseguir reduzir sua alavancagem financeira, o que aumentaria seu custo de capital, afetando negativamente sua condição financeira ou resultados operacionais.

Caso a Companhia apresente redução em sua geração de caixa operacional ou aumento do seu endividamento, o seu custo de capital poderá sofrer um crescimento e, conseqüentemente, afetar negativamente sua condição financeira e o resultado de suas operações.

O nível de endividamento da companhia pode afetar negativamente sua capacidade de levantar capital adicional para financiar as operações, limitar sua capacidade de resposta às mudanças na economia e impedir o cumprimento de suas obrigações.

O grau de alavancagem da companhia pode ter consequências importantes, tais como:

- Limitar a capacidade de obter financiamento adicional para capital de giro;
- Limitar a capacidade de distribuir dividendos;
- Uma parte da geração de caixa das operações pode ser alocada para pagamento de juros, não ficando disponível para outros fins;
- Limitar a capacidade da companhia de ajustar-se a mudanças nas condições de mercado;
- Descumprir garantias constantes nos contratos, o que poderá levar os credores a declarar o vencimento antecipado dos contratos.

De acordo com o seu endividamento atual, a companhia poderia contrair dívidas adicionais sob certas circunstâncias, o que poderia aumentar os riscos descritos acima.

Falhas inesperadas nos equipamentos e sistemas de tecnologia da informação, podem gerar impactos negativos no processo de produção da Companhia.

A companhia opera vários negócios em diferentes locais. Nossas operações dependem, em grande parte, de um sistema de informação, como ferramenta de administração de recursos e do processo fabril. A maior parte do processo de produção é realizada por máquinas, sistemas automatizados e robôs, controlados por sistemas computadorizados elaborados especificamente para este fim e com pouca intervenção humana. Problemas de administração ou de segurança em nossos sistemas, instabilidade ou a impossibilidade de atualizá-los de maneira constante podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento, inclusive com a eventual interrupção de nossa produção. Se não formos capazes de efetuar atualizações ou reparos a tempo e se essa eventual interrupção se prolongar, nosso

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

processo fabril e nossas operações poderão ser significativamente prejudicados, aumentando os custos de produção, reduzindo as vendas e afetando adversamente nossos resultados operacionais.

A Companhia pode ser afetada adversamente por algumas investigações, processos judiciais e processos administrativos.

A companhia esta sujeita no curso normal de seus negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos, cível, tributário, previdenciário, trabalhista, ambiental, societário e consumerista, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia, poderemos ser adversamente afetados. Adicionalmente, a Companhia poderá ser fiscalizada por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não podemos garantir que essas autoridades não nos autuarão, inclusive no que se refere a procedimentos contábeis, previdenciários e tributários, contingências ou provisões, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco prever o resultado final dos eventuais processos administrativos ou judiciais, mesmo que a companhia adote, como tem adotado, as melhores práticas contábeis e de auditoria.

Decisões desfavoráveis em parcela significativa de tais processos poderão acarretar um efeito adverso relevante sobre nossas operações e nossos resultados. Adicionalmente, caso tais processos tenham por objetivo a apuração de ato de negligência, imperícia ou imprudência supostamente praticado por nós, o envolvimento nas referidas ações, independentemente de qual seja o resultado, poderá afetar nossa reputação no mercado e prejudicar nossas marcas e a imagem da companhia.

Para mais informações sobre nossos processos judiciais pendentes ou relevantes, vide itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia apresenta em suas demonstrações contábeis saldos divergentes aos valores apresentados pela Receita Federal do Brasil em relação aos impostos inscritos no programa de parcelamento pela Lei nº 11.941/09 e pode ser afetada adversamente caso não venha ser concluído os devidos ajustes nos resultados da Companhia.

Cumprir informar, que os eventuais riscos atrelados às divergências entre os saldos contábeis da Companhia e os valores apresentados à Receita Federal do Brasil são muito baixos, principalmente em razão da iminência de publicação de Lei tratando da abertura de prazo para reconsolidação do saldo do parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009, conforme amplamente divulgado pela Receita Federal do Brasil, assim como em decorrência dos Projetos de Lei nrs. 3.100/2012 e 3.091/2012. Nesta ocasião, a Companhia terá a oportunidade de apontar as inconsistências do saldo consolidado pela Receita Federal do Brasil, e desta forma, elidir todas as divergências existentes.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle;

Os interesses de nossos Acionistas Controladores podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores minoritários.

Os Acionistas Controladores poderão, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Nossos Acionistas Controladores poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos nossos investidores e causar um efeito material adverso para a Companhia, muito embora atualmente os acionistas controladores adotem a política de eleger conselheiros independentes para a maioria dos cargos do Conselho de Administração.

b) a seus acionistas;

No Estatuto Social da Companhia há disposições que podem dissuadir a aquisição da Companhia e dificultar ou atrasar operações que poderiam ser do interesse dos investidores:

A Alienação de Controle da Companhia, de acordo com o art. 35 do Estatuto Social determina que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

A oferta pública de que trata este artigo será exigida ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

A Companhia entende que o mecanismo de tag along apresenta duas facetas: se por um lado ela protege os minoritários ao lhes estender o mesmo tratamento dado ao controlador de outro lado torna-se mais onerosa, para um potencial adquirente, a aquisição de controle. Dessa forma a Companhia, com o tag along, pode vir a ser preterida em um movimento de consolidação de mercado pois seria um alvo mais caro.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Falta de liquidez e a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar a capacidade dos investidores de vender as ações pelo preço e ocasião que desejam.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco se comparado à outros mercados internacionais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados internacionais. Desta forma, a volatilidade associada à falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários podem limitar consideravelmente a capacidade dos titulares de nossas ações de vendê-las pelo preço e na ocasião desejada

Os acionistas da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.

Conforme determina no Estatuto Social da Companhia, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 30% do lucro líquido anual, calculados nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição do dividendo obrigatório ou juros sobre o capital próprio aos acionistas, com a ressalva prevista no parágrafo 4º, do artigo 202 da Lei 6.404/76,

O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizando para compensar prejuízo, ou retido, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, A Lei das Sociedades por Ação permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o conselho de administração informe à assembléia geral ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da companhia.

Os acionistas minoritários podem ter sua participação diluída em um eventual aumento de capital.

Caso a Companhia vir a precisar de recursos adicionais e optar por emitir ações adicionais através de colocação pública ou privada de títulos de dívida, ações ou títulos conversíveis em ações, isso poderá resultar de uma diluição societária dos titulares de nossas ações, se estes não participarem da emissão na proporção a que os mesmos têm direito. No caso de não haver financiamento público ou privado disponível, ou se nossos acionistas assim decidirem, tais recursos adicionais poderão ser obtidos através de um aumento em nosso capital social. O Estatuto Social permite que o capital social venha a ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração sobre a emissão de ações para subscrição pública ou particular, observados o limite de 181.740.000 (cento e oitenta e uma milhões, setecentas e quarenta mil) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. O Conselho de Administração fixará o preço e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e as condições de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

integralização, ficando a subscrição em bens condicionada à aprovação do laudo de avaliação dos bens pela Assembleia Geral, na forma prevista no art. 8º da Lei nº 6.404/76.

c) a suas controladas e coligadas;

A descontinuidade de alguma de nossas controladas e coligadas poderá afetar nossos resultados.

Classificadas como subsidiárias e coligadas encontram-se as empresas controladas diretamente e indiretamente, Mundial Inc. e Mundial Personal Care, ambas com sede nos Estados Unidos (EUA); Mundial Argentina, com sede na Argentina e Mundial Ásia, com sede em Hong Kong. Parte de nossa receita é decorrente do resultado operacional destas sociedades. A descontinuidade de algumas de nossas controladas poderá afetar negativamente nossas operações e nossos resultados. Em 2011, a receita líquida dessas empresas somou R\$ 17,53 milhões, o que representou um incremento de 18,5% quando comparado com o exercício de 2010, R\$ 14,8 milhões.

d) a seus fornecedores;

O aumento nos preços ou redução da oferta do cobre pode afetar negativamente os custos de produção e as margens operacionais.

O latão é uma liga metálica composta por 70% cobre e 30% zinco, ambas são commodities negociadas na bolsa de metais de Londres (London Metal Exchange – LME). Esta matéria-prima é o principal insumo da unidade de negócio Fashion, que representa aproximadamente 50% da receita líquida de vendas em 2011. A cotação destes insumos é dolarizada e tem como base a média da cotação da semana anterior. Um aumento nos preços, principalmente, do cobre ou a escassez na oferta afetariam os custos de produção e potencialmente reduziriam suas receitas e margens operacionais.

O monopólio no fornecimento de aço pode afetar negativamente os custos de produção e as margens operacionais.

O aço é o principal insumo da unidade de Personal Care e Gourmet, que representaram juntas aproximadamente 45% da receita líquida em 2011, esta commodity é fornecida por um dos maiores grupos siderúrgicos do mundo. A cotação deste insumo obedece as políticas comerciais de poucos players mundiais, sendo que qualquer alteração nesta política pode afetar negativamente os custos de produção e as margens operacionais.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Políticas governamentais de importação podem afetar o fornecimento de vidros causariam efeito adverso nos resultados da companhia.

O vidro é um insumo utilizado no envase do esmalte e sua compra concentrada, predominantemente, com um único fornecedor no exterior. A alteração nas políticas governamentais de importação e ou atrasos excessivos nas liberações das cargas, poderiam causar um efeito adverso na produção, custo de produção, redução das receitas e também nas margens operacionais da companhia.

As operações da companhia consomem muita energia e a escassez ou preços altos podem alterar negativamente.

A companhia possui duas subestações de energias de 69 kV e possuiu contratos de energia livre com duas distribuidoras. A eletricidade não pode ser substituída por outra fonte de energia nas plantas da companhia, e o seu racionamento ou interrupções de fornecimento, como ocorreu no Brasil em 2001, podem afetar negativamente a produção das unidades industriais.

e) a seus clientes;

A inadimplência por parte dos clientes pode afetar negativamente a liquidez da companhia e o aumento do custo de capital de giro.

O risco decorrente do não recebimento dos créditos juntos aos seus clientes, poderia gerar falta de garantia nos contratos de empréstimos junto as instituições financeiras diminuindo assim a liquidez dos recebíveis e, por conseguinte, piora do rating da companhia e os efeitos no aumento do custo de capital de giro.

A rescisão de contrato de distribuição.

A companhia possui contratos de distribuição de produtos em nível nacional com a empresa Etilux Comércio e Indústria Ltda e que correspondem a aproximadamente 35% do seu faturamento. Tais contratos, se rescindidos, importarão em multa a ser calculada à época da rescisão, bem como num incremento do custo de capital de giro da empresa. De outra parte, a rescisão dos referidos contratos importará na absorção pela Mundial das atividades de distribuição de produtos ocasionando uma pressão adicional na demanda por capital de giro que poderá ser compensada com um acréscimo substancial das suas receitas.

f) aos setores da economia nos quais o emissor atue;

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os setores da economia em que atuamos, a crescente consolidação do setor de varejo no Brasil poderá exercer pressões em nossas margens e resultado operacional.

O setor de varejo no Brasil tem passado por um processo de consolidação nos últimos anos. A consolidação do varejo pode resultar em maiores e mais sofisticados clientes, com um poder de barganha crescente e capazes de operar com um estoque reduzido e resistir a aumento de preços, além de demandar preços menores e aumento de programas de promoção. Tais varejistas podem ainda vir a substituir os espaços nas gôndolas atualmente ocupados por nossos produtos por produtos de marcas próprias ou de outros concorrentes com preços inferiores. Se não formos capazes de responder eficazmente a estas tendências, o ritmo de crescimento de nossas vendas poderá diminuir ou seremos ainda obrigados a ter que reduzir nossos preços ou aumentar nossos gastos com promoção, os quais poderão adversamente afetar nossos resultados.

O setor de beleza pessoal e consumo de produtos de uso domésticos é altamente competitivo; a concorrência é caracterizada pela variedade de produtos, ações promocionais, preços, qualidade, atendimento, localização das lojas, reputação e disponibilidade de crédito para o consumidor, entre outros. Temos muitos e variados concorrentes nessas linhas de produtos, se não competirmos de forma eficaz no que se diz respeito a esses fatores, nossa participação de mercado, nossos resultado operacional e nossa situação financeira podem ser afetados negativamente.

g) à regulação dos setores em que o emissor atue;

Uma divisão da Companhia que corresponde a $\frac{1}{4}$ do faturamento total está sujeita a regulamentação pela ANVISA, pelo quê, mantém protocolos e sistemas de controle de qualidade visando mitigar os riscos correlatos.

O sistema de garantia da qualidade, o sistema de cosmeto-vigilância, e o permanente acompanhamento de adequação às normas vigentes, apoiados por consultoria externa, confere ao negócio um bom nível de segurança quanto ao risco regulatório.

Inobstante, o bom nível de segurança mantido pela Companhia, não pode ser descartada a hipótese de eventuais alterações na cadeia produtiva em decorrência do exercício do poder regulatório da ANVISA.

h) aos países estrangeiros onde o emissor atue.

A Companhia atua no mercado externo, EUA, Argentina, Asia e Europa com suas subsidiárias. A receita nesses mercados somou R\$ 4,4 milhões, nesse primeiro trimestre de 2012, o que representa uma queda de 11,5% quando comparada aos três

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

primeiros meses de 2011, R\$ 5 milhões. As fortes crises internacionais e a recessão na Europa podem afetar negativamente os resultados de vendas nestes países.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Não há qualquer tipo de expectativas de redução ou aumento de exposição aos fatores de riscos mencionados no item 4.1 desta seção que seja relevante e que deva ser comentado pela Companhia.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam partes:

Processos Cíveis: São constituídas basicamente por ação de rescisão de contratos de representação comercial, ação de cobrança de honorários advocatícios e ações indenizatórias em geral, com respectivos pedidos de indenização, sendo os abaixo descritos aqueles que a Companhia considera mais relevantes:

Processo nº 0035433-64.2008.814.0301	
Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Belém do Pará/RS
Instância	1ª Instância
Data da Instauração	14/06/1999
Partes no Processo	Bazar Icarai Ltda. x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da Ação	Ação de Indenização
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 691.190,14
Estágio do Processo	Mundial apresentou impugnação ao valor da causa que foi procedente admitindo como valor a ser-lhe atribuído à importância de R\$ 240.000,00. processo foi retirado do Tribunal/ Cartório pelo Dr. Raphael Siqueira (Advogado do Autor) em 27/08/03 e até agora não devolvido. Em 29/09/2008 foi protocolada a busca de autos encaminhada pelo Jurídico do RS do Grupo Mundial e completada pelo advogado de Belém (dados); Em 07/10/2008 a Juíza da Vara até então responsável pelo feito, encaminhou o feito para redistribuição, ante a mudança da competência da Vara; Em 08/10/2008 foi criado pela redistribuição o Processo de Cobrança de Autos n.º 2008.1.099511-6, de competência da 2.ª Vara Cível da Capital, Juíza Dra. Sandra Maria Aragão Klautau, o qual aguarda despacho, visto que foi recebido no Gabinete da Juíza em 24/10/2008.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já houve depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1999.001.119368-3	
Juízo	15º Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro
Instância	1ª instância
Data da Instauração	01/09/1999
Partes no Processo	Condomínio do Edifício Rosa x Mundial S/A - Produtos de Consumo (Zivi S/A Cutelaria)
Objeto da Ação	Ação de cobrança de quotas condominiais
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 148.039,33
Estágio do Processo	Protocolada petição da Empresa alegando erro material na conta credora do condomínio que inclui parcelas extra sentença no cálculo, buscando reduzir o débito junto ao condomínio em 26 /05/2011. Desde 08/07/2011 processo esta com a Procuradoria do Município.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já houve depósito judicial	Não há

Processo nº 583.00.2002.173424-0	
Juízo	16ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP
Instância	2ª instância
Data da Instauração	01/08/2002
Partes no Processo	Michel Merheje & Cia Ltda. x Farmais – Farmácia Moraes Ltda., Magazine Angelo Conti Ltda. e Mundial S/A Produtos de Consumo (Zivi S/A Cutelaria)
Objeto da ação	Ação foi ajuizada , visando impedir a fabricação e comercialização de alicates e distribuição de folhetos promocionais com figura dos referidos alicates, pela Mundial S/A, tendo sido indeferida a liminar.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 198.831,53
Estágio do Processo	Aguardando Julgamento dos Recursos de Agravo de Instrumento ao STJ e STF opostos pela Ré.
Possibilidade de Perda	Remota
Valor Provisionado	Não há
Se já houve depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 560927-30.2000.8.06.0001	
Juízo	Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE
Instância	1ª instância
Data da Instauração	30/08/2001
Partes no Processo	Aureliano Rodrigues Maia ME x Mundial S/A Produtos de Consumo (Eberle S.A Industria e Tecnologia)
Objeto da ação	Danos morais por protesto indevido
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 187.815,93
Estágio do Processo	Processo em fase de liquidação de sentença. Cálculos do autor homologado no valor de R\$ 187.815,93. Autos estão conclusos aguardando intimação da empresa para pagamento.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	R\$ 187.815,93

Processo nº 001/1.06.0049935-2	
Juízo	4ª Vara Cível da Comarca de Porto Alegre/RS
Instância	Recursal
Data da Instauração	03/03/2006
Partes no Processo	Raimpex Assessoria e Consultoria de Comércio Internacional Ltda., RINALDO LOPES DA SILVA, WANDERLEY HOFLE, ANDREA SELBACH DE FREITAS MACHADO e ALCINDO PEREIRA LEOTE x Mundial S/A Produtos de Consumo, PAULO RICARDO DE MORAES MACHADO e PR VIAGENS E TURISMO LTDA.
Objeto da ação	Perdas e Danos
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 2.724.789,20
Estágio do Processo	Ação Julgada improcedente. Autos estão no Tribunal aguardando julgamento da apelação.
Possibilidade de Perda	Remota
Valor Provisionado	Não há
Se já houve depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 140.02.888564-2	
Juízo	4º Vara Cível da Comarca de Salvador /BA
Instância	Recursal
Data da Instauração	05/02/2002
Partes no Processo	Eduardo Laranjeira e Filho Ltda x Mundial SA Produtos de Consumo e Hercules Fábrica de Talheres S/A
Objeto da ação	Rescisão do Contrato e Dano Moral
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 3.644.911,10
Estágio do Processo	Processo retornou ao Tribunal de origem para análise da apelação. Aguarda julgamento.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já houve depósito judicial	Não há

Processo nº 010.1.05.002.4351-7	
Juízo	4º Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul/RS
Instância	Execução
Data da Instauração	21/02/2003
Partes no Processo	JA Costa Ltda. x Mundial SA Produtos de Consumo
Objeto da ação	Dano Moral
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 998.950,28, sendo que a Companhia já pagou o Incontroverso no valor de R\$ 141.284,06 que já foi liberado ao autor e está discutindo o restante (R\$ 857.566,22).
Estágio do Processo	Processo aguardando julgamento da impugnação ao cumprimento de sentença.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já houve depósito judicial	Sim. R\$ 141.284,06

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº. 001/1.06.0014578-0	
Juízo	4ª Vara Cível da Comarca de Porto Alegre/RS
Instância	Recursal
Data da Instauração	17/01/2006
Partes no Processo	Faraco de Azevedo Advogados x Mundial SA Produtos de Consumo e Hércules S/A Fábrica de Talheres
Objeto da ação	Cobrança c/c perdas e danos
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 707.906,11
Estágio do Processo	Aguardando julgamento nos Embargos de Declaração no Tribunal de Justiça
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já houve depósito judicial	Não há

Processo nº.010.1.09.0018530-1	
Juízo	4ª Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul/RS
Instância	1ª instância
Data da Instauração	18/05/2009
Partes no Processo	Mundial S/A Produtos de Consumo x ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DE CARAVAGGIO (FAI), ESPÓLIO DE IRMÃ DAROS TROJAN, JANE MARIA TEDESCO CANALI, ALOIS TROJAN E VALTER CANALLI
Objeto da ação	Despejo por falta de pagamento do imóvel de propriedade da empresa localizado na Rua Sinimbú, nº 1.670,0, registrado no cartório de Registro de Imóveis da 2ª Zona de Caxias do Sul, sob. A matrícula 4.128, que foi dada em locação conforme contrato de locação firmado com a Associação Educacional Nossa Senhora de Caravaggio.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$1.050.263,12
Estágio do Processo	Saneado o processo, os autos encontram-se conclusos para sentença.
Possibilidade de Perda	Remota
Valor Provisionado	Não há
Se já houve depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processos Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2011, os processos trabalhistas são relativos basicamente a questões propostas por ex empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial, como horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade, sendo os abaixo descritos aqueles que a Companhia considera mais relevantes:

Processo nº 00537200723104007	
Juízo	01ª Vara do Trabalho de Gravataí RS
Instância	1ª instância
Data da Instauração	01/06/2007
Partes no Processo	Malvina Cirino Rodrigues X Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da Ação	Verbas de cunho salarial, pedidos de horas extras, insalubridade , indenização por doença ocupacional.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 106.273,21
Estágio do processo	Processo em fase de Liquidação de Sentença, atualmente com prazo para a empresa complementar os cálculos de liquidação apresentados.
Possibilidade de perda	Provável
Valor Provisionado	R\$ 106.273,21
Se já foi realizado depósito judicial	Sim. Depósitos recursais no total de R\$23.705,25

Processo nº 00004512620105040232	
Juízo	02ª Vara do Trabalho de Gravataí RS
Instância	1ª instância
Data da Instauração	01/05/2010
Partes no Processo	Rossana Valente Azzolin X Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da Ação	Verbas de cunho salarial, pedidos de horas extras, insalubridade , indenização por doença ocupacional e reintegração.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 106.559,66
Estágio do Processo	As partes apresentaram Recurso Ordinário. Processo atualmente no prazo para apresentação de Contrarrazões aos Recursos.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Sim. Depósitos Recursais no total de R\$ 13.160,54

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 00637200623204009	
Juízo	02ª Vara do Trabalho de Gravataí RS
Instância	1ª instância
Data da Instauração	01/02/2009
Partes no Processo	Maria de Lourdes Queiroz Vieira X Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da Ação	Dano Moral e Material por doença ocupacional.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 108.038,37
Estágio do processo	Efetuada acordo para pagamento de 10 parcelas no valor de R\$ 10.248,43. A empresa efetuou até o momento o pagamento de 04 parcelas, que perfaz um total de R\$40.993,72.
Possibilidade de Perda	Provável
Valor Provisionado	R\$ 108.038,37
Se já houve depósito judicial	Sim. R\$ 40.993,72

Processo nº 01548200623104003	
Juízo	02ª Vara do Trabalho de Gravataí RS
Instância	2ª instância
Data da Instauração	01/01/2007
Partes no Processo	Cristian Wagner Chagas Costa. X Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Verbas de cunho salarial, pedidos de horas extras, insalubridade , adicional noturno , indenização por doença ocupacional.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 119.865,64
Estágio do processo	Aguardando Julgamento do Agravo de Instrumento interposto pela Reclamada.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se há depósito Judicial	Sim. Depósitos recursais no total de R\$ 17.220,14

Processo nº 00189200723104008	
Juízo	01ª Vara do Trabalho de Gravataí RS
Instância	1ª instância
Data da Instauração	01/03/2007
Partes no Processo	Marta Elenir de Vargas X Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Verbas de cunho salarial, pedidos de horas extras, insalubridade , dano moral e material por doença ocupacional.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 123.746,70
Estágio do processo	Celebrada audiência de conciliação no tocante a Constituição de Capital. Reclamada indicou um bem e Reclamante não aceitou. Aguarda decisão judicial.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Possibilidade de Perda	Provável
Valor Provisionado	R\$ 123.746,70
Se há depósito judicial	Sim. R\$99.587,50

Processo nº 00383200723204000	
Juízo	02ª Vara do Trabalho de Gravataí RS
Instância	1ª instância
Data da Instauração	01/02/2009
Partes no Processo	Hélio Rodrigues X Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da Ação	Indenização por doença ocupacional
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 126.086,85
Estágio do processo	ARQUIVADO EM 28/08/2012
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já houve depósito judicial	Sim. R\$ 5.971,86 já liberados ao autor.

Processo nº 00833200603004004	
Juízo	30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS
Instância	2ª instância
Data da Instauração	01/02/2009
Partes no Processo	Salvador Nunes Rodrigues X Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Dano Moral e Material por acidente de trabalho
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 131.562,84
Estágio do Processo	Aguardando julgamento do Recurso de Revista interposto pela Reclamada.
Possibilidade de Perda	Provável
Valor Provisionado	R\$ 131.562,84
Se já houve depósito judicial	Sim. Depósito recursal no valor de R\$11.806,35

Processo nº 00387200702904009	
Juízo	29ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS
Instância	2ª instância
Data da Instauração	01/05/2007
Partes no Processo	Valdete Terezinha da Silva Gomes. X Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Verbas de cunho salarial, pedidos de horas extras, insalubridade , adicional noturno e reintegração.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 145.135,02
Estágio do processo	Agravo de Instrumento interposto pela Empresa improvido.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Possibilidade de Perda	Provável
Valor Provisionado	R\$ 145.135,02
Se já houve depósito judicial	Sim. Depósitos recursais no total de R\$17.486,43

Processo nº 01227200723104000	
Juízo	01ª Vara do Trabalho de Gravataí RS
Instância	Recursal
Data da Instauração	01/09/2007
Partes no Processo	Alberto José Kopriva X Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Dano Moral
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 178.745,24
Estágio do Processo	Sentença improcedente. Recurso Ordinário do Reclamante improvido. Reclamante opôs Embargos de Declaração.
Possibilidade de Perda	Provável
Valor Provisionado	R\$ 178.745,24
Se já houve depósito judicial	Não
Processo nº 02423200900715003	
Juízo	01ª Vara do Trabalho de Americana SP
Instância	2ª instância
Data da Instauração	01/11/2009
Partes no Processo	Josefa Davi da Silva X Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Responsabilidade subsidiária-Terceirizada
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 186.192,96
Estágio do Processo	Sentença improcedente. Aguarda julgamento do Recurso Ordinário interposto pela autora.
Possibilidade de Perda	Remota
Valor Provisionado	Não há
Se já houve depósito judicial	Não há

Processo nº 01256200823104002	
Juízo	01ª Vara do Trabalho de Gravataí RS
Instância	2ª Instância
Data da Instauração	01/12/2008
Partes no Processo	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Gravataí X Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Intervalo intrajornada
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 229.000,00
Estágio do Processo	Aguarda Julgamento do Agravo de Instrumento interposto pela Reclamada.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já houve depósito judicial	Sim. Depósitos recursais no valor total de R\$ 19.324,15.

Processo nº 00007605020105040231	
Juízo	01ª Vara do Trabalho de Gravataí RS
Instância	2ª instância
Data da Instauração	01/07/2010
Partes no Processo	Solange Madalena Lima dos Santos X Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Diferença de FGTS e indenização por doença ocupacional.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 302.873,87
Estágio do processo	Aguarda julgamento dos Recursos de Revista interpostos pelas partes.
Chance de Perda (provável, possível ou remota)	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já houve depósito judicial	Sim. Depósitos recursais no valor total de R\$ 19.795,85
Processo nº 00136200623204002	
Juízo	02ª Vara do Trabalho de Gravataí RS
Instância	1ª instância
Data da Instauração	01/02/2009
Partes no Processo	Alberto José Kopriva Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Indenização por doença ocupacional e reintegração
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 349.059,28
Estágio do processo	Processo em fase de execução de sentença. Aprazada audiência de conciliação para o dia 22/10/2012.
Possibilidade de Perda	Provável
Valor Provisionado	Não há
Se já houve depósito judicial	Sim. Depósitos recursais no valor total de R\$25.222,06, já liberados ao Reclamante

Processo nº 00526200501304007	
Juízo	13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre RS
Instância	1ª instância
Data da Instauração	01/07/2005
Partes no Processo	Álvaro Roberto Laimer X Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Verbas de cunho salarial, pedidos de horas extras, insalubridade, periculosidade, adicional noturno, e equiparação salarial
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 349.842,24

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Estágio do Processo	Efetuada acordo para pagamento do valor de R\$ 360.220,80 em sete parcelas atualizadas mensalmente.
Chance de Perda (provável, possível ou remota)	Provável
Valor Provisionado	R\$ 349.842,24
Se já houve depósito judicial	Sim. R\$ 158.128,19 referente a três parcelas do acordo.

Processo nº 0095800-57.1994.5.04.0025	
Juízo	25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
Instância	1ª Instância
Data da Instauração	02/03/1994
Partes no Processo	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre X Mundial S/A Produtos de Consumo.
Objeto da ação	Pagamento do acréscimo do terço constitucional e da correção monetária, a contar de dois dias antes da concessão da licença remunerada até o efetivo pagamento da 1ª parcela (50%) do décimo terceiro salário de 1992.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 10.000.000,00
Estágio do Processo	A sentença foi julgada procedente em partes os pedidos formulados na inicial pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre, para condenar a reclamada a pagar a seus empregados substituídos processualmente, observados os critérios fixados na fundamentação, as seguintes parcelas1) acréscimo de um terço constitucional, que deverão ser atualizados monetariamente pelos índices aplicáveis aos débitos trabalhistas desde dois dias antes da licença 2) Correção Monetária a contar de dois dias antes da concessão da licença até o efetivo pagamento da 1ª parcela do 13º salário de 1992. foi interposto Recurso Ordinário, Recurso de Revista, atualmente o processo está aguardando julgamento do agravo de instrumento.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Sim R\$ 57.424,36, Recurso R\$ 2.408,29

Processo nº 0001243-49.2010.5.04.0403	
Juízo	03ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul
Instância	1ª Instância
Data da Instauração	26/08/2010
Partes no Processo	Márcia Martins Fogaça X Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Indenização por doença ocupacional, Lesão por esforço repetitivo-Dano Moral e Material.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.646.457,40
Estágio do Processo	A sentença foi julgada improcedente, a juíza entendeu que não ficou demonstrado a comprovação do dano, a conduta culposa ou dolosa do empregador, bem como, o nexos de causalidade entre o fato e o efetivo prejuízo. Atualmente está concluso para o relator apreciar o Recurso Ordinário da Reclamante.
Possibilidade de Perda	Remota
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processos Tributários:

Processo nº 0375461-40.2005.8.21.0010 (010/1.05.0037546-4)	
Juízo	2ª Vara Cível Especializada em Fazenda Pública da Comarca de Caxias do Sul/RS
Instância	Judicial - 1ª Instância
Data da Instauração	25/01/2000
Partes no Processo	Estado do Rio Grande do Sul x Empresa Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Rio Grande do Sul (Fazenda Estadual) em face da empresa visando a cobrança de valores a título de ICMS inscritos em Dívida Ativa.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 2.201.221,45
Estágio do Processo	Processo suspenso em razão de inclusão do débito no parcelamento previsto pelo Decreto n. 47.301/2010, denominado AJUSTAR-RS.
Possibilidade de Perda	Remota
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 1514801-79.2005.8.21.0010 (010/1.05.0151480-8)	
Juízo	2ª Vara Cível Especializada em Fazenda Pública da Comarca de Caxias do Sul/RS
Instância	Judicial - 1ª Instância
Data da Instauração	04/07/2000

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Partes no Processo	Estado do Estadual do Rio Grande do Sul x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Rio Grande do Sul (Fazenda Estadual) em face da empresa visando a cobrança de valores a título de ICMS inscritos em Dívida Ativa.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.328.952,96
Estágio do Processo	Processo suspenso em razão de inclusão do débito no parcelamento previsto pelo Decreto n. 47.301/2010, denominado AJUSTAR-RS.
Possibilidade de Perda	Remota
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 3510601-22.2005.8.21.0001 (001/1.05.0351060-6)	
Juízo	6ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS
Instância	Judicial - 1ª Instância
Data da Instauração	28/04/1998
Partes no Processo	Estado do Rio Grande do Sul x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Rio Grande do Sul (Fazenda Estadual) em face da empresa visando a cobrança de valores a título de ICMS inscritos em Dívida Ativa.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 7.304.730,36
Estágio do Processo	Processo suspenso em razão de inclusão do débito no parcelamento previsto pelo Decreto n. 47.301/2010, denominado AJUSTAR-RS.
Possibilidade de Perda	Remota
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 3559521-27.2005.8.21.0001 (001/1.05.0355952-4) apensado ao Processo n. 3510601-22.2005.8.21.0001 (001/1050351060-6)	
Juízo	6ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS
Instância	Judicial - 1ª Instância
Data da Instauração	17/09/2003

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Partes no Processo	Estado do Rio Grande do Sul x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Rio Grande do Sul (Fazenda Estadual) em face da empresa visando a cobrança de valores a título de ICMS inscritos em Dívida Ativa.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 2.297.881,88
Estágio do Processo	Processo suspenso em razão de inclusão do débito no parcelamento previsto pelo Decreto n. 47.301/2010, denominado AJUSTAR-RS.
Possibilidade de Perda	Remota
Valor Provisionado	Não Há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 3524531-10.2005.8.21.0001 (001/10503524534) apensado ao Processo n. 3510601-22.2005.8.21.0001 (001/10503510606)	
Juízo	6ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS
Instância	Judicial - 1ª Instância
Data da Instauração	15/12/2000
Partes no Processo	Estado do Rio Grande do Sul x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Rio Grande do Sul (Fazenda Estadual) em face da empresa visando a cobrança de valores a título de ICMS inscritos em Dívida Ativa.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 5.591.871,57
Estágio do Processo	Processo suspenso em razão de inclusão do débito no parcelamento previsto pelo Decreto n. 47.301/2010, denominado AJUSTAR-RS.
Possibilidade de Perda	Remota
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 2008.61.00.025141-0 (Nova numeração 0025141-54.2008.4.03.6100)	
Juízo	3ª Vara Federal Fiscal da Subseção Judiciária de São Paulo/SP
Instância	Judicial - 2ª Instância

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Data da Instauração	09/10/2008
Partes no Processo	Mundial S/A Produtos de Consumo x União Federal - Fazenda Nacional
Objeto da ação	Ação ordinária visando discutir os valores de PIS/COFINS recolhidos a maior no 1º semestre de 2002.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 974.497,99
Estágio do Processo	Na data de 12/04/2011 o recurso de apelação foi concluso ao Relator para decisão.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 2008.61.00.025140-9 (Nova numeração 0025140-69.2008.403.6100)	
Juízo	15ª Vara Federal Cível da Subseção Judiciária de São Paulo/SP
Instância	Judicial - 1ª Instância
Data da Instauração	09/10/2008
Partes no Processo	Mundial S/A Produtos de Consumo x União Federal - Fazenda Nacional
Objeto da ação	Trata-se de Ação Anulatória de débito fiscal, buscando anular auto de infração que discute o pagamento indevido de COFINS.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 4.100.409,45
Estágio do Processo	O processo foi retirado em carga com a Fazenda Nacional em 17/09/2012.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 2006.71.00.001792-4 (Nova numeração 0001792-70.2006.404.7100)	
Juízo	2ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre/RS
Instância	Judicial - 1ª Instância
Data da Instauração	17/01/2006
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial SA Produtos de Consumo e Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a PIS, COFINS e IPI das empresas acima citadas.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 4.144.588,95

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Estágio do Processo	O processo está suspenso desde a data de 27/02/2012 em razão de parcelamento federal previsto pela Lei n. 11.941/2009.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 2007.71.00.029869-3 (Nova numeração 0029869-55.2007.404.7100)	
Juízo	2ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre/RS
Instância	Processo Baixado
Data da Instauração	23/07/2007
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial SA Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em face da empresa em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a IPI.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.056.743,73
Estágio do Processo	Processo baixado na data de 16/09/2011.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 0045048-89.2010.4.03.6182	
Juízo	8ª Vara Federal Fiscal da Subseção Judiciária de São Paulo/SP
Instância	Judicial - 1ª Instância
Data da Instauração	22/10/2010
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Trata-se de Execução Fiscal referente a crédito tributário de PIS/COFINS parcelado no REFIS.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 10.994.064,62
Estágio do Processo	Apresentada exceção de pré-executividade. Processo concluso para análise da manifestação do exequente.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 95.00.09595-5 (Nova numeração 0009595-90.1995.404.7100)	
Juízo	1ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre/RS
Instância	Judicial - 1ª Instância
Data da Instauração	17/05/1995
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a COFINS.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 861.713,20
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 2002.71.07.002664-7 (Apenso ao processo 2002.71.07.002668-4)	
Juízo	Vara Federal de Execuções Fiscais e Criminais de Caxias do Sul/RS
Instância	Judicial - 1ª Instância
Data da Instauração	01/07/2002
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Previdenciária.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 704.158,11
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 2002.71.07.002668-4 (Apenso ao processo 2002.71.07.002664-7)	
Juízo	Vara Federal de Execuções Fiscais e Criminais de Caxias do Sul/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	01/07/2002
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Eberle S/A
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão de inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Previdenciária.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 474.738,41
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 1999.71.00.014547-6 (apenso ao processo 94.00.03583-7)	
Juízo	2ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre /RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	28/06/1999
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a IPI.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.049.906,82
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.
Possibilidade de Perda	Remota
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 98.006645-1	
Juízo	1ª Vara Federal de Execuções Fiscais do Rio de Janeiro/RJ
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	30/09/1998
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria e Outros
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa de débitos referentes a Contribuição Previdenciária.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 15.372.752,74
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 99.0067213-5	
Juízo	6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	30/06/1999
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Eberle S/A e outros
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Previdenciária.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 13.379.816,70
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 96.00.06589-6 (apenso ao processo 98.00.29721-9)	
Juízo	1ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	30/04/1996
Partes no Processo	Fundo de Desenvolvimento da Educação x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Previdenciária.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.295.936,78
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 96.00.06587-0 (Nova numeração 0006587-71.1996.404.7100)	
Juízo	2ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	30/04/1996
Partes no Processo	Fundo de Desenvolvimento da Educação x Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Previdenciária.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 577.558,98
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.
Possibilidade de Perda	Remota
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 2003.71.07.008544-9 (Nova numeração 0008544-42.2003.404.7107)	
Juízo	Vara de Execuções Fiscais e Criminal de Caxias do Sul/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	25/06/2003
Partes no Processo	Fundo de Desenvolvimento da Educação x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Previdenciária.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.418.063,48
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento denominado PAES – Parcelamento Especial previsto pela Lei 10.684/2005, posteriormente incluído no reparcelamento previsto pela 11.941/2009.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 94.00.09906-1 (apenso aos processos 95.00.22059-8 e 94.00.14674-4)	
Juízo	3ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	29/07/1994
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Previdenciária.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.884.030,90
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 94.00.14674-4 (apenso aos processos 94.00.09906-1 e 95.00.22059-8)	
Juízo	3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	04/11/1994
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em face da empresa em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Previdenciária.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 9.400.146,77
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 97.15.02099-2	
Juízo	Vara Federal de Execução Fiscal de Caxias do Sul/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	03/07/1997
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Eberle S/A
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em face da empresa em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Previdenciária.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 355.179,51
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 96.00.25321-8 (apenso ao processo 94.00.03585-3)	
Juízo	3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	19/12/1996
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Previdenciária.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 52.003.951,33
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 97.15.00957-3 (apenso ao processo 97.15.00970-0)	
Juízo	Vara Federal de Execuções Fiscais e Criminais de Caxias do Sul/RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da Instauração	24/03/1997
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Eberle S/A
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a IPI.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 11.320.501,00
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 97.15.00970-0 (apenso ao processo 97.15.00957-3) (Nova Numeração 0000970-75.1997.404.7107)	
Juízo	Vara Federal de Execuções Fiscais e Criminais de Caxias do Sul/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	24/03/1997
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Eberle S/A
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a IPI.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 2.190.034,55
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 97.15.00928-0 (apenso ao processo 97.15.01066-0) (Nova numeração 0000928-26.1997.404.7107)	
Juízo	Vara Federal de Execuções Fiscais e Criminais de Caxias do Sul/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	24/03/1997
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Eberle S/A
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a IPI.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.232.683,24
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 98.15.05118-0 (Apenso 98.15.03785-4, 98.15.04267-0 e 98.15.03873-7) (Nova Numeração 0005118-95.1998.404.7107)	
Juízo	Vara Federal de Execuções Fiscais e Criminais de Caxias do Sul/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	11/09/1998
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Eberle S/A
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a IPI.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 4.845.491,29
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remota
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 98.15.03873-7 (Nova numeração 0003873-49.1998.404.7107)	
Juízo	Vara Federal de Execuções Fiscais e Criminais de Caxias do Sul/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	08/07/1998
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Eberle S/A
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a IRPJ.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 9.352.536,24
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remota
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 97.15.00985-9 (Nova numeração 0000985-44.1997.404.7107)	
Juízo	Vara Federal de Execuções Fiscais e Criminais de Caxias do Sul/RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da Instauração	24/03/1997
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Eberle S/A
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a IRPJ.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 778.782,98
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remota
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 98.15.02352-7 (apenso ao processo 98.15.00944-3) (Nova numeração 0002352-69.1998.404.7107)	
Juízo	Vara Federal de Execuções Fiscais e Criminais de Caxias do Sul/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	08/05/1998
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Eberle S/A
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a PIS.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 7.615.553,35
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remota
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 97.00.02859-3 (Nova numeração 0002859-85.1997.404.7100)	
Juízo	1ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	13/02/1997
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a IRPJ.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 2.104.438,22
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 99.0029928-0 (Nova numeração 0029928-61.1999.4.02.5101)	
Juízo	8ª Vara Federal de Execuções Fiscais da Subseção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ
Instância	1ª instância - Judicial
Data da Instauração	24/05/1999
Partes no Processo	Fazenda Nacional/INSS x Eberle S/A
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Previdenciária.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.895.829,00
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 5005034-07.2011.404.7122	
Juízo	Vara Federal e JEF de Gravataí/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	30/06/1997
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a IPI.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 4.582.969,03
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 96.00.05187-9 (apenso ao processo 96.00.04993-9)	
Juízo	1ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	08/04/1996
Partes no Processo	Instituto Nacional do Seguro Social x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pelo INSS em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Previdenciária.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 2.005.725,75
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 96.00.04993-9 (apenso ao processo 96.00.05187-9)	
Juízo	1ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	08/04/1996
Partes no Processo	Instituto Nacional do Seguro Social x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Previdenciária.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 4.301.380,91
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 95.00.09241-7 (Nova numeração 0009241-65.1995.404.7100)	
Juízo	3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	11/05/1995
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Social.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 6.779.727,54
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 96.00.15269-1 (apenso ao processo 96.00.13752-8)	
Juízo	1ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	12/08/1996
Partes no Processo	Instituto Nacional do Seguro Social x Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Social.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 4.322.697,34
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 96.00.13752-8 (apenso ao processo 96.00.15269-1) (Nova numeração 0013752-72.1996.404.7100)	
Juízo	1ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	25/07/1996
Partes no Processo	Instituto Nacional do Seguro Social x Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em face da empresa em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Social.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 4.761.151,33
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 96.00.05506-8 (Nova numeração 0005506-87.1996.404.7100)	
Juízo	3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	09/04/1996
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Social.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 12.870.974,15
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 97.00.13715-5 (Nova numeração 0013715-11.1997.404.7100)	
Juízo	1ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	21/07/1997
Partes no Processo	Instituto Nacional do Seguro Social x Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Social.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 7.242.504,34
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 97.15.02230-8 (apenso ao processo 97.15.03652-0)	
Juízo	Vara Federal de Execuções Fiscais e Criminais de Caxias do Sul/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	15/07/1997
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Eberle S/A
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Social.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 9.845.877,83
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 97.15.03652-0 (apenso ao processo n. 97.15.02230-8)	
Juízo	Vara Federal de Execuções Fiscais e Criminais de Caxias do Sul/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	04/11/1997
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Eberle S/A
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em face da empresa em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Social.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 13.362.035,11
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1999.71.00.008721-0 (Nova numeração 0008721-66.1999.404.7100)	
Juízo	2ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	10/05/1999
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Social.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 520.260,54
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 1999.71.00.011314-1 (apenso ao processo n. 1999.71.00.011316-5)	
Juízo	2ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	08/06/1999
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Social.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 3.928.502,40
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1999.71.00.011316-5 (apenso ao processo n. 1999.71.00.011314-1)	
Juízo	2ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	08/06/1999
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Social.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.356.680,02
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 2005.71.07.004250-2 (apenso ao processo 2006.71.07.001001-3)	
Juízo	Vara Federal de Execuções Fiscais e Criminais de Caxias do Sul/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	29/08/2005
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em face da empresa em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Social.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 746.022,32
Estágio do Processo	Execução Fiscal no parcelamento previsto pelo Programa de Parcelamento previsto pela Lei n. 11.941/2009.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 2001.71.00.002980-1 (Nova numeração 0002980-74.2001.404.7100)	
Juízo	1ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	12/02/2001
Partes no Processo	Instituto Nacional do Seguro Social x Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Social.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 698.960,45
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 2009.61.82.030601-4 (Nova numeração 0030601-33.2009.4.03.6182)	
Juízo	11ª Vara Federal de Execuções Fiscais de São Paulo/SP
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	03/09/2009
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em face da empresa em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a IRPJ.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 23.131.415,43
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 2009.61.82.034812-4 (Nova numeração 0034812-15.2009.4.03.6182)	
Juízo	2ª Vara Federal de Execução Fiscal de São Paulo/SP
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	29/09/2009
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em face da empresa em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a COFINS.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 11.342.988,04
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 2009.61.82.016348-3 (Nova numeração 0016348-40.2009.4.03.6182)	
Juízo	3ª Vara Federal de Execuções Fiscais de São Paulo/SP
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	27/05/2009
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em face da empresa em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a COFINS.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 945.115,00
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 2005.71.07.000455-0 (Nova numeração 0000455-59.2005.404.7107)	
Juízo	Vara Federal de Execuções Fiscais e Criminais de Caxias do Sul/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	04/02/2005
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em face da empresa em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a Contribuição Previdenciária.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 6.050.319,16
Estágio do Processo	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 5003300-03.2010.404.7107	
Juízo	Vara Federal de Execução Fiscal de Caxias do Sul/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	27/09/2010
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em face da empresa em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a IPI.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 8.765.097,10
Estágio do Processo	Débito parcelado no REFIS. Apresentada exceção de pré-executividade. Aguarda manifestação do exequente.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 5000175-90.2011.404.7107	
Juízo	Vara Federal de Execuções Fiscais e Criminais de Caxias do Sul/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	19/01/2011
Partes no Processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em razão da inscrição em dívida ativa débitos referentes a IPI e demais impostos.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 23.090.359,07
Estágio do Processo	Acolhida a exceção de pré-executividade e determinada a exclusão das CDAs n. 00.2.99017213-50, 00.3.9900.0193-23, 00.3.9900.0381-15 e 00.4.9900.0120-59. Devendo a execução prosseguir em relação à CDA n. 00.3.09.000076-07
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processos Administrativos:

Processo nº 19515003574/2009-12	
Juízo	Secretaria da Receita Federal em São Paulo/SP
Instância	Administrativa
Data da Instauração	01/09/2009
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em São Paulo x Mundial SA Produtos de Consumo
Objeto da ação	Trata-se de Auto de Infração referente a Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.000.000,00
Estágio do Processo	O processo está no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Na data de 14/06/2012, o PAF foi distribuído ao relator Antônio Bezerra Neto.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 16349.000317/2008-19	
Juízo	Secretaria da Receita Federal em São Paulo/SP
Instância	Administrativa
Data da Instauração	29/09/2008
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em São Paulo x Mundial SA Produtos de Consumo
Objeto da ação	Trata-se de Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal em São Paulo visando discutir valores supostamente pagos indevidamente a título de Finsocial.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.000.000,00
Estágio do Processo	O Auto de Infração encontra-se, desde 01/06/2012, na Delegacia de Julgamentos da Receita Federal em São Paulo.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 19515.005936/2009-00	
Juízo	Secretaria da Receita Federal em São Paulo/SP
Instância	Administrativa
Data da Instauração	14/12/2009
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em São Paulo x Mundial SA Produtos de Consumo
Objeto da ação	Trata-se de Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal em São Paulo visando discutir valores referentes a IRPJ e reflexos (contribuição social).
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 28.462.058,03
Estágio do Processo	Na data de 13/06/2012 o PAF havia sido retirado de pauta por determinação do presidente.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 11080.010241/2006-34	
Juízo	Secretaria da Receita Federal em São Paulo/SP
Instância	Administrativa
Data da Instauração	24/11/2006
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em São Paulo x Mundial SA Produtos de Consumo
Objeto da ação	Trata-se de processo administrativo fiscal referente à declaração de compensação de valores devidos a título de PIS e a COFINS.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 661.069,38
Estágio do Processo	Na data de 13/06/2012 o PAF havia sido retirado de pauta por determinação do presidente.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 19515.004468/2010-81	
Juízo	Secretaria da Receita Federal em São Paulo/SP
Instância	Administrativo
Data da Instauração	17/12/2010
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em São Paulo x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Trata-se de Auto de Infração constituindo crédito tributário referente a IRPJ e CSLL.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 104.574.285,04
Estágio do Processo	O PAF estava na Delegacia de Julgamento da Receita Federal de São Paulo, que julgou procedente a impugnação da empresa. Atualmente, os autos encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para julgamento do Recurso Voluntário.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 19515.004725/2010-85	
Juízo	Secretaria da Receita Federal de São Paulo/SP
Instância	Administrativo
Data da Instauração	09/12/2010
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em São Paulo x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Trata-se de Auto de Infração constituindo crédito tributário referente a IRPJ e CSLL.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.471.954,15
Estágio do Processo	Encaminhado para dívida ativa.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 11080.511609/2008-49	
Juízo	Procuradoria Regional da Fazenda Nacional em Canoas/RS
Instância	Administrativa
Data da Instauração	17/11/2008
Partes no Processo	Procuradoria Regional da Fazenda Nacional em Canoas x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Processo inscrito em dívida ativa referente a processo administrativo fiscal que discutiu Imposto sobre Produto Industrializado devido pela empresa.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.384.861,69
Estágio do Processo	Processo Administrativo Fiscal incluído no parcelamento previsto pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 11080.002512/2009-21	
Juízo	Secretaria da Receita Federal em Porto Alegre/RS
Instância	Administrativa
Data da Instauração	14/04/2009
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em Porto Alegre x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Processo inscrito em dívida ativa referente a processo administrativo fiscal que discutiu Imposto sobre Produto Industrializado devido pela empresa.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 5.992.446,93
Estágio do Processo	Processo Administrativo Fiscal incluído no parcelamento previsto pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 0819000/00953/11	
Juízo	Secretaria da Receita Federal em São Paulo/SP
Instância	Administrativo
Data da Instauração	16/04/2011
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em São Paulo x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Trata-se de Auto de Infração lavrado contra a empresa, lançando pena de multa pela apresentação incorreta de dados fornecidos em meio magnético.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.655.807,46
Estágio do Processo	Na data de 13/07/2011 foi protocolada Impugnação ao Auto de Infração lavrado.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 11080.006436/2003-37	
Juízo	Secretaria da Receita Federal em São Paulo/SP
Instância	Administrativo
Data da Instauração	07/07/2003
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em São Paulo x Zivi SA Cutelaria
Objeto da ação	Trata-se de Processo Administrativo Fiscal discutindo valores referentes a COFINS.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 3.445.320,25
Estágio do Processo	Processo Administrativo Fiscal incluído no parcelamento previsto pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 11020.002367/2002-16	
Juízo	Secretaria da Receita Federal em São Paulo/SP
Instância	Administrativo
Data da Instauração	27/05/2002
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em São Paulo x Eberle S/A
Objeto da ação	Trata-se de Processo Administrativo Fiscal discutindo valores referentes a CSLL.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.524.159,73
Estágio do Processo	Processo Administrativo Fiscal incluído no parcelamento previsto pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 11020.001889/96-19	
Juízo	Secretaria da Receita Federal em Porto Alegre/RS
Instância	Administrativo
Data da Instauração	24/10/1996
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em Porto Alegre x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Trata-se de Processo Administrativo Fiscal discutindo valores referentes a PIS.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 2.456.238,73
Estágio do Processo	Processo Administrativo Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 10494.000729/99-75	
Juízo	Secretaria da Receita Federal de Porto Alegre/RS
Instância	Administrativo
Data da Instauração	10/06/1999
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Trata-se de Processo Administrativo Fiscal discutindo valores referentes a IPI.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 762.902,48
Estágio do Processo	Processo Administrativo Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 11080.008389/96-49	
Juízo	Secretaria da Receita Federal de Porto Alegre/RS
Instância	Administrativo
Data da Instauração	20/08/1996
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em Porto Alegre x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Trata-se de Processo Administrativo Fiscal discutindo valores referentes a IRRF.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.235.938,74
Estágio do Processo	Processo Administrativo Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 11020.002366/2002-71	
Juízo	Secretaria da Receita Federal em São Paulo/SP
Instância	Administrativo
Data da Instauração	27/05/2002
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em São Paulo x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Trata-se de Processo Administrativo Fiscal discutindo valores referentes a IRPJ.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 3.512.536,24
Estágio do Processo	Processo Administrativo Fiscal incluído no parcelamento previsto pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 11020.002365/2002-27	
Juízo	Secretaria da Receita Federal de Caxias do Sul/RS
Instância	Administrativo
Data da Instauração	27/05/2002
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em Caxias do Sul x Eberle S/A
Objeto da ação	Trata-se de Processo Administrativo Fiscal discutindo valores referentes a PIS.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 707.600,33
Estágio do Processo	Processo Administrativo Fiscal incluído no parcelamento previsto pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 11080.006439/2003-71	
Juízo	Secretaria da Receita Federal de Caxias do Sul/RS
Instância	Administrativo
Data da Instauração	07/07/2003
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em Caxias do Sul x Zivi S/A Cutelaria
Objeto da ação	Trata-se de Processo Administrativo Fiscal discutindo valores referentes a PIS.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 818.392,70
Estágio do Processo	Processo Administrativo Fiscal incluído no parcelamento previsto pela Lei 11.941/2009.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 11020.001888/96-56	
Juízo	Secretaria da Receita Federal de São Paulo/SP
Instância	Administrativo
Data da Instauração	23/10/1996
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em São Paulo x Eberle S/A
Objeto da ação	Trata-se de Processo Administrativo Fiscal discutindo valores referentes a COFINS.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 7.290.800,37
Estágio do Processo	Processo Administrativo Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 11020.000301/96-18	
Juízo	Secretaria da Receita Federal de Caxias do Sul/RS
Instância	Administrativo
Data da Instauração	14/03/1996
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal x Eberle S/A
Objeto da ação	Trata-se de Processo Administrativo Fiscal discutindo valores referentes a IPI.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 8.978.593,09
Estágio do Processo	Processo Administrativo Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Possibilidade de Perda	Remoto
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 00103783/2010	
Juízo	Secretaria da Receita Federal em São Paulo/SP
Instância	Administrativo
Data da Instauração	08/06/2010
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em São Paulo x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Trata-se de Processo Administrativo Fiscal discutindo valores referentes a FGTS.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 7.480.664,00
Estágio do Processo	Petição requerendo prorrogação do prazo para pagamento.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

Processo nº 19515.002882/2010-56	
Juízo	Secretaria da Receita Federal em São Paulo/SP
Instância	Administrativo
Data da Instauração	14/09/2010
Partes no Processo	Delegacia da Receita Federal em São Paulo x Mundial S/A Produtos de Consumo
Objeto da ação	Trata-se de Processo Administrativo Fiscal discutindo valores referentes a IRPJ/CSLL.
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 14.458.250,04
Estágio do Processo	Processo suspenso em razão de impugnação apresentada nos autos.
Possibilidade de Perda	Possível
Valor Provisionado	Não há
Se já foi realizado depósito judicial	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processos Administrativos e Tributários: anteriores a dezembro de 1999 foram incluídas no REFIS e os posteriores, incluídos no PAES, no REFAZ – ICMS bem no Parcelamento previsto na Lei nº. 11.941/2009. Atualmente todos os processos administrativos e judiciais estão suspensos por conta dos referidos parcelamentos. Abaixo a provisão provável consolidada até 31/12/2010:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Provisões tributárias	36	36	36	36
	36	36	36	36

O emissor informa que não possui processo arbitral em tramite e que os processos judiciais e administrativos são classificados de acordo com o grau de risco de perda (provável, possível ou remota), com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrando em sua contabilidade o montante avaliado como perda provável, considerado suficiente para cobrir perdas que possam vir a ocorrer.

1. Consolidação das Contingências com probabilidade de perda provável:

Valores apresentados m R\$ mil:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	30/12/10	31/12/11	30/12/10
Provisões tributárias	36	36	36	36
Provisões trabalhistas e cíveis	4.295	4.592	5.076	4.905
	4.331	4.628	5.112	4.941
Depósitos Judiciais	(2.109)	(1.938)	(2.109)	(1.938)
	2.222	2.690	3.003	3.003

2. Consolidação das Contingências Cíveis e Trabalhistas com probabilidade de perda possível:

As causas consideradas como perdas possíveis não estão registradas, mas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, devem ser divulgadas. Em 31 de dezembro de 2011, as causas consideradas de perda possíveis, conforme estimativa dos advogados da Companhia, são as seguintes:

Valores apresentados m R\$ mil:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Causas cíveis	9.991	12.157	13.836	12.462
Causas trabalhistas	6.292	6.900	6.712	6.900
Causas tributárias	3.548	-	3.548	-
	19.831	19.057	24.096	19.362

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas:

Processo nº 041/1.11.0000991.7	
Juízo	Vara Cível da Comarca de Canela/RS
Instância	Instução
Data da Instauração	23/05/2011
Partes no Processo	Metalcan SA x Monte Magré S/A (100% Controlada pela Mundial S/A)
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 260.672,33
Principais Fatos	<p>A empresa Autora ingressou com Ação Anulatória de Registro Público de Imóvel com Pedido Liminar de proibição de averbação de qualquer alienação nas matrículas 216, 1987, 2687 e 6915 dos imóveis de propriedade da Agravante e, pedido de concessão ao benefício da assistência judiciária gratuita, tendo sido ambos deferidos pelo juízo a quo.</p> <p>A Monte Magré agravou da decisão, sendo que foi deferido o efeito suspensivo da decisão e o agravo está pendente de julgamento.</p> <p>Tendo em vista o efeito suspensivo foi cancelado nas matrículas a determinação de proibição de alienação dos imóveis.</p> <p>A Monte Magré contestou a ação e protocolou Reconvenção requerendo indenização por danos morais e materiais.</p> <p>Posição Atual: Aguardando manifestação da Metalcan acerca da Contestação e Reconvenção.</p>
Chance de Perda (provável, possível ou remota)	Remota
Análise do impacto em casos de perda no processo	Média

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Informações sobre processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam partes que não tenham sido divulgadas nos itens 4.3 e 4.4:

Todos os processos relevantes que podem causar impactos na empresa foram relacionados no item 4.3 deste formulário.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes:

Todos os processos relevantes que podem causar impactos na empresa foram relacionados no item 4.3 deste formulário.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Descrição de outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores:

Todos os processos relevantes que podem causar impactos na empresa foram relacionados no item 4.3 deste formulário.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

Não apresenta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Descrição dos principais riscos de mercado que a Companhia está exposta.

Risco de preço das commodities: esse risco está relacionando à possibilidade de oscilação no preço dos insumos (cobre e aço). Esses preços são regulados pelo mercado internacional e com poucos fornecedores. O impacto no preço do cobre é registrado nas linhas de Custo do Produto Vendido.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos ou ativos (aplicações) no mercado. Esses impactos, se ocorressem, seriam registrados na conta de Despesas Financeiras na Demonstração do Resultado do Exercício.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a receita de vendas, o custo do produto vendido e as despesas (ou receitas) financeiras.

Risco de liquidez do mercado financeiro: esse risco é oriundo da escassez das linhas de crédito para obtenção de empréstimo lastreado em recebíveis. Uma restrição ao crédito poderia gerar efeitos negativos sobre as operações da companhia. Esse impacto seria registrado em toda a operação, pois a necessidade de capital de giro aumentaria e a companhia teria dificuldade de honrar seus compromissos de curto prazo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez.

Os critérios de escolha das operações obedecem a parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas:

a) Risco de moeda com variações cambiais

Para controle da exposição de riscos cambiais, a Companhia considera o *hedge* natural existente nos recebíveis em moeda estrangeira que são vinculadas aos contratos de câmbio.

Análise de sensibilidade:

Um fortalecimento do Real contra o Dólar aumentaria o patrimônio e o resultado da Companhia, conforme demonstrado abaixo. Esta análise é baseada nas variações que a Companhia considera razoável para a taxa de câmbio no período. As demais variáveis não teriam alterações, sob o ponto de vista da Companhia, pois se tratam de taxa de juros pré-fixadas.

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Adiantamento de câmbio	(8.974)	(8.009)	(8.974)	(8.009)
Fornecedor	(877)	(498)	(1.626)	(1.365)
Passivo vinculado ao US\$	(9.851)	(8.507)	(10.600)	(9.374)
Clientes	11.714	10.326	5.865	10.326
Mútuo	3.394	2.124	-	-
Ativo vinculado ao US\$	15.108	12.450	5.865	10.326
Exposição líquida	5.257	3.943	(4.735)	952

b) Risco de Crédito (sobre os ativos)

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e às contas a receber. A companhia possui aplicações financeiras que compõem as garantias dos empréstimos junto às mesmas instituições financeiras onde estão aplicados os recursos; e seu resgate está atrelado à amortização (ou quitação) do mesmo, restando minimizado o risco de perda do ativo. No que tange às contas a receber, a companhia possui uma política de análise de crédito, com um comitê de crédito que estipula o limite de crédito de cada um dos clientes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

c) Risco de taxa de juros

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa.

A Companhia contabiliza todos os ativos ou passivos financeiros com taxas de juros fixas pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa variável.

A Companhia faz a captação das operações financeiras com taxas pós-fixadas, sendo que estas historicamente não sofreram variações significativas. Contudo, considerando que estas taxas de juros estão atreladas a taxa SELIC, verifica-se que o risco de aumento dos juros não constitui variável sobre a qual a empresa detém controle.

Instrumentos de taxa variável	Controladora			
	31/12/2011	31/12/2010		
Passivos financeiros	101.671	111.650		
	Receita sobre índice 31/12/11	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Passivos Financeiros sujeitos a variação CDI	10,64%	10,64%	7,98%	5,32%
Projeção sobre passivo financeiro-		10.818	8.113	5.409
	Consolidado			
Instrumentos de taxa variável	31/12/2011	31/12/2010		
Passivos financeiros	110.974	136.678		
	Receita sobre índice 31/12/11	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Passivos Financeiros sujeitos a variação CDI	10,64%	10,64%	7,98%	5,32%
Projeção sobre passivo financeiro		11.808	8.856	5.904

Política de gerenciamento de risco:

A companhia avalia constantemente oportunidades de proteção patrimonial, através o gerenciamento de risco, visando proteger-se das oscilações da taxa de cambio e risco de commodities. Os instrumentos de proteção são derivativos (swaps de taxa de juros, swap de moeda, NDFs (Non Deliverable Forwards) ou Forward Extra).

A avaliação para decisão se deve ou não realizar hedge cobre é tomada em decisão de diretoria, avaliando tendência do metal, tendo como base a expectativa de aumento do custo desta matéria-prima. Essas reuniões são mensais, onde são discutidos os resultados financeiros de cada unidade de negócios.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

As novas operações de hedge são analisadas em conjunto com a gerência e diretoria financeira, com base em uma análise prévia simulando todos os possíveis efeitos que possam gerar sobre o resultado da companhia. Uma vez realizada a operação são realizados testes e controles sistemáticos para manter o controle dos mesmos.

d) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não há.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não há outras informações que a Companhia considere relevante em relação ao item riscos de mercado, além daqueles já descritos neste formulário.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	02/04/1896
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	12/12/1979

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

1896 - Fundação da empresa por Abramo Eberle em 02/04/1896. chamava-se: Abramo Eberle & Cia (pequena funilaria) e mais tarde: metalúrgica Abramo Eberle Ltda.

1907 - Início da fabricação de artigos para montaria.

1918 - Início da fabricação de talheres, cutelaria e pertences para mesa e cozinha.

1920 - Começa a fabricação de artigos sacros com grande sucesso por longos anos.

1928 - Início da produção de botões de pressão e rebites destinados à indústria de vestuário e do calçado.

1940 - A empresa começa a fabricar motores elétricos para seu uso e para terceiro.

1947 - Início da fundição de ferro e da produção de tesouras, facas, espadas, máquinas de uso domésticas e estampados convencionais.

1966 - A Eberle transformou-se em empresa de capital aberto e inicia a construção do parque industrial de São Ciro, em Caxias do Sul, num terreno com área de 427 mil m2.

1968 - Inauguração da fábrica destinada exclusivamente à produção de motores elétricos com área construída de 30.000 m2.

1974 - Inauguração da fábrica destinada exclusivamente à produção componentes metálicos (botões, ilhoses, rebites, fivelas, argolas e outros) com área de 25.000 m2.

1982 - Implantada a mecânica de estamperia de precisão para a indústria eletroeletrônica de comunicação, automobilística e informática, neste mesmo a razão social foi alterada pra Eberle S.A.

1985 - Em 14/07/85 a Companhia Zivi-Hercules com sede em Porto Alegre assume o controle acionário da Eberle S.A..

1988 - Construção da fábrica de fios de cobre esmaltados para a produção de motores elétricos.

1989 - Construída mais uma unidade industrial para a produção de motores elétricos fracionários com área de 6.000 m2.

1991 - A Eberle S.A. desativa todas as linhas de produção de consumo (tesouras, talheres, máquinas de uso doméstico, artigos sacros, artigos para montaria, pertences para mesa, etc...) assumidas parcialmente pela controladora Zivi - Hercules.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A Eberle S.A. é a indústria metalúrgica mais antiga desta região, nasceu praticamente com Caxias do Sul, cresceu e ajudou a cidade a crescer, sempre foi a empresa que mais proporcionou empregos no município chegou a ter um quadro de 5.680 funcionários. Ao longo de sua história, centenas de profissionais deixaram a Eberle S.A. para se estabelecer por conta própria, hoje titulares de prósperas empresas que enriquecem o parque fabril desta cidade e do Rio Grande do Sul.

A Companhia passou a atender intensamente a dois segmentos de mercado operando com duas unidades independentes:

a) Eletroacionamentos – fabricação de motores para condicionamento de ar, motores da linha tubo, motores da linha industrial, motores da linha coifa e produtos sinérgicos (eletrobombas, conversores de frequência, tineres, etc...)

b) Componentes de Fixação - fabricação de botões, rebites, ilhoses e estampados de precisão para a indústria de vestuário, do calçado, de autopeças e eletroeletrônica.

2003 – Concluiu-se mais uma etapa importante do processo de reestruturação da Eberle S.A. a companhia realizou a reavaliação de seus ativos, passou pelo processo de capitalização e finalizou alterando sua estrutura societária, incorporando a Zivi S.A. – Cutelaria, alterando sua razão social para Mundial S.A. – Produtos de Consumo a partir de 2004.

Com o surgimento da Mundial S.A. pode-se concluir o processo de redefinição dos negócios da empresa, para tanto era necessário ter-se uma marca corporativa que respaldasse cada unidade de negócio sem perder a visão de grupo portanto cada negócio passou a ter sua marca e respectivos objetivos estratégicos e operacionais

2004 - O fato marcante e que merece destaque na condução dos negócios da Mundial S.A, foi a venda da unidade de motores elétricos para a Metalcorte Inox Ltda. com isto a Mundial S.A consolida a fase de desmobilização de negócios que não estavam vinculados as estratégias de longo prazo, focada em negócios ligados a produtos de consumo.

2005 - Em dezembro de 2005 a Companhia alienou sua participação na distribuidora norte-americana Mundial Inc .

2006 - Em setembro de 2006 a Companhia início à operação Asiática da Mundial S/A, através de uma “joint-venture” Mundial Co Ltd, da qual a Mundial S/A detém indiretamente 70%. Esta operação tem como missão precípua a identificação e gerenciamento de parceiros fornecedores bem como a distribuição de produtos com

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

as nossas marcas tanto no mercado asiático quanto nos demais mercados em que atuamos.

2008 – Em 28 de março de 2008, a Mundial S.A. assinou contrato de aquisição da marca de esmaltes Impala, do Laboratório Avamiller de Cosméticos. O negócio incluiu além de esmaltes, batons e produtos para cabelo e corpo.

2009 – A companhia adquiriu a participação integral em 2009, no Laboratório Avamiller Ltda. (Avamiller), com sede em Guarulhos – SP, atua no segmento de esmaltes e outros itens de beleza pessoal, e também a participação integral na Mundial Inc., com sede em Walpole, Massachusetts – EUA, que atua na comercialização e distribuição dos produtos de consumo e fashion.

2010 – A Companhia iniciou operações de varejo no mercado norte-americano, estabelecendo, inicialmente, no sul da Florida, uma rede de 5 quiosques para venda dos produtos da divisão de Personal Care, instalados nos principais shopping centers de Miami e Fort Lauderdale.

Iniciou no final de dezembro, operações pela Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo, com sede no Rio de Janeiro, que atua na comercialização e distribuição dos produtos de consumo e fashion, motores e demais itens de beleza pessoal.

2011 – A companhia anunciou a intenção de ingressar no Novo Mercado da BM&FBovespa e tomou as primeiras medidas para implementar esta decisão . Em julho deste ano, anunciou a celebração de um acordo de aporte de capital (SEDA – Stand-by Equity Distribution Agreement) no montante de US\$ 50 milhões a ser implementado em 2 anos.

2012 – Em Janeiro, os acionistas da Companhia aprovaram a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias. A conversão das ações é uma das etapas para migrar para o segmento especial da BM&FBOVESPA, Novo Mercado e elevar o nível de Governança Corporativa. O estatuto também foi alterado de acordo com as regras do segmento.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Principais eventos societários ocorridos nos 3 últimos exercícios.

Exercício de 2011:

a. Evento:

Alienação judicial dos imóveis não operacionais da Companhia, situados em Porto Alegre-RS à Avenida Visconde de Pelotas nºs 360 e 130.

b. principais condições do negócio:

A alienação foi celebrada, com a concordância da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e homologada pela Justiça Federal. A propriedade de referidos imóveis é detida em condomínio com a sua acionista Hercules S/A. – Fabrica de Talheres. O valor da alienação é de R\$ 35,53 milhões, os quais serão pagos pelo comprador em 7 parcelas mensais mediante depósito em juízo do respectivo valor. O produto da venda será integralmente revertido ao programa de amortização acelerada da dívida fiscal.

c. sociedades envolvidas:

A Companhia e sua controlada Hercules S/A – Fábrica de Talheres.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

O evento não envolveu ações da Companhia.

e. quadro societário antes e depois da operação:

Não houve alterações no quadro societário da Companhia.

Exercício de 2010

a. Evento 1:

Abertura da controlada Mundial Personal Care em Miami – USA.

b. principais condições do negócio:

A empresa foi constituída com o capital de U\$ 1,00.

A abertura desta controlada visa a comercialização de mercadorias com a marca Mundial em quiosques localizados em shopping centers no Estados Unidos.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

c. sociedades envolvidas:

A Mundial S.A. – Produtos de Consumo não possui sócios nesta operação.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

O evento não envolveu ações da Companhia.

e. quadro societário antes e depois da operação:

Não houve alterações no quadro societário da Companhia.

a. Evento 2:

Abertura da Distribuidora Mundial de produtos de Consumo em Itatiaia, estado do Rio de Janeiro.

b. principais condições do negócio:

A empresa foi constituída com o capital de R\$ 100.000,00, sendo que a Mundial S.A. é detentora de 99% do capital dessa empresa.

A abertura desta controlada visa à distribuição em território nacional de produtos das marcas Mundial, Hercules e Laboratório Avamiller.

c. sociedades envolvidas:

A Companhia constituiu a Mundial Distribuidora de Consumo Ltda. em sociedade com a controlada Eberle Equipamentos e Processos.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor.

O evento não envolveu ações da Companhia.

e. quadro societário antes e depois da operação.

Não houve alterações no quadro societário da Companhia.

a. Evento 3:

Venda de imóvel e terreno em Caxias do Sul.

b. principais condições do negócio:

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Adjudicação junto a Secretaria da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul de imóvel avaliado em R\$ 30,06 milhões.

c. sociedades envolvidas:

A Mundial S.A. – Produtos de Consumo não possui sócios nesta operação.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

O evento não envolveu ações da Companhia.

e. quadro societário antes e depois da operação

Não houve alterações no quadro societário da Companhia.

a. Evento 4:

Adesão ao programa de parcelamento Estadual - AJUSTAR.

b. principais condições do negócio:

Redução no montante da dívida de juros no valor de R\$ 59,237 milhões. O saldo foi pactuado em 120 parcelas.

c. sociedades envolvidas

A Mundial S.A. – Produtos de Consumo não possui sócios nesta operação.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

O evento não envolveu ações da Companhia.

e. quadro societário antes e depois da operação

Não houve alterações no quadro societário da Companhia.

Exercício de 2009

a. Evento 1:

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Em maio de 2009, a Companhia finalizou a operação de compra que iniciou em 2008, com a aquisição da marca de esmaltes Impala.

b. principais condições do negócio:

A aquisição ocorreu pelo valor de R\$ 23,30 milhões, pagos conforme abaixo:

- ü R\$ 2.830.332,18 (dois milhões oitocentos e trinta mil, trezentos e trinta e dois reais e dezoito centavos) no ato da assinatura do Contrato (28/03/2008);
- ü R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais) também no ato da assinatura do Contrato (28/03/2008);
- ü R\$ 2.000.000,00 (dois milhões) a serem pagos na data do protocolo na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP da alteração do contrato social;
- ü R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões) a ser pago em 34 (trinta e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil), corrigidos mensalmente de acordo com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo a primeira parcela a ser paga em 28 de abril de 2008.

A aquisição desta empresa visa à entrada da Mundial S.A. – Produtos de Consumo no segmento de esmaltes fazendo a sinergia com os produtos da Mundial.

c. sociedades envolvidas:

A aquisição ocorreu em parceria com a controlada Eberle Equipamentos e Processos. A Mundial S.A. – Produtos de Consumo possui 99% do capital votante e a Eberle Equipamentos 1%.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

O evento não envolveu ações da Companhia.

e. quadro societário antes e depois da operação:

Não houve alterações no quadro societário da Companhia.

a. Evento 2:

Aquisição da participação integral na Mundial Inc., com sede em Walpole, USA.

b. principais condições do negócio:

A Mundial INC foi readquirida pelo valor nominal de R\$ 2.31 milhões.

Forma de pagamento oriundo do contrato SHARE PURCHASE AGREEMENT firmado entre Union International Consumer Products e Mundial S.A. Produtos de Consumo em 04/08/2009:

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

ü R\$ 2.310.000,00 (dois milhões trezentos e 10 mil reais), a ser pagos em 33 (trinta e três) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) cada, a contar da assinatura do contrato (04/08/2009).

A reaquisição visa à retomada do mercado norte-americano que apresenta expansão no segmento de *Personal Care*.

c. sociedades envolvidas.

A Mundial S.A. – Produtos de Consumo não possui sócios nesta operação.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

O evento não envolveu ações da Companhia.

e. quadro societário antes e depois da operação.

Não houve alterações no quadro societário da Companhia.

a. Evento 3:

Adesão ao programa de parcelamento Federal Lei 11.941.

b. principais condições do negócio:

Redução no montante da dívida no valor de R\$ 76,051 milhões. O saldo foi pactuado em 180 parcelas.

c. sociedades envolvidas

A Mundial S.A. – Produtos de Consumo não possui sócios nesta operação.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

O evento não envolveu ações da Companhia.

e. quadro societário antes e depois da operação

Não houve alterações no quadro societário da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

Não há.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

As atividades da Companhia são divididas em:

Fashion: tem por objeto a industrialização e comercialização de pertences metálicos para indústrias de confecção, calçados de couro e plásticos, artigos metálicos de adorno, artigos e componentes metálicos e plásticos para a indústria, fundição de metais ferrosos e matrizes para estamperia e injeção plástica ou metálica.

Personal Care: tem por objeto a fabricação e a comercialização de artigos de manicure e beleza pessoal, a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos.

Gourmet: tem por objetivo a fabricação e a comercialização de facas profissionais, talheres e utensílios de uso geral, a importação e exportação destes produtos.

Craft: tem por objetivo a fabricação e comercialização de artigos de uso profissional como tesouras e artigos para trabalhos manuais, a importação e exportação destes produtos.

Através de suas controladas a companhia ainda atua nos segmentos:

Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda., com sede em Guarulhos – SP, que atua no segmento de esmaltes e outros itens de beleza pessoal.

Eberle Equipamentos e Processos S.A., com sede em Caxias do Sul – RS, atua na produção e comercialização de motores (Syllent).

Através das controladas diretas e indiretas, Mundial Inc. e Mundial Personal Care LLC, ambas com sede nos Estados Unidos (EUA); Mundial Argentina, com sede na Argentina; Mundial Ásia, com sede em Hong Kong e Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo Ltda., com sede no Rio de Janeiro, a Companhia efetua comercialização e distribuição dos produtos de *personal care* e *fashion*, motores e demais itens de beleza pessoal.

7. Atividades do emissor A 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

A Companhia é constituída por três segmentos operacionais: Personal Care, Fashion e Syllent e Outras Empresas.

Personal Care: tem por objeto a fabricação e a comercialização de artigos de manicure e beleza pessoal, a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos.

Fashion: tem por objeto a industrialização e comercialização de pertences metálicos para indústrias de confecção, calçados de couro e plásticos, artigos metálicos de adorno, artigos e componentes metálicos e plásticos para a indústria, fundição de metais ferrosos e matrizes para estamperia e injeção plástica ou metálica.

Syllent: Eberle Equipamentos e Processos S.A., com sede em Caxias do Sul – RS, atua na produção e comercialização de motores (Syllent).

Outras Empresas:

Correspondem a controladas diretas e indiretas, Mundial Inc. e Mundial Personal Care LLC, ambas com sede nos Estados Unidos (EUA); Mundial Argentina, com sede na Argentina; Mundial Ásia, com sede em Hong Kong e Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo Ltda., com sede no Rio de Janeiro, a Companhia efetua comercialização e distribuição dos produtos de *personal care* e *fashion*, motores e demais itens de beleza pessoal;

Gourmet: tem por objetivo a fabricação e a comercialização de facas profissionais, talheres e utensílios de uso geral, a importação e exportação destes produtos;

Craft: tem por objetivo a fabricação e comercialização de artigos de uso profissional como tesouras e artigos para trabalhos manuais, a importação e exportação destes produtos.

Apresentação do resultado por segmento:

Valores apresentados em R\$ mil:

Saldo em 31/12/11	Personal Care	Fashion	Syllent	Outras Empresas	Consolidado
Receita Líquida	125.637	176.824	11.626	49.612	363.699
(-) CPV	(76.258)	(130.515)	(10.111)	(32.557)	(249.441)
Margem Bruta	49.379	46.309	1.515	17.055	114.258
Despesas com vendas	(21.821)	(25.888)	(3.672)	(13.855)	(65.236)
Resultado por Divisão:	27.558	20.421	(2.157)	3.200	49.022
Despesas Administrativas/outras	-	-	-	-	(34.177)
Resultado financeiro	-	-	-	-	(52.889)
Impostos sobre o lucro	-	-	-	-	(1.909)
Participação dos minoritários	-	-	-	-	(160)
Lucro Líquido	-	-	-	-	(40.113)
Saldo em 31/12/10	Personal Care	Fashion	Syllent	Outras Empresas	Consolidado
Receita Líquida	133.937	176.011	11.980	43.557	365.484
(-) CPV	(78.852)	(130.414)	(9.707)	(27.964)	(246.937)
Margem Bruta	55.085	45.597	2.273	15.593	118.547
Despesas com vendas	(22.903)	(25.981)	(1.693)	(10.207)	(60.784)
Resultado por Divisão:	32.182	19.616	580	5.386	57.763
Despesas Administrativas/outras	-	-	-	-	(42.324)
Resultado financeiro	-	-	-	-	18.268
Impostos sobre o lucro	-	-	-	-	(20.744)
Participação dos minoritários	-	-	-	-	(66)
Lucro Líquido	-	-	-	-	12.897

A Companhia optou por não apresentar o lucro, ativos e passivos separadamente para cada um dos segmentos operacionais em que atua, visto que os mesmos compartilham a estrutura de custos indiretos, despesas administrativas e de vendas. A margem bruta resulta da receita de vendas, deduzida de impostos, custo dos produtos vendidos e despesas variáveis de vendas, como fretes e comissões.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Divisão Fashion

Responsável pela industrialização e comercialização de botões e enfeites metálicos para indústrias de confecção e calçados, destinados ao adorno, customização e diferenciação dos mais diversos segmentos do vestuário, o desempenho da Divisão Fashion foi afetado pela desaceleração da economia brasileira. Seus resultados estão diretamente atrelados à indústria de confecção nacional, a qual experimentou forte retração no segundo semestre. Tal fato reduziu a demanda pelos produtos da Eberle Fashion, provocando a queda da receita líquida na segunda metade do ano. Mesmo assim, a receita líquida acumulada manteve-se praticamente estável (R\$ 176,8 milhões, 0,5% acima de 2010). A divisão Fashion foi responsável por 48,5% da receita consolidada da Mundial no ano de 2011 e 48,2% em 2010.

A Mundial mantém a estratégia de lançar coleções mais frequentes segmentando-as para os mercados de moda e de consumo de massa. Os produtos sem marca produzidos em larga escala voltados para o segmento de jeans de massa têm ganhado participação, sem prejudicar as linhas mais nobres, retomando assim parte do mercado antes suprido com produtos importados. Novos produtos serão lançados em 2012, o que deve alavancar as vendas da divisão ao longo do ano.

Divisão Personal Care

A divisão engloba os produtos direcionados à linha de cuidados pessoais, como por exemplo: tesouras, alicates para cutículas e unhas, cortadores e pinças. Também fazem parte deste segmento os esmaltes e cremes da marca Impala, produzidos pela empresa subsidiária Avamiller de Cosméticos Ltda. Os produtos desta divisão são integralmente comercializados e distribuídos pela Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda, empresa controlada pela Mundial S/A e com sede no Rio de Janeiro. A receita líquida da divisão recuou 6,2% de R\$ 133,9 milhões, em 2010, para R\$ 125,6 milhões no exercício de 2011. A Divisão respondeu por 34,5% da receita líquida da Mundial em 2011 e por 36,6% em 2010.

O desempenho dessa divisão foi afetado pela deterioração da atividade econômica e do consumo interno, principal mercado. As vendas de esmaltes, segmento em que a Mundial atua com a marca Impala, desaceleraram durante o ano, ao contrário da tendência registrada em 2009 e 2010. Dessa forma, a demanda mostrou-se aquém das expectativas da companhia, o que levou a Mundial a reduzir a capacidade de produção e cortar custos. As diversas iniciativas no mercado internacional, como o ingresso no varejo dos Estados Unidos, levaram a um crescimento da receita com o mercado externo de 128,6% no ano, de R\$ 3,5 milhões para R\$ 7,9 milhões.

Divisão Gourmet

Esta divisão compreende a comercialização de produtos, de fabricação própria e de terceiros, no país e exterior, que compreendem facas, tesouras e chairas. A receita líquida atingiu em 2011 o valor de R\$ 32,1 milhões, representando um crescimento de 11,6%, na comparação com 2010 (R\$ 28,8 milhões). A Divisão respondeu por 9% da receita líquida global da Mundial em 2011 e por 7,9% em 2010.

Divisão Syllent

A divisão Syllent compreende a comercialização de linhas de bombas de movimentação de água com aplicação em hidromassagens e rede hidráulica residencial. Este segmento respondeu por 3,2% da receita total da Mundial, o que corresponde a R\$ 11,6 milhões em 2011. No ano anterior, a receita obtida por esse segmento somou R\$ 12,0 milhões, ou 3,3% do valor total. A redução das vendas ocorreu principalmente no mercado externo, que tem participação reduzida na divisão. Já o mercado interno manteve-se estável.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

Cliente responsável por mais de 10% da receita líquida total.

Total Faturamento Líquido-MI

Código Cliente	Descrição Cliente	Valor Líquido	%
050306471	ETILUX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	114.723.092,20	64,88%
		114.723.092,20	64,88%

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Não apresenta.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor;

Cliente	Participação da Receita Líquida Total
ETILUX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	31,54%
GRENDENE S/A	1,41%
ARCOM S/A	1,12%
CIA HERING	0,87%
Outros	55,82%

- b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor;

Cliente / País	Participação da Receita Líquida Total
ARGENTINA	
MUNDIAL ARGENTINA S.A.	1,64%
ESTADOS UNIDOS	
MUNDIAL INC	1,01%
MUNDIAL PERSONAL CARE, LLC	0,01%
AGRO INDUSTRIAL SALES, INC	0,00%
APPAREL IMPORT DBA FORMALWEAR INT	0,00%
VISHAY DALE ELECTRONICS INC	0,00%
PERU	
GUSTAVO SANCHEZ S.A.C.RUC N.	0,34%
IMPORTACIONES HUGUITO EIRL	0,12%
DEBRON SA	0,10%
E. FASHION PERU S.A.C.	0,01%
OUTROS	6,00%

- c. Receita proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.

País	Participação da Receita Líquida Total
ARGENTINA	1,64%
ESTADOS UNIDOS	1,02%
PERU	0,57%
AUSTRÁLIA	0,56%
COSTA RICA	0,39%
CHILE	0,31%
PARAGUAI	0,29%
EMIRADOS ARABES	0,22%
BOLÍVIA	0,20%
URUGUAI	0,18%
COLÔMBIA	0,17%
MÉXICO	0,16%
EQUADOR	0,11%
VENEZUELA	0,11%
ÁFRICA	0,11%
Outros	3,19%

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

Não apresenta.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário.

A Companhia acredita que acima do lucro está a qualidade de vida e o bem estar de seus colaboradores, por isso, preocupa-se em gerar constantes programas sociais em conjunto com a comunidade local. Os resultados até aqui obtidos são positivos, então a Mundial motiva-se cada vez mais a investir no contentamento pessoal e profissional de sua equipe.

A Companhia é uma empresa que busca a sustentabilidade dentro de seus produtos e processos. Sempre preocupada com a eliminação e diminuição da geração de resíduos, a empresa investe em melhorias e na educação ambiental de seus funcionários.

Com este enfoque a Mundial tem avançado de forma significativa em suas ações sócio-ambientais com ênfase em sustentabilidade, projetando a confecção e a publicação de seu Relatório de Sustentabilidade nos padrões similares ao método de relatório da GRI (Global Reporting Initiative). Contudo, estas ações de Responsabilidade Social e Sustentabilidade podem ser identificadas através do site www.mundial.com.

As áreas responsáveis por estes temas estarão finalizando e divulgando através do site acima citado, até o final do 1º semestre de 2012 um novo Relatório Sócio-Ambiental que, certamente validará de forma mais contundente a preocupação da empresa nestes tópicos de suma importância.

Não há outras relações de longo prazo mantidas pela Companhia com órgãos governamentais, nacionais ou estrangeiros.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Todas as atividades do emissor já foram descritas nos itens anteriores deste formulário, não possuindo outras informações relevantes.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Descrição do Grupo Econômico

A Mundial constituída em abril de 1896, é o resultado da incorporação da empresa Zivi S/A Cutelaria e das operações da empresa Eberle S/A. A reunião dos negócios destas duas empresas resultou numa nova companhia, com novos campos de ação e voltada para desenvolvimento de suas marcas, tanto no Brasil quanto no exterior.

A controladora Mundial possui dois parques industriais, localizados nas cidades de Gravataí e Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, e um em Guarulhos, no estado de São Paulo, onde opera a planta de esmaltes, através de sua controlada, o Laboratório Avamiller Ltda.

a. controladores diretos e indiretos

	% de participação	
	Direta	Indireta
Zenith Adm e participações Ltda	14,69	
Hercules S/A - Fábrica de talheres	12,12	
Zhepar Participa Ltda.	2,27	99,98
Elece Adm e Participações Ltda	0,73	100,00

Posição em 31/03/2012

b. controladas e coligadas

c. participações do emissor em sociedades do grupo

Controladas são empresas nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, detêm mais da metade do capital com direito a voto ou outro tipo de controle (direto ou indireto) sobre as operações que lhe permitam auferir benefícios das atividades dessas empresas. Na determinação do controle são considerados os direitos a voto, passíveis de serem exercidos.

	% de participação
	Direta
Eberle Equipamentos e Processos S.A.	100,00
Mundial Inc. (a)	100,00
Mundial Personal Care (a)	100,00
Eberle Agropastoril S.A.	100,00
Monte Magré S.A.	100,00
Mundial Europa (a)	100,00
Companhia Florestal Zivi-Hercules	99,74
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltc	99,00
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	99,00
Mundial Argentina S.A.(a)	96,91

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante**d. participações de sociedades do grupo no emissor**

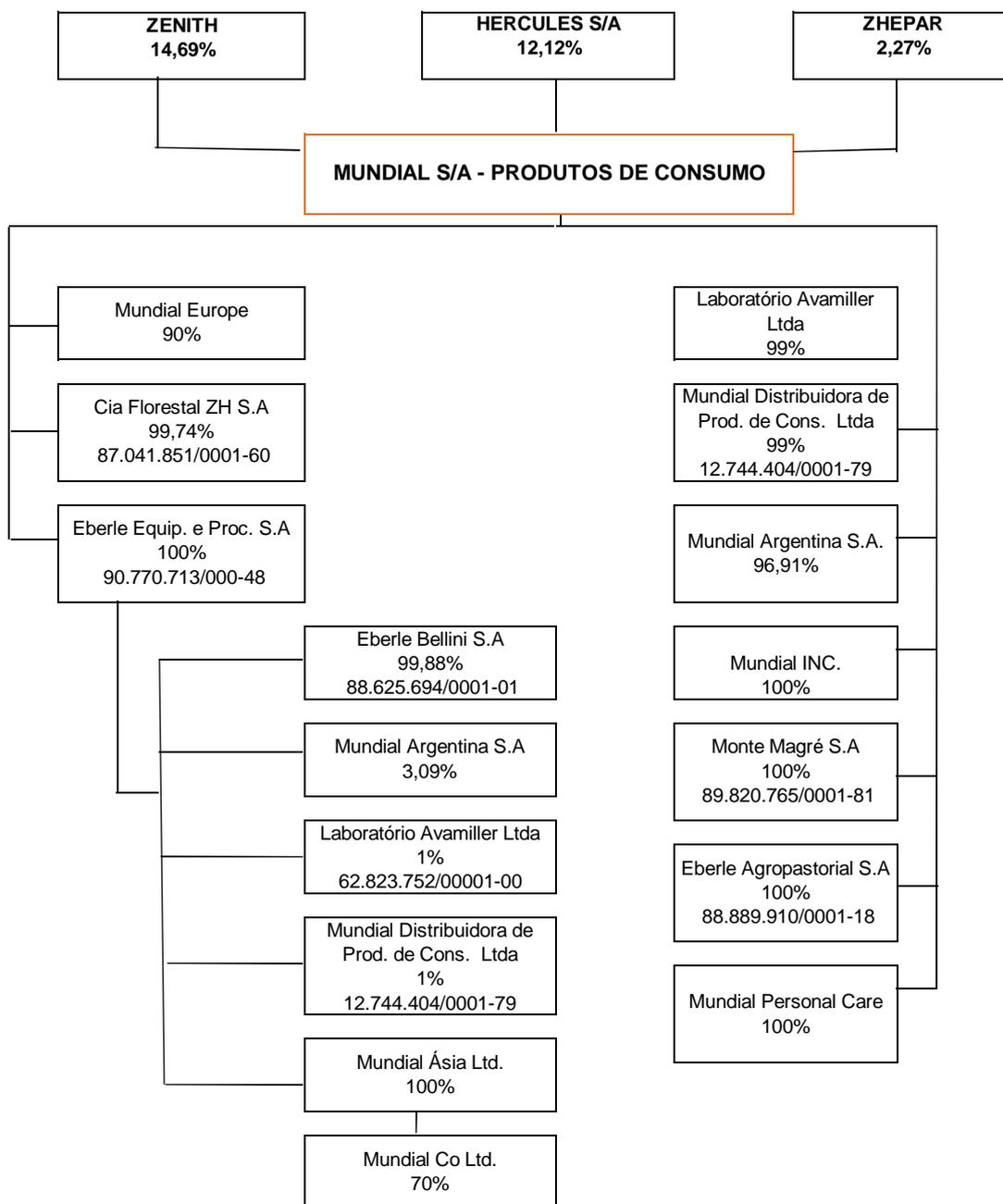
% de participação	
Direta	
Hercules S/A - Fábrica de talheres	12,12

e. sociedades sob controle comum

% de participação	
Indireta (*)	
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	1,00
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	1,00
Mundial Argentina S.A.(a)	3,09
Mundial Asia (a)	100,00
Mundial Co (a)	70,00
Eberle Bellini S.A.	99,88

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

ORGANOGRAMA SOCIETARIO



8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

MARCAS E PATENTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS MUNDIAL

TOTAL DE MARCAS = 216

REGISTRO NÚMERO	DESCRIÇÃO DO ATIVO	CLASSE	TERRITÓRIO ATINGIDO	TIPO	DEPÓSITO	CONCESSÃO	VALIDADE	EVENTOS QUE PODEM CAUSAR A PERDA DOS DIREITOS	CONSEQUÊNCIA DA PERDA DOS DIREITOS
65/3371	Marca	8	AFRICA DO SUL	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	17/08/1965	22 junho, 1966	17 agosto, 2015	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
77/5082	Marca	26	AFRICA DO SUL	EBERLE (NOMINATIVA)	14/11/1977	11 julho, 1980	14 novembro, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
91/10608	Marca	7	AFRICA DO SUL	EBERLE (NOMINATIVA)	13/12/1991	1 março, 1994	13 dezembro, 2021	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
2008/18860	Marca	8	AFRICA DO SUL	MUNDIAL (MSTA)	14/08/2008	5 abril, 2011	14 agosto, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
65/1383	Marca	8	AFRICA DO SUL	MUNDIAL (MSTA)	05/04/1965	23 dezembro, 1965	5 abril, 2015	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
65/1384	Marca	8	ÁFRICA DO SUL	MUNDIAL ÁGUA (MSTA)	05/04/1965	23 dezembro, 1965	5 abril, 2015	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
842030	Marca	8	ALEMANHA	MUNDIAL (MSTA)	16/09/1975	26 maio, 1995	31 maio, 2015	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1046689	Marca	8	ALEMANHA	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	10/11/1982	20 maio, 1983	30 novembro, 2012	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1153100	Marca	7	ALEMANHA	EBERLE (NOMINATIVA)	24/05/1989	29 janeiro, 1990	31 maio, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
302008055059	Marca	8	ALEMANHA	MUNDIAL (MSTA) - logo novo	15/08/2008	24 março, 2009	31 agosto, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1221/69	Marca	8	ARÁBIA SAUDITA	MUNDIAL (MSTA) - logo novo	12/10/2008	10 janeiro, 2011	18 junho, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
2118713	Marca	7	ARGENTINA	EBERLE (MSTA)	25/03/1980	3 junho, 1980	5 outubro, 2016	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
2118712	Marca	26	ARGENTINA	EBERLE (MSTA)	25/03/1980	16 novembro, 1982	5 outubro, 2016	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
2265402	Marca	8	ARGENTINA	MUNDIAL QUATRO ASES (MSTA)	29/07/1985	6 maio, 1987	29 dezembro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1983818	Marca	26	ARGENTINA	EBERLE (NOMINATIVA)	15/12/1992	28 fevereiro, 1994	22 junho, 2014	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
2187348	Marca	8	ARGENTINA	MUNDIAL 4 ASES (MSTA)	21/05/2007	11 outubro, 2007	11 outubro, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
2228749	Marca	8	ARGENTINA	RED DOT (MSTA)	06/06/2007	28 abril, 2008	28 abril, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1589224	Marca	8	ARGENTINA	MUNDIAL 4 ASES (FIGURATIVA)	24 fevereiro, 1964	24/12/2006 (PRORROGADA)	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO	
2226539	Marca	8	ARGENTINA	E EBERLE TOOLS (MSTA)	21/05/2007	29 agosto, 2008	29 agosto, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
2226540	Marca	17	ARGENTINA	E EBERLE TOOLS (MSTA)	21/05/2007	29/08/2008	18 abril, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
2226537	Marca	6	ARGENTINA	E EBERLE TOOLS (MSTA)	21/05/2007	29/08/2008	18 abril, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
2226538	Marca	7	ARGENTINA	E EBERLE TOOLS (MSTA)	21/05/2007	18/04/2008	18 abril, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
Aguardando n.	Marca	3	ARGENTINA	KYOS (MSTA)	21/05/2007	18/04/2008	18 abril, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
2183805	Marca	8	ARGENTINA	FLEX PLUS SOFT MUNDIAL (MSTA)	20/07/2006	25/09/2007	25 setembro, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
A277183	Marca	8	AUSTRÁLIA	MUNDIAL (MSTA)	27/03/1974	10 dezembro, 1975	27 março, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
A277184	Marca	8	AUSTRÁLIA	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	27/03/1974	10 dezembro, 1975	27 março, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
B316420	Marca	7	AUSTRÁLIA	EBERLE (NOMINATIVA)	10/03/1978	10 março, 1978	10 março, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1273626	Marca	42	AUSTRÁLIA	DNA - DESIGNER NAME AUTHENTICATION	21/11/2008	13 setembro, 2010	21 novembro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1255860	Marca	8	AUSTRÁLIA	MUNDIAL (MSTA) - logo novo	07/08/2008	2 junho, 2010	7 agosto, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
302901	Marca	8	AUSTRÁLIA	SERRA SHARP (MSTA)	08/12/1976	17 novembro, 1980	8 dezembro, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
249214	Marca	8	AUSTRIA	MUNDIAL (MSTA) - logo novo	05/08/2008	28 fevereiro, 2009	28 fevereiro, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
59779	Marca	07, 08	BENELUX	MUNDIAL (MSTA)	09/06/1969	30 setembro, 1969	20 setembro, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
59778	Marca	07, 08	BENELUX	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	09/06/1969	20 setembro, 1979	20 setembro, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
464873	Marca	7	BENELUX	EBERLE (NOMINATIVA)	16/06/1989	16 junho, 1989	16 junho, 2009	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
856399	Marca	8	BENELUX	MUNDIAL (MSTA) - logo novo	19/08/2008	19 agosto, 2008	19 agosto, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
3822931	Marca	08.10/20/40	BRASIL	EBERLE (NOMINATIVA)	01/01/1901	26 setembro, 1968	26 setembro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
6315771	Marca	08.40	BRASIL	OSSINHO (FIGURATIVA)	10/01/1933	25 maio, 1976	25/05/2006 (PRORROGADA)	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
5006740	Marca	20	BRASIL	EBERLE (NOMINATIVA)	24/09/1943	24 setembro, 1943	24 setembro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
5006759	Marca	26	BRASIL	EBERLE (NOMINATIVA)	24/09/1943	24 setembro, 1943	24 setembro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
3638049	Marca	08.10/20/40	BRASIL	MUNDIAL ÁGUA (MSTA)	17/04/1962	27 outubro, 1967	27 outubro, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
4019725	Marca	08.40	BRASIL	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	16/08/1962	18 fevereiro, 1970	18 fevereiro, 2010	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
3779718	Marca	07, 15 E 60	BRASIL	EBERLE (NOMINATIVA)	22/07/1968	22 julho, 1978	22/7/2008 - já autorizamos a renovação do registro	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
3772748	Marca	14	BRASIL	EBERLE (NOMINATIVA)	11/12/1968	8 julho, 1968	8 julho, 2008	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
2323354	Marca	08.10/40	BRASIL	MUNDIAL (MSTA)	27/06/1977	23 maio, 1978	23 maio, 2008	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
7559526	Marca	20	BRASIL	E-EBERLE (MSTA)	23/12/1980	12 fevereiro, 1983	12 fevereiro, 2013	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
811438767	Marca	08.40	BRASIL	MUNDIAL CORTE LASER (MSTA)	16/01/1984	4 fevereiro, 2003	04 de fevereiro de 2013	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
820302449	Marca	8	BRASIL	E-EBERLE (MSTA)	01/10/1997	4 julho, 2000	4 julho, 2010	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
820388351	Marca	8	BRASIL	PONTO VERMELHO (NOMINATIVA)	13/11/1997	20 março, 2001	20 março, 2011	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
821968050	Marca	08.40	BRASIL	MUNDIAL SERIES 1 (NOMINATIVA)	08/09/1999	2 dezembro, 2003	2 dezembro, 2013	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
821968068	Marca	08.40	BRASIL	MUNDIAL SERIES 5300 (NOMINATIVA)	08/09/1999	2 dezembro, 2003	2 dezembro, 2013	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
821968041	Marca	08.40	BRASIL	MUNDIAL SERIES 5500 (NOMINATIVA)	08/09/1999	2 dezembro, 2003	2 dezembro, 2013	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
821968190	Marca	08.40	BRASIL	MUNDIAL SERIES 5600 (NOMINATIVA)	08/09/1999	14 outubro, 2003	14 outubro, 2013	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
822103869	Marca	8	BRASIL	MUNDIAL CLASSIC (NOMINATIVA)	07/10/1999	13 outubro, 2004	13 outubro, 2014	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
822142996	Marca	16.30	BRASIL	RED DOT (NOMINATIVA)	26/10/1999	8 dezembro, 2007	AGUARDANDO	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
825426170	Marca	44	BRASIL	CLUBE DO ALICATE (NOMINATIVA)	09/04/2003	15 maio, 2007	15 maio, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
825427177	Marca	44	BRASIL	CLUBE DO ALICATE MUNDIAL (MSTA)	10/04/2003	8 setembro, 2009	8 setembro, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

82662800	Marca	37	BRASIL	MUNDIAL (NOMINATIVA)	13/07/2004	20 julho, 2010	20 julho, 2020	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
826816843	Marca	8	BRASIL	OSSINHO (FIGURATIVA)	14/08/2004	28 outubro, 2008	28 outubro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
826816860	Marca	8	BRASIL	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	18/08/2004	28 outubro, 2008	28 outubro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
827645368	Marca	3	BRASIL	KYOS (NOMINATIVA)	02/08/2005	26 dezembro, 2007	26 dezembro, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
827657064	Marca	8	BRASIL	KYOS (MISTA)	09/08/2005	26 dezembro, 2007	26 dezembro, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
827944900	Marca	8	BRASIL	EBERLE (MISTA)	17/11/2005	12 fevereiro, 2008	12 fevereiro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
827944918	Marca	8	BRASIL	MUNDIAL QUATRO ASES (MISTA)	17/11/2005	6 março, 2012	Publicado depósito	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
827993587	Marca	10	BRASIL	MUNDIAL QUATRO ASES (MISTA)	09/12/2005	19 fevereiro, 2008	19 fevereiro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
827993544	Marca	21	BRASIL	MUNDIAL QUATRO ASES (MISTA)	09/12/2005	9 dezembro, 2008	9 dezembro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
828013144	Marca	16	BRASIL	EBERLE (MISTA)	12/12/2005	6 fevereiro, 2008	6 fevereiro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
828723575	Marca	2	BRASIL	EBERLE (MISTA)	06/09/2006	21 julho, 2009	21 julho, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
828723583	Marca	4	BRASIL	EBERLE (MISTA)	06/09/2006	21 julho, 2009	21 julho, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
828747482	Marca	9	BRASIL	EBERLE (MISTA)	28/09/2006	21 julho, 2009	21 julho, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
829068554	Marca	8	BRASIL	PONTO VERMELHO (FIGURATIVA)	03/04/2007	18 maio, 2010	18 maio, 2020	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
829704248	Marca	26	BRASIL	KROMA (NOMINATIVA)	02/05/2008	24 agosto, 2010	24 agosto, 2020	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
901038075	Marca	16	BRASIL	SPOT EBERLE FASHION	10/07/2008	23 novembro, 2010	23 novembro, 2020	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
901040258	Marca	16	BRASIL	SPOT EBERLE FASHION	11/07/2008	23 novembro, 2010	23 novembro, 2020	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
829919953	Marca	45	BRASIL	DNA - DESIGNER NAME AUTHENTICATION	18/08/2008	14 dezembro, 2010	14 dezembro, 2020	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
901211460	Marca	8	BRASIL	BELEZA MUNDIAL (MISTA)	29/09/2008	27 dezembro, 2011	AGUARDANDO	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
7570422	Marca	20.20	BRASIL	MUNDIAL ÁGUA (MISTA)	27 outubro, 1977	27 outubro, 2017		NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
3875679	Marca	08.40	BRASIL	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	24 dezembro, 1968	24 dezembro, 2008		NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
825610940	Marca	3	BRASIL	IMPALA EXPRESS	21/07/2003	19 junho, 2007	19 junho, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
821491601	Marca	3	BRASIL	IMPALA KIDS	13/07/1999	16 setembro, 2003	16 setembro, 2013	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
826021301	Marca	3	BRASIL	IMPALA COSMÉTICOS	18/12/2003	24 julho, 2007	24 julho, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
828377057	Marca	3	BRASIL	IMPALA THERAPY	22/05/2006	14 dezembro, 2010	14 dezembro, 2020	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
824703324	Marca	3	BRASIL	IMPALA CHROME	19/07/2002	24 abril, 2007	24 abril, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
004095197	Marca	3	BRASIL	IMPALA	19/02/1971	19 fevereiro, 1981	19 fevereiro, 2011	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
818084952	Marca	3	BRASIL	PELLE A PELLE	16/11/1994	23 junho, 1998	23 junho, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
003605191	Marca	3	BRASIL	FASANO	16/02/1962	28 agosto, 1967	28 agosto, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
818688939	Marca	3	BRASIL	Marca figurativa desenho mão	17/08/1995	18 novembro, 1997	18 novembro, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
820517453	Marca	3	BRASIL	DEDINHOS	26/02/1998	31 outubro, 2000	31 outubro, 2010	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
820532622	Marca	3	BRASIL	TITANIC	04/03/1998	4 julho, 2000	4 julho, 2010	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
205759	Marca	8	CANADÁ	MUNDIAL (MISTA)	20/03/1974	7 março, 1975	7 março, 2020	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
207525	Marca	8	CANADÁ	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	20/03/1974	6 junho, 1975	6 junho, 2020	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
641420	Marca	8	CHILE	RED POINT (NOMINATIVA)	12/01/2001	6 setembro, 2002	6 setembro, 2012	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
894-08	Marca	26	EQUADOR	EBERLE (NOMINATIVA)	30/04/2007	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
895-08	Marca	8	EQUADOR	MUNDIAL QUATRO ASES (MISTA)	30/04/2007	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1384-08	Marca	21	EQUADOR	MUNDIAL QUATRO ASES (MISTA)	30/04/2007	10 janeiro, 2008	10 janeiro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
693408	Marca	8	ESPANHA	MUNDIAL QUATRO ASES (MISTA)	10/11/1972	15 novembro, 1976	10 novembro, 2012	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1510275	Marca	26	ESPANHA	EBERLE (NOMINATIVA)	07/07/1989	7 julho, 1989	7 julho, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
2841060	Marca	8	ESPANHA	MUNDIAL (MISTA) - logo novo	13/08/2008	13 agosto, 2008	13 agosto, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1588-08	Marca	8	EQUADOR	EBERLE SOLUTION (MISTA)	30/04/2007	18 dezembro, 2007	18 dezembro, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
893-08	Marca	8	EQUADOR	EBERLE TOOLS (MISTA)	30/04/2007	18 dezembro, 2007	18 dezembro, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
904-08	Marca	8	EQUADOR	MUNDIAL FLEX (MISTA)	31/05/2007	19 dezembro, 2007	19 dezembro, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
905-08	Marca	21	EQUADOR	MUNDIAL FLEX (MISTA)	31/07/2007	19 dezembro, 2007	19 dezembro, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
750102	Marca	23	EUÁ	MUNDIAL (MISTA)	15/09/1961	28 maio, 1963	28 maio, 2013	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
751223	Marca	23	EUÁ	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	27/12/1961	18 junho, 1963	18 junho, 2013	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1209511	Marca	7, 08, 14, 21, 2	EUÁ	EBERLE (NOMINATIVA)	17/08/1979	21 setembro, 1982	21 setembro, 2012	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
2545240	Marca	8	EUÁ	RED DOT (NOMINATIVA)	10/02/2000	5 março, 2002	5 março, 2012	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1078769	Marca	8	EUÁ	SERRA SHARP (NOMINATIVA)	01/11/1976	2 dezembro, 1977	6 dezembro, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
04-2008-010720	Marca	8	FLIPINAS	MUNDIAL (MISTA) - logo novo	04/09/2008	30 março, 2009	30 março, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
245049	Marca	8	FINLÂNDIA	MUNDIAL (MISTA)	04/09/2008	13 março, 2009	13 março, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
92404648	Marca	07, 26	FRANÇA	EBERLE (NOMINATIVA)	07/02/1992	7 fevereiro, 1992	6 fevereiro, 2012	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
08/3575385	Marca	8	FRANÇA	MUNDIAL (MISTA) - logo novo	15/05/2008	31 maio, 2008	31 agosto, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1525014	Marca	8	FRANÇA	MUNDIAL (MISTA)	02/04/1969	18 abril, 1989	18 abril, 2009	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1521993	Marca	8	FRANÇA	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	18/04/1969	18 abril, 1969	31 março, 2009	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
153550	Marca	8	GRÉCIA	MUNDIAL (MISTA) - logo novo	22/10/2008	17 fevereiro, 2010	22 outubro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
61096/459/133	Marca	7	GUATEMALA	EBERLE (NOMINATIVA)	22/08/1989	21 junho, 1990	20 junho, 2010	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
61097/460/133	Marca	26	GUATEMALA	EBERLE (NOMINATIVA)	22/08/1989	21 junho, 1990	20 junho, 2010	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
42018	Marca	8	HONDURAS	MUNDIAL (NOMINATIVA)	17/03/1980	19 julho, 1983	19 julho, 2013	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

42017	Marca	8	HONDURAS	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	18/03/1980	19 julho, 1983	19 julho, 2013	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
A227	Marca	8	HONG KONG	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	06/07/1977	6 julho, 1977	6 julho, 2012	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
300381104	Marca	8	HONG KONG	MUNDIAL QUATRO ASES (MSTA)	07/03/2005	19 abril, 2006	6 março, 2015	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
418959	Marca	8	INDONESIA	MUNDIAL (MSTA)	02/04/1977	12 outubro, 1978	5/11/2008 (RENOVADO)	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
R00-2009-001494	Marca	8	INDONESIA	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	02/04/1977	10 março, 1979	21/02/2019 (RENOVADO)	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
D00-2009-044958	Marca	8	INDONESIA	MUNDIAL (MSTA) - logo novo	22/12/2008	21 julho, 2010	22 dezembro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
664408	Marca	8	ITALIA	MUNDIAL (MSTA)	04/10/1973	4 outubro, 1973	4 outubro, 2013	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1057133	Marca	8	ITALIA	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	04/10/1973	3 março, 1976	4 outubro, 2013	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1474835	Marca	07, 26	ITALIA	EBERLE (NOMINATIVA)	07/02/1992	7 fevereiro, 1992	7 fevereiro, 2022	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1355367	Marca	8	ITALIA	MUNDIAL (MSTA) - logo novo	10/12/2008	11 outubro, 2010	10 dezembro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1225198	Marca	13	JAPÃO	MUNDIAL (MSTA)	08/05/1974	7 outubro, 1976	7 outubro, 2016	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1262916	Marca	13	JAPÃO	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	08/05/1974	6 abril, 1977	6 abril, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
5263387	Marca	45	JAPÃO	DNA - DESIGNER NAME AUTHENTICATION	05/03/2009	4 setembro, 2009	4 setembro, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
103416	Marca	8	JORDÂNIA	MUNDIAL (MSTA) - logo novo	13/10/2008	10 agosto, 2009	13 outubro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
119383	Marca	8	LIBANO	MUNDIAL (MSTA) - logo novo	15 novembro, 2008	15 novembro, 2008	15 novembro, 2023	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
M075653	Marca	8	MALÁSIA	MUNDIAL (MSTA)	20/07/1977	20 julho, 1977	20 julho, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
M75844	Marca	8	MALÁSIA	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	04/08/1977	4 agosto, 1977	4 agosto, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
120683	Marca	8	MÉXICO	MUNDIAL (MSTA)	29/08/1964	29 agosto, 1964	29 agosto, 2014	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
120391	Marca	8	MÉXICO	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	29/08/1964	29 agosto, 1964	29 agosto, 2014	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
476142	Marca	7	MÉXICO	EBERLE (NOMINATIVA)	24/08/1994	24 agosto, 1994	24 agosto, 2014	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
976302	Marca	8	MÉXICO	MUNDIAL QUATRO ASES (MSTA)	02/09/2005	14 março, 2007	15 maio, 2016	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1141298	Marca	45	MÉXICO	DNA - DESIGNER NAME AUTHENTICATION	19/03/2009	3 fevereiro, 2010	19 março, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
378822	Marca	7	MÉXICO	EBERLE (NOMINATIVA)	14/06/1989	14 junho, 1989	14 junho, 2014	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
374596	Marca	26	MÉXICO	EBERLE (NOMINATIVA)	14/06/1989	14 junho, 1989	14 junho, 2014	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
961404	Marca	9	MÉXICO	FLEX (MSTA)	02/09/2005	15 novembro, 2006	2 setembro, 2015	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1021388	Marca	8	MÉXICO	FLEX MUNDIAL (MSTA)	02/09/2005	28 janeiro, 2008	29 janeiro, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
987056	Marca	16	MÉXICO	EBERLE CRAFTS MUNDIAL (MSTA)	19/12/2005	31 maio, 2007	19 dezembro, 2015	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
996306	Marca	7	MÉXICO	EBERLE CRAFTS MUNDIAL (MSTA)	19/12/2005	6 agosto, 2007	19 dezembro, 2015	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
972574	Marca	7	MÉXICO	EBERLE TOOLS MUNDIAL (MSTA)	19/12/2005	16 fevereiro, 2007	19 dezembro, 2015	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
965385	Marca	21	MÉXICO	FLEX (MSTA)	09/10/2006	30 novembro, 2006	9 outubro, 2016	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
107750	Marca	8	NOVA ZELANDIA	MUNDIAL (MSTA)	29/03/1974	29 março, 1974	29 março, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
107751	Marca	8	NOVA ZELANDIA	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	29/03/1974	29 março, 1974	29 março, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
216089	Marca	7	NOVA ZELANDIA	EBERLE (NOMINATIVA)	10/02/1992	10 fevereiro, 1992	10 fevereiro, 2013	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
216088	Marca	26	NOVA ZELANDIA	EBERLE (NOMINATIVA)	10/02/1992	10 fevereiro, 1992	10 fevereiro, 2013	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
789820	Marca	8	NOVA ZELANDIA	MUNDIAL (MSTA) - logo novo	22/05/2008	10 setembro, 2009	22 maio, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
179870-01	Marca	8	PANAMÁ	MUNDIAL (MSTA)	19/03/2009	4 fevereiro, 2010	19 março, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
37610	Marca	26	PANAMÁ	EBERLE (NOMINATIVA)	22/01/1985	3 outubro, 1985	3 outubro, 2015	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
179871-01	Marca	8	PANAMÁ	EBERLE (MSTA)	19/03/2009	16 novembro, 2009	19 março, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
293304	Marca	8	PARAGUAI	MUNDIAL (MSTA)	31/07/1965	10 dezembro, 1965	3 outubro, 2015	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
293305	Marca	8	PARAGUAI	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	31/07/1965	10 dezembro, 1965	3 outubro, 2015	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
305258	Marca	7	PARAGUAI	EBERLE (NOMINATIVA)	10/12/1976	23 março, 1977	23 março, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
305257	Marca	8	PARAGUAI	EBERLE (NOMINATIVA)	10/12/1976	23 março, 1977	23 março, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
305396	Marca	26	PARAGUAI	EBERLE (NOMINATIVA)	10/12/1976	13 julho, 1977	13/7/2007 (PRORROGADA)	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
306296	Marca	8	PARAGUAI	HERCULES (MSTA)	26/02/2007	14 dezembro, 2007	14 dezembro, 2017	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
308524	Marca	8	PARAGUAI	EBERLE SOLUTION (MSTA)	26/02/2007	18 março, 2008	18 março, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
323568	Marca	8	PARAGUAI	MUNDIAL 4 ASES (MSTA)	26/02/2007	9 setembro, 2009	9 setembro, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
311103	Marca	17	PARAGUAI	EBERLE TOOLS (MSTA)	19/04/2007	26/05/2008	26 maio, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
11661	Marca	9	PARAGUAI	MUNDIAL 4 ASES	19/04/2007	19/12/2011	19 dezembro, 2021	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
11657	Marca	9	PARAGUAI	EBERLE TOOLS (MSTA)	19/04/2007	11/06/2008	11 junho, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
323569	Marca	10	PARAGUAI	MUNDIAL 4 ASES	26/02/2007	09/09/2009	9 setembro, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
323570	Marca	11	PARAGUAI	MUNDIAL 4 ASES	26/02/2007	09/09/2009	9 setembro, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
323567	Marca	7	PARAGUAI	MUNDIAL 4 ASES	26/02/2007	09/09/2009	9 setembro, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
308526	Marca	3	PARAGUAI	KYOS SHAVING (MSTA)	26/02/2007	18/03/2008	18 março, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
307749	Marca	9	PARAGUAI	EBERLE SOLUTION (MSTA)	26/02/2007	20/02/2008	20 fevereiro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
308522	Marca	6	PARAGUAI	EBERLE SOLUTION (MSTA)	26/02/2007	18/03/2008	18 março, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
308523	Marca	7	PARAGUAI	EBERLE SOLUTION (MSTA)	26/02/2007	18/03/2008	18 março, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
323571	Marca	8	PARAGUAI	MUNDIAL FLEX	12/03/2007	09/09/2009	9 setembro, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
323572	Marca	21	PARAGUAI	MUNDIAL FLEX	12/03/2007	09/09/2009	9 setembro, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
311102	Marca	2	PARAGUAI	EBERLE SOLUTION (MSTA)	19/04/2007	26/05/2008	26 maio, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
310298	Marca	4	PARAGUAI	EBERLE SOLUTION (MSTA)	19/04/2007	08/05/2008	8 maio, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

308525	Marca	8	PARAGUAI	EBERLE TOOLS (MSTA)	26/02/2007	18 março, 2008	18 março, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
307647	Marca	16	PARAGUAI	EBERLE SOLUTION (MSTA)	26/12/2007	08/02/2008	8 fevereiro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
97751	Marca	7	PERU	EBERLE (NOMINATIVA)	20/02/1992	11 junho, 1992	11 junho, 2012	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
97752	Marca	26	PERU	EBERLE (NOMINATIVA)	20/02/1992	11 junho, 1992	11 junho, 2012	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
147861	Marca	8	PERU	EBERLE (MSTA)	10/06/2008	23 fevereiro, 2009	23 fevereiro, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
155104	Marca	8	PERU	MUNDIAL (MSTA) - logo novo		18 junho, 2009	18 junho, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
154239	Marca	8	PORTUGAL	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	26/03/1969	8 julho, 1970	8 julho, 2010	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
257066	Marca	26	PORTUGAL	EBERLE (NOMINATIVA)	30/07/1989	7 dezembro, 1992	7 dezembro, 2012	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
257065	Marca	7	PORTUGAL	EBERLE (NOMINATIVA)	13/09/1989	7 dezembro, 1992	7 dezembro, 2012	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
394272	Marca	7,08	PORTUGAL	MUNDIAL QUATRO ASES (MSTA)	03/10/2005	11 junho, 2008	11 julho, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
64687	Marca	8	QUENA	MUNDIAL (MSTA) - logo novo	31/10/2008	9 setembro, 2009	31 outubro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
981426	Marca	8	REINO UNIDO	MUNDIAL (MSTA)	05/10/1971	5 outubro, 1978	5 outubro, 2016	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1388249	Marca	7	REINO UNIDO	EBERLE (NOMINATIVA)	15/06/1989	15 junho, 1989	15 junho, 2016	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1388250	Marca	26	REINO UNIDO	EBERLE (NOMINATIVA)	15/06/1989	15 junho, 1989	15 junho, 2016	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
171166	Marca	8	REPÚBLICA DOMINICANA	MUNDIAL (MSTA) - logo novo	03/10/2008	15 dezembro, 2008	15 dezembro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
372240	Marca	8	SUIÇA	MUNDIAL (MSTA)	21/04/1969	21 abril, 1969	21 abril, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
372239	Marca	8	SUIÇA	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	21/04/1969	21 abril, 1969	21 abril, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
579329	Marca	8	SUIÇA	MUNDIAL (MSTA) - logo novo	19/08/2008	18 novembro, 2008	19 agosto, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
KOR68609	Marca	8	TAILANDIA	MUNDIAL (MSTA)	14/10/1977	14 outubro, 1977	13 outubro, 2007	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
KOR69460	Marca	8	TAILANDIA	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	14/10/1977	14 outubro, 1977	13 outubro, 2007	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1199980	Marca	16	TAIWAN	EBERLE (MSTA)	17/03/2005	16 março, 2006	15 março, 2016	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1201016	Marca	07,08,16,21	TAIWAN	MUNDIAL QUATRO ASES (MSTA)	17/03/2005	16 março, 2006	15 março, 2016	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
1199734	Marca	7	TAIWAN	EBERLE (MSTA)	07/06/2005	16 março, 2006	15 março, 2016	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
E0082425	Marca	8	TUNÍSIA	MUNDIAL (MSTA) - logo novo	26/09/2008	29 março, 2010	26 setembro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
2009/12961	Marca	8	TURQUIA	MUNDIAL (MSTA) - logo novo	17/03/2009	31 março, 2010	17 março, 2019	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
7264351	Marca	45	UNIÃO EUROPEIA	DNA - DESIGNER NAME AUTHENTICATION	26/09/2008	12 janeiro, 2010	26 setembro, 2018	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
283247	Marca	8	URUGUAI	MUNDIAL (MSTA)	23/07/1964	29 outubro, 1965	14 fevereiro, 2016	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
279729	Marca	8,21	URUGUAI	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	23/07/1964	4 julho, 1975	3 setembro, 2015	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
322835	Marca	8	URUGUAI	HERCULES (MSTA)	18/09/1964	16 julho, 1969	29 junho, 2020	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
324118	Marca	08, 26	URUGUAI	EBERLE (NOMINATIVA)	03/08/1978	19 fevereiro, 1979	13 julho, 2020	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
279036	Marca	10	URUGUAI	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	11/09/1984	19 agosto, 1985	19 agosto, 2015	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
417292	Marca	26,07	URUGUAI	EBERLE (NOMINATIVA)	12/06/2000	19 dezembro, 2000	19 dezembro, 2020	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
393793	Marca	8	URUGUAI	EBERLE (MSTA)	04/07/2008	29 abril, 2011	29 abril, 2021	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
393795	Marca	8	URUGUAI	MUNDIAL (MSTA) - logo novo	04/07/2008	5 julho, 2010	5 julho, 2020	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
51780	Marca	8	VENEZUELA	HERCULES (MSTA)	09/11/1964	3 agosto, 1966	3/8/2006 (PRORROGADA)	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
51778	Marca	8	VENEZUELA	MUNDIAL (MSTA)	09/11/1964	3 agosto, 1966	3 agosto, 2016	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
51781	Marca	8	VENEZUELA	QUATRO ASES (FIGURATIVA)	09/11/1964	3 agosto, 1966	3/8/2006 (PRORROGADA)	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
96140	Marca	6	VENEZUELA	EBERLE (NOMINATIVA)	23/05/1978	17 outubro, 1980	17 outubro, 2015	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
96114	Marca	7	VENEZUELA	EBERLE (NOMINATIVA)	23/05/1978	16 outubro, 1980	16 outubro, 2015	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
96115	Marca	26	VENEZUELA	EBERLE (NOMINATIVA)	23/05/1978	16 outubro, 1980	16 outubro, 2015	NÃO RENOVACÃO	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO

TOTAL DE PATENTES = 24

	DESCRIÇÃO DO ATIVO	TERRITÓRIO ATINGIDO	TIPO	DEPÓSITO	CONCESSÃO	VALIDADE	EVENTOS QUE PODEM CAUSAR A PERDA DOS DIREITOS	CONSEQUÊNCIA DA PERDA DOS DIREITOS
153750	Desenho Ind.	AUSTRÁLIA	CEPO	18/02/2003	19/11/2003	18 fevereiro, 2019	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
D6200451-4	Desenho Ind.	BRASIL	CONFIGURAÇÃO APLICADA EM AFIADOR DE FACAS	01/03/2002	03/09/2002	1 março, 2012	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
D6300773-8	Desenho Ind.	BRASIL	PIÇA	21/03/2003	01/07/2003	21 março, 2013	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
D6301091-7	Desenho Ind.	BRASIL	CONFIGURAÇÃO APLICADA ARMÁRIO PIGUARDA DE ALICATES EM SALÃO DE BELEZA	10/04/2003	24/06/2003	10 abril, 2013	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
D6700427-0	Desenho Ind.	BRASIL	CABO ALICATE FLEX PLUS (Config. Aplic. em cabo de alicate)	07/03/2007	07/08/2007	7 março, 2017	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
D6702441-6	Desenho Ind.	BRASIL	PROTEÇÃO BOTÃO (conf. Aplicada em entelito tipo tacha)	01/08/2007	12/02/2008	1 agosto, 2017	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
D6702441-6	Desenho Ind.	BRASIL	CONFIGURAÇÃO APLICADA EM ENFEITE TIPO TACHA	01/08/2007	12/02/2008	1 agosto, 2017	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
D6702488-2	Desenho Ind.	BRASIL	CONFIGURAÇÃO APLICADA EM BOTÃO	10/08/2007	26/02/2008	10 agosto, 2017	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
D6702487-4	Desenho Ind.	BRASIL	CONFIGURAÇÃO APLICADA EM BOTÃO	10/08/2007	24/06/2008	10 agosto, 2017	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
D6702486-6	Desenho Ind.	BRASIL	CONFIGURAÇÃO APLICADA EM BOTÃO	10/08/2007	29/04/2008	10 agosto, 2017	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
D6702568-4	Desenho Ind.	BRASIL	CONFIGURAÇÃO APLICADA EM TESOURA (Tesoura Concept)	17/08/2007	24/06/2008	17 agosto, 2017	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
D6703482-9	Desenho Ind.	BRASIL	Configuração aplicada a botão de pressão (BOTOLHÓS)	01/11/2007	20/05/2008	1 novembro, 2017	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
D6904873-8	Desenho Ind.	BRASIL	Base de botão (Ideia 1)	17/12/2009	10/08/2010	17 dezembro, 2019	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
D6904871-1	Desenho Ind.	BRASIL	Base de botão de cone maior com encaixe de pressão central (Ideia 2)	17/12/2009	10/08/2010	17 agosto, 2019	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
D6904872-0	Desenho Ind.	BRASIL	Base de botão de cone menor com encaixe de pressão central (Ideia 4)	17/12/2009	10/08/2010	17 dezembro, 2019	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
200830006406.6	Desenho Ind.	CHINA	CONFIGURAÇÃO APLICADA EM TESOURA (Tesoura Concept)	15/02/2008	16/07/2010	15 fevereiro, 2018	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
ZL200830006426.3	Desenho Ind.	CHINA	CONFIGURAÇÃO APLICADA EM TESOURA (Tesoura Concept)	18/02/2008	30/09/2009	18 fevereiro, 2018	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

6.216	Desenho Ind.	COLÔMBIA	Configuração aplicada a botão de pressão (BOTOLHÓS)	19/03/2008	28/07/2011	19 março, 2018	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
US D443.490 S	Desenho Ind.	EUA	TESOURA SOFTY	10/12/1999	12/01/2001	12 junho, 2015	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
D502.363	Desenho Ind.	EUA	CABO PARA FACA (OLIVER ANQUE)	01/01/2003	03/01/2005	CONFIRMAR O NO.	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
581.758	Desenho Ind.	EUA	CONFIGURAÇÃO APLICADA EM TESOURA (Tesoura Concept)	15/02/2008	02/12/2008	2 dezembro, 2022	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
000883665-0001	Desenho Ind.	EUROPA	CONFIGURAÇÃO APLICADA EM TESOURA (Tesoura Concept)	18/02/2008	14/05/2008	18/02/20013	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
251585	Patente	MÉXICO	PCT -DISPOSIÇÃO INTRODUIDA EM ALICATE DE CUTÍCULA	10/07/2003	16/11/2007	10 julho, 2023	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO
244626	Patente	NOVA ZELÂNDIA	TESOURA SOFTY	06/10/1992	11/08/1994	6 outubro, 2008	CADUCIDADE	PERDA DO DIREITO EXCLUSIVO AO USO

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
FÁBRICA MUNDIAL - Produtos de Consumo - Distrito Industrial - Gravataí	Brasil	RS	GRAVATAÍ	Própria
IMÓVEL COMERCIAL - RUA VISCONDE DE PELOTAS, 407/417	Brasil	RS	Porto Alegre	Própria
FÁBRICA MUNDIAL - FASHION	Brasil	RS	Caxias do Sul	Própria
IMÓVEL - FUNDAÇÃO ABRAMO EBERLE/DEPÓSITO DE MATERIAIS RUA VEREADOR MÁRIO PEZZO	Brasil	RS	Caxias do Sul	Própria
IMÓVEL - POÇO ARTESIANO 13 DE MAIO - CAXIAS DO SUL	Brasil	RS	Caxias do Sul	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

As informações referentes aos ativos Patentes, Marcas e Licenças da Companhia estão relacionadas o quadro 9.1 desta seção.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Cia Florestal Zivi Hércules	87.041.851/0001-60	99,740000
Eberle Agropastoril S/A	88.889.910/0001-18	100,000000
Eberle Equipamentos e Processos S/A	90.770.413/0001-48	100,000000
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda	62.823.752/0001-00	99,000000
Monte Magre S/A	89.820.765/0001-81	100,000000
Mundial Argentina		96,910000
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo	12.744.404/0001-79	99,000000
Mundial Europa		90,000000
Mundial Inc		99,000000

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Não Há

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:****Mundial - Consolidado
Indicadores Econômico-Financeiros**

LIQUIDEZ INDICADORES NATUREZA	FÓRMULA	INDICADORES		
		2011	2010	2009
Liquidez Corrente	AC / PC	0,61	0,62	0,63
Liquidez Seca	$(AC - E) / PC$	0,50	0,50	0,50
Liquidez Geral	$(AC + ARLP) / (PC + PELP)$	0,74	0,73	0,67

ENDIVIDAMENTO INDICADORES NATUREZA	FÓRMULA	INDICADORES		
		2011	2010	2009
Participação de Capital de Terceiros sobre Recursos Totais	$(PC+PELP) / (PC+PELP+PL)$	0,96	0,90	0,90
Grau de Endividamento	$PC / (PC+PELP)$	0,43	0,39	0,33

IMOBILIZAÇÃO PARIM. LÍQUIDO	FÓRMULA	2011	2010	2009
		Grau de Imobilização	AP / PL	6,54

Em setembro de 2011 a Companhia realizou a alienação de imóveis no montante de R\$ 35,53 milhões. Referidos valores estão sendo depositados judicialmente. Após o último depósito, que deverá ocorrer até o término do 3º trimestre, os recursos serão destinados para quitação de tributos federais administrados pela Procuradoria da Fazenda Nacional e Secretária de Receita Federal do Brasil.

No mesmo sentido, a Companhia está ultimando para 2012 a Alienação de outro imóvel, cuja proposta é de R\$ 21,8 milhões. Os valores serão igualmente canalizados para quitação de tributos federais.

Ainda, cumpre destacar, que ao longo do ano de 2012 a Mundial estará tratando da negociação de outros 07 (sete) imóveis não operacionais, com potencial de atingir cerca de R\$ 53 milhões.

Desta forma, ao final de todas as alienações pretendidas, a Companhia terá direcionado mais de R\$ 110 milhões no pagamento de Impostos Federais e Estaduais, reduzindo substancialmente o passivo tributário existente.

A Companhia deu início também no trabalho de diagnóstico e revisão de todo o passivo tributário, notadamente as rubricas consolidadas nos parcelamentos federais, REFIS, PAES e 11.941/2009. Referida revisão busca apontar e sanar valores em duplicidade, valores abarcados pela prescrição e/ou decadência, bem como impostos cujas cobranças possuem valores excedentes (ex.: multas e juros calculados de forma equivocada).

Até o presente o momento, a consultoria mapeou a existência de divergências em cerca de 160 processos administrativos, e está ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, através de petições específicas, de modo que a revisão reduza

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos Federais acima delineados.

- b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i. hipótese de resgate; ii. fórmula de cálculo do valor de resgate.**

CAPITAL TOTAL	2011	2010	2009
Capital de Terceiros	847.806.338,36	789.785.877,01	770.644.155,29
Capital Próprio	39.679.545,92	115.495.679,15	81.672.719,70

Um importante passo foi dado no início de março/2012, com a conversão da totalidade de ações preferenciais da Mundial em ações ordinárias, na proporção de 0,8 ação ordinária para cada ação preferencial, aprovada na Assembleia Geral, de 19 de janeiro de 2012. A conversão das ações é mais uma etapa concluída para elevar nosso nível padrão de Governança Corporativa com o compromisso de fortalecimento das práticas no relacionamento com o mercado de capitais. A unificação das ações é um facilitador para a capitalização da empresa.

A Companhia celebrou em 14 de julho de 2011 um *Stand-by Equity Distribution Agreement* (“SEDA”) com a *YA Global Investments BR, LLC*, um fundo de investimento gerido pela *Yorkville Advisors, LLC*, de nova Nova Jersey, EUA. SEDA é um contrato de subscrição de ações com preço diferido. O contrato celebrado com o Fundo preve a obrigação firme do Fundo, sujeito ao direito de preferência dos acionistas de acordo com o Estatuto Social da Companhia, em consonância com a Lei 6.4.04/76, em subscrever ações em emissão privada da Companhia até o montante de US\$ 50 milhões a ser implementado em tranches (emissões), durante o período de 2 anos, à critério da Companhia por deliberação de seu Conselho de Administração. O preço de cada emissão será calculado levando-se em consideração o maior valor entre (i) o equivalente à 97% da média, ponderada pelo volume, das 3 menores cotações diárias durante o período de 10 dias seguidos de negociação a partir do recebimento pelo Fundo da requisição de subscrição feita pela Companhia ou (ii) o menor preço por ação determinado pelo Conselho de Administração para cada emissão. O Fundo irá subscrever o saldo de ações não subscrito pelos acionistas que vierem a declinar do seu respectivo direito de preferência.

Nosso objetivo é manter o crescimento, sustentação e a perpetuidade dos negócios e das atividades da Mundial. Assim, a empresa direciona seus esforços para aderir ao segmento especial denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA, já tendo adaptado seus Estatutos Sociais às exigências deste segmento de listagem. Sabemos que para conseguir atingir nossas metas, é essencial a confiança de nossos colaboradores, investidores e clientes. Portanto, não poderíamos deixar de agradecer a todos que depositaram sua confiança na companhia.

Na Companhia não há possibilidade de resgate de ações ou quotas.

- c. fontes de financiamento para capital de giro e para compromissos financeiros assumidos;**

- d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

- e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Em 26 de abril de 2012, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$ 15 milhões. O reflexo desta capitalização, associada a outros movimentos, visa buscar um incremento substancial

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

da liquidez da Companhia. Os objetivos são de ampliar a capacidade produtiva e reduzir o passivo junto às instituições financeiras, melhorando sua estrutura de capital de giro com significativa redução na despesa financeira. Em decorrência do aumento de capital, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 43,79 milhões.

A captação é a primeira realizada como parte do contrato anunciado em 14 de julho de 2011 com a YA Global Investments BR, LLC, um fundo de investimento gerido pela Yorkville Advisors, LLC, de nova Nova Jersey, EUA. O YA Global disponibilizará até US\$ 50 milhões para a realização de operações nos próximos dois anos.

Na mesma linha de buscar novas estruturas de capital, a Companhia esta em negociação de operações de FIDIC e CCBs que, somados, irão refinanciar a quase totalidade das operações de financiamento do capital de giro, com o alongamento das dívidas de CP para LP e, como consequência, significativa redução das despesas financeiras de giro e mudança no perfil do capital circulante líquido.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os empréstimos e financiamentos captados no mercado estão reconhecidos no passivo circulante e não circulante. Referem-se basicamente a captações de recursos, atualizados no mercado interno pelo CDI (Certificados de Depósito Interbancário) acrescido de spread. Todos os contratos estão atualizados e reconhecidos até 31 de dezembro de 2011 a valor de mercado.

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Capital de giro - CCB	63.829	46.653	79.383	64.950
Capital de giro - CCB (destinado a investimer	2.196	12.174	2.196	12.174
Capital de giro em moeda estrangeira	4.279	1.730	4.279	1.730
Capital de giro - Conta Garantida	19.277	27.709	19.277	39.564
Capital de giro -CCE- NCE	33.833	30.194	33.833	30.194
CCB - Cheque Empresa	3.408	-	4.310	-
Adiantamento de contrato de câmbio	5.701	6.043	5.701	6.043
Arrendamento Mercantil	2.206	1.906	3.342	1.906
Finame	-	-	576	1.055
Títulos descontados/saque exportação	17.365	16.220	22.090	16.760
	152.094	142.629	174.987	174.376
Passivo circulante	145.965	133.727	167.532	163.972
Passivo não circulante	6.129	8.902	7.455	10.404
	152.094	142.629	174.987	174.376

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CDB's, NP's, penhor mercantil e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 22 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,73% a.m..

O empréstimo de capital de giro – CCB, destinado a investimento, está garantido por NP's e aval. Esse empréstimo tem prazo de 1 mês e foi negociado à taxa de CDI+1%.

O empréstimo de capital de giro em moeda estrangeira está garantido por aval. Estes empréstimos têm prazo de até 4 meses e foram negociados à variação cambial + 11% a.a..

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os empréstimos de capital de giro - Conta Garantida estão garantidos por duplicatas e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 4 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,87% a.m..

Os empréstimos de capital de giro - CCE-NCE estão garantidos por duplicatas, CDB's e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 21 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,77% a.m..

Os empréstimos de CCB - Cheque Empresa estão garantidos por penhor mercantil e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 3 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 3,39% a.m..

Os adiantamentos de contrato de câmbio estão garantidos por duplicatas de mercado interno e a própria exportação. Estes financiamentos têm prazo de até 11 meses foram negociados em variação cambial + taxa de deságio média de 7,07% a.a..

Os financiamentos de arrendamento mercantil estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, tem prazo de até 56 meses e foram negociados a uma taxa média de 1,29% a.m..

Operações nas Controladas:

Eberle Equipamentos e Processos S.A

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CCB's, NP's, penhor mercantil e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 13 meses e foram negociados à taxa média de CDI + 0,75% a.m..

Os financiamentos Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. Estes financiamentos têm o prazo de até 41 meses e foram negociados à taxa de TJLP 100% + taxa média de 0,42% a.m..

Laboratório Avamiller:

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CCB's, NP's, penhor mercantil e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 11 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,76% a.m..

Os empréstimos de CCB - Cheque Empresa estão garantidos por penhor mercantil e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 3 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 8,65% a.m..

Os financiamentos de arrendamento mercantil estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, tem prazo de até 48 meses e foram negociados a uma taxa média de 1,39% a.m..

Mundial Distribuidora:

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CCB's, e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 10 meses e foram negociados à taxa média de CDI + 0,77% a.m..

Os empréstimos de CCB - Cheque Empresa estão garantidos por penhor mercantil e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 1 mês e foram negociados à taxa média de CDI + 4,13% a.m..

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo dos empréstimos registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011 possui o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Controladora	Consolidado
2013	4.965	5.390
2014	391	820
2015	304	482
2016	469	763
	6.129	7.455

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Dos limites de créditos já aprovados a Companhia utiliza em média 87% dos fundos para suas atividades de financiamento.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais Indicadores – Consolidados

R\$ mil	Acumulado 2011 (a)	Acumulado 2010 (c)	Varição (a) / (c)
Receita Bruta	479.058	488.705	(2,0%)
Receita Líquida	363.699	365.484	(0,5%)
Lucro Bruto	114.258	118.547	(3,6%)
Margem bruta (%)	31,4%	32,4%	(0, p,p,)
EBIT – Resultado Operacional	35.384	23.353	51,5%
EBITDA	48.933	37.000	32,3%
Margem EBITDA (%)	13,5%	10,1%	
Lucro (Prejuízo) Líquido	(40.113)	12.897	(411,0%)
Margem Líquida (%)	-11%	4%	(0,1 p,p,)
Dívida Bruta	198.862	200.443	(0,8%)

A desaceleração da economia brasileira no fim do ano passado levou a um pior desempenho do consumo. Ao contrário das projeções traçadas ao final de 2010, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2011 somou apenas 2,7%, quase um terço da expansão de 7,5% observada em 2010. Os dados do IBGE mostram que o consumo das famílias registrou o pior resultado desde 2004, com incremento de 4,1%. Em 2010, o indicador registrou alta de 6,9%.

O comportamento cauteloso do consumidor influenciou negativamente a demanda por nossos produtos, prejudicando nossas metas. A indústria de confecção foi bastante afetada. No ano de 2011, houve crescimento de 0,2% na indústria de transformação, uma queda de 14,9% no segmento têxtil e de 4,4% no vestuário, na comparação com 2010 (dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - ABIT), atingindo sensivelmente os produtos manufaturados pela Mundial. Diante dessa conjuntura desfavorável, a Mundial mostrou retração das receitas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Desempenho Econômico Financeiro - Consolidado

Receita

Nossos produtos são destinados principalmente ao mercado interno, mercado este marcado pela desaceleração do consumo. O cenário interno mais desafiador resultou na retração das vendas e, por consequência, na queda das receitas. O faturamento bruto atingiu R\$ 479,1 milhões em 2011, o que representou uma redução de 2,0% em comparação com R\$ 488,7 milhões registrados em 2010. A receita anual líquida mostrou uma leve redução (0,5%) frente aos R\$ 365,5 milhões registrados em 2010, atingindo R\$ 363,7 milhões.

Custos e margem bruta

A elevação dos preços dos insumos pressionou os custos da Mundial, comportamento parcialmente compensado pelo programa de corte de custos. Mesmo assim, o Custo dos Produtos Vendidos (CPV) atingiu R\$ 249,4 milhões no ano de 2011, acima dos R\$ 246,9 milhões registrados em 2010. A política de forte controle de custos conteve o aumento da relação entre custo e receita diante da alta dos insumos. Os custos representaram 68,6% da receita líquida em 2011, contra 67,6% em 2010.

Os custos maiores frente à queda das receitas levaram a uma redução de 3,6% no lucro bruto anual da Mundial. Em 2011, o lucro bruto ficou em R\$ 114,3 milhões, enquanto no ano anterior, o indicador foi de R\$ 118,5 milhões. A margem bruta da Mundial recuou um ponto percentual, de 32,4% em 2010 para 31,4% no ano de 2011.

Despesas Operacionais

A Mundial segue focada na revisão de processos e sistemas, procurando identificar pontos de melhorias que resultem em novos cortes de custos e despesas. O programa de aprimoramento da eficiência operacional mostrou importantes resultados ao longo de 2011. As despesas operacionais recuaram trimestre a trimestre. O total de 2011 somou R\$ 99,4 milhões, 3,6% abaixo do registrado no ano anterior, R\$ 103,1 milhões.

A redução das despesas seria maior, caso não tivessem sido registrados dois eventos não-recorrentes, que estão contabilizados na linha outras despesas operacionais. A Mundial reconheceu o montante de R\$ 5,6 milhões no primeiro semestre de 2011, referente à baixa dos créditos tributários, cuja probabilidade de ganho foi definida pelo jurídico como remota. Em dezembro de 2011 a Mundial procedeu a baixa do ágio, no valor de R\$ 13,4 milhões, registrado na expectativa de rentabilidade futura do investimento realizado na controlada Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.

A venda de imobilizado, no valor de R\$ 35,5 milhões, teve efeito positivo no resultado consolidado de R\$ 16,8 milhões. Esse valor refere-se à operação de alienação de terrenos e prédios situados em Porto Alegre, mediante acordo entre a Mundial e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para quitação de tributos federais em sete parcelas iguais e consecutivas, que serão depositadas em juízo pelo adquirente.

EBITDA

O EBITDA (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) atingiu em 2011 o valor de R\$ 48,9 milhões, representando crescimento de 32,2%, quando comparado ao valor obtido no ano de 2010, que somou R\$ 37,0 milhões. O forte crescimento está relacionado à venda de imobilizado, que provocou um incremento de R\$ 19,4 milhões no EBITDA

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 2011. A margem EBITDA subiu de 10,1% em 2010 para 13,5% em 2011. O EBITDA ajustado, que não contempla a venda do imobilizado, somou em 2011, R\$ 32,2 milhões, o que representa queda de 23,5% na comparação com os R\$ 42,1 milhões registrados no ano de 2010.

Resultado Financeiro

Em 2010, o resultado financeiro havia sido positivo em R\$ 18,3 milhões. Já em 2011, o indicador mostra uma perda de R\$ 52,9 milhões. A piora do resultado ao longo de 2011 está relacionada à queda das receitas financeiras, de R\$ 90,5 milhões para R\$ 35,6 milhões e ao aumento das despesas com capital de giro. As despesas com giro passaram R\$ 34,8 milhões em 2010 para R\$ 50,4 milhões. Esse valor contempla as despesas com empréstimos tomados para financiamento de capital de giro e pagamento de juros referentes a debêntures não-conversíveis emitidas pela Mundial em 16 de março de 2006.

Endividamento fiscal

Os valores registrados a título de Outras Despesas Financeiras, de R\$ 38,0 milhões no ano, são referentes às atualizações do passivo tributário. O endividamento fiscal registrou crescimento ao longo do ano, atingindo R\$ 509,3 milhões. O aumento do passivo tributário é justificado pela decisão da Mundial de aguardar a finalização de todas as tratativas que envolvem o processo de alienação dos imóveis não-operacionais para, somente então, apurar a imputação dos valores para amortização do passivo fiscal. A Mundial informa que as tratativas estão sendo ultimadas, de forma que, ao longo dos próximos meses, todos os imóveis alienados possam ser utilizados para a amortização do passivo fiscal. A amortização acelerada da dívida fiscal é parte fundamental do projeto de reorganização estrutural da Mundial S/A.

Resultado Líquido

O resultado do ano foi negativo em R\$ 40,1 milhões, comparado a um lucro de R\$ 13,0 milhões em 2010. O prejuízo registrado no ano não está relacionado com a atividade operacional da Mundial, mas principalmente à piora do resultado financeiro. Os eventos não-recorrentes, explicados acima, no item despesas operacionais, também tiveram influência no prejuízo anual. A questão é melhor entendida, quando se compara o lucro bruto com o valor das despesas financeiras, que representam 44,0% do mesmo. As despesas financeiras com capital de giro superam o prejuízo registrado no ano de 2011, no valor de R\$ 50,4 milhões. Situação que deve ser revertida após a capitalização da Mundial.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Enquanto o ano de 2011 foi marcado pela desaceleração econômica, 2012 inicia-se mais otimista, diante das medidas anunciadas pelo governo e tendência de redução da taxa básica de juros (Selic). O movimento de queda de juros, iniciado em agosto do ano passado, trouxe o juro real brasileiro para o nível mais baixo da história. A perspectiva é de que ocorram novas reduções na Selic como forma de dirimir os efeitos da crise externa sobre a demanda doméstica brasileira.

Tal fato, junto com restrições menos importantes no crédito e alguns incentivos fiscais, acelerarão o crescimento ao longo do ano, estimulando o consumo das famílias.

O ambiente de mercado de trabalho mostra-se bastante favorável, com aumento da ocupação e da renda real, ajudada pela elevação do salário mínimo. A intenção de consumo das famílias demonstra essa tendência, pois subiu 0,9% em fevereiro/12 contra janeiro/12, e 3,1% frente a fevereiro/11, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A entidade chamou atenção para o fato de que as famílias ainda mantêm elevada confiança quanto ao emprego. Dessa forma, presenciamos a reversão do processo ocorrido em 2011 e o consumo seguirá razoavelmente forte.

Os valores que afetaram o resultado operacional da Companhia em 2011, foram a alienação do imobilizado que resultou um ganho de R\$ 11.156, e a baixa do ágio de investimento que gerou uma perda no valor de R\$ 13.360, com a baixa de créditos tributários no valor de R\$ 5.612.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O cenário de consumo mais otimista tem impacto direto nas vendas da Mundial. A perspectiva de aumento das receitas provocada por uma maior demanda dos produtos, aliada ao programa de aumento de eficiência e redução de custos, geram um cenário promissor para 2012.

O Plano Brasil Maior, Lei 12.546/11 (MP 540), lançado pelo governo federal para estimular o crescimento econômico, privilegia os setores sensíveis ao câmbio e à concorrência internacional e intensivos em mão de obra, como o de confecções, demandante dos nossos produtos (divisão Fashion). O plano altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas, que passarão a ser tributadas, até 31.12.2014, à razão de 1,5% sobre o valor da receita bruta. Está ainda em discussão a possibilidade de estipular uma alíquota de 1,0%, o que estimulará ainda mais o crescimento.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Com relação às commodities, a perspectiva de expansão mais moderada na China e a recessão na Europa mantiveram os preços estáveis ao longo do ano, apesar da liquidez e dos baixos estoques mundiais.

A Mundial investiu em ampliação de capacidade durante o ano de 2010 e manteve os investimentos durante o exercício de 2011. Os investimentos totalizaram R\$ 19,4 milhões. O objetivo da Mundial é incrementar a presença no segmento de Personal Care por meio do lançamento de novos produtos, bem como do fortalecimento da presença em pontos de venda em ações de trade marketing. Além disso, pretende consolidar a distribuição da marca Impala em conjunto com a marca Mundial e, desta forma, incrementar a participação no segmento de cuidados de pés e mãos.

No último trimestre de 2010, teve início a operação de varejo no mercado norte-americano, que têm obtido bom volume de vendas. No sul da Flórida, foram criados quiosques para venda dos produtos da divisão de Personal Care, instalados nos principais shoppings centers de Miami e Fort Lauderdale.

Os investimentos da Mundial também visam fortalecer a liderança em Fashion Fasteners com novas linhas de produtos voltadas para os mais diversos segmentos de confecção, com ênfase na elevada capacidade de customização de produtos. Novos produtos devem ser lançados ao longo de 2012 nessa divisão.

Além disso, o objetivo é expandir a exportação a partir da Mundial na Ásia, em Hong Kong, de forma a ampliar a presença de suas marcas em mercados competitivos tais

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não teve nenhum evento societário citado neste item no último exercício social.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alterações nas práticas contábeis para o período em análise;

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica a Companhia.

c. ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

A Companhia apresenta situação patrimonial e financeira que requer forte gestão administrativa e financeira refletida no desequilíbrio de seu capital de giro.

A Companhia possui créditos a receber de empresas relacionadas, no valor de R\$ 364.475 mil, demonstrado no realizável a longo prazo, cuja recuperação é incerta, tendo em vista a situação patrimonial e financeira daquelas empresas, que apresentam capital de giro negativo e passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo).

Estes fatores são indicativos de que a continuidade normal das operações da Companhia depende do êxito das medidas relacionadas e praticadas pela Administração. As demonstrações contábeis não incluem ajustes decorrentes dessas incertezas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a empresas em regime normal de operações.

A Companhia possui créditos tributários e judiciais, reconhecidos no ativo não circulante, para os quais o reconhecimento e realização definitivas dependem de decisão favorável de processos e negociações em andamento. A Administração e os advogados da Companhia entendem que existem efetivas possibilidades de obtenção de decisão favorável nos processos, razão pela qual não foram registradas provisões sobre tais valores.

A Companhia mantém os saldos contábeis relativos às suas obrigações fiscais e sociais de acordo com seus controles internos, que refletem as posições devedoras relativas àquelas obrigações. Os valores apresentados pela Receita Federal do Brasil, relativos aos impostos inscritos no programa de redução e parcelamento de débitos disposto pela Lei 11.941/09 e pela Caixa Econômica Federal, relativos aos encargos sociais inscritos em programas de parcelamentos, apresentam valores divergentes em relação aos saldos contábeis da Companhia. Atualmente, estão sendo conduzidos procedimentos administrativos e judiciais buscando a adequação entre estas posições divergentes.

A Companhia encontra-se incluída no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, através de decisão judicial. Os consultores jurídicos entendem que os argumentos e suporte documental apresentados em suas defesas são suficientes para permitir a obtenção de decisões definitivas favoráveis.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a provisão para créditos de liquidação duvidosa; provisão para realização de estoques; a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; provisões necessárias para passivos contingenciais, projeções de resultados que suportam o registro de impostos e contribuições diferidos e de análise de realização de ativos e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As práticas contábeis adotadas pela companhia para o registro das operações e elaboração das demonstrações contábeis estão de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, inclusive as decorrentes da Lei nº 11.638/07 que alterou e revogou dispositivos existentes e introduziu novos às Leis 6.404/76 (Lei das S.A.) e nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração das demonstrações contábeis, a companhia adotou a mudança nas práticas contábeis, atendendo a Deliberação CVM nº 610/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

Os controles internos em prática da Companhia sobre elaboração e apresentação de Relatórios Financeiros visam fornecer segurança a respeito da confiabilidade na preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis divulgadas.

A companhia com base nas melhores práticas, através de sua estrutura interna, busca avaliar constantemente a eficiência e eficácia, bem como, manter atualizados seus sistemas de controles, com o objetivo de mitigar eventuais perdas que possam advir de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos.

A Companhia preocupada em se adaptar à nova era digital e desta forma poder atender prontamente a demanda por informações desta natureza, em janeiro de 2010 foi implantado o novo Sistema ORACLE – EBS, juntamente com todos os sistemas especialistas, inclusive de solução contábil, financeiro e fiscal.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com o objetivo antes mencionado, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não é prática da Companhia divulgar projeções.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

Não é prática da Companhia divulgar projeções sobre a evolução de seus indicadores.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Descrição da estrutura administrativa.

A administração da sociedade competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, na forma prevista no seu Estatuto Social. Seus membros serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse, no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso.

A posse nos cargos de membro do Conselho de Administração e membro da Diretoria está condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Não é permitida a acumulação dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia pelo mesmo administrador.

No caso de vacância de qualquer dos assentos do Conselho de Administração da Companhia, o membro que não esteja mais no cargo deverá ser substituído por um substituto eleito pela Assembleia Geral convocada especificamente para esse fim. O substituto eleito pela Assembleia Geral deverá permanecer no cargo pelo período remanescente para o fim do mandato do membro substituído e, após esse período, um novo membro do Conselho de Administração deverá ser eleito.

O **Conselho de Administração** é composto por 5 (cinco) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 ano, sendo permitida a reeleição.

Os membros do Conselho de Administração, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, sendo também considerado (s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelos parágrafos 4º e 5º do art. 141 da Lei 6.404/76.

Quando em decorrência da observância do percentual referido no Parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

A qualificação como Conselheiro Independente deve ser expressamente declarada na Ata da Assembleia Geral que o eleger.

A Assembleia Geral que eleger membros do Conselho de Administração deverá no ato da eleição, escolher dentre eles, o seu Presidente e o Vice Presidente.

O Conselho de Administração será convocado pelo seu Presidente por determinação sua ou por solicitação de qualquer dos seus membros, mediante carta, telegrama ou telex, contendo a Ordem do Dia, observando um prazo prévio de convocação de pelo

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

menos 5 (cinco) dias, dispensando-se esse prazo quando presentes todos os membros ou tiverem os ausentes concordado, por escrito, com essa dispensa.

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês.

A **Diretoria** é composta por 1 (um) Diretor Presidente, de 2 (dois) a 6 (seis) Diretores sem designação específica, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 1 ano, sendo permitida a reeleição, investidos e empossados no cargo nos termos dispostos nos artigos 8º e 9º deste Estatuto. Um dos Diretores deve ser eleito ou cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores, devendo tal circunstância constar da ata do Conselho de Administração que deliberar sobre a eleição dos membros da diretoria.

A Diretoria se reunirá, com um quorum mínimo de 3 (três) de seus membros, deliberando por maioria de votos. As deliberações serão lavradas atas de Reuniões da Diretoria.

a. Atribuições de cada órgão e comitê.

O **Conselho de Administração**, O Conselho de Administração, além dos poderes e atribuições que a lei lhe confere, terá os seguintes: a) aprovar instruções operacionais; b) estabelecer as normas gerais a serem observadas pela Diretoria relativas às operações da sociedade, política comercial, administração do pessoal, compras, investimentos e contabilidade; c) criar e abolir, quando julgar necessário, grupos de trabalhos para seu assessoramento e designando suas funções e fixando a remuneração de seus membros; d) aprovar os orçamentos de operação, de capital e financeiros; e) aprovar novos empreendimentos ou a expansão dos já pendentes; f) atribuir e distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma remuneração mensal ou anual, global ou individual, até o montante que for estabelecido pela Assembléia Geral, bem como a participação estatutária a que se refere o artigo 29; g) aprovar previamente: I. aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis; II. aquisição de bens para o ativo fixo e alienação ou oneração de bens que o integram, bem como aquisição, alienação ou oneração de bens fora do curso normal dos negócios, quando o valor dos bens exceder R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); III. aquisição, alienação ou oneração de participações no capital de outras empresas, inclusive os investimentos decorrentes de incentivos fiscais; IV.

recebimento ou concessão de empréstimos, cujo prazo seja superior a 1 (um) ano; V. prestação de garantias, de qualquer natureza, exceto se em favor das sociedades controladas ou coligadas; e VI. celebração de quaisquer contratos com membro da Diretoria, do Conselho de Administração, ou ainda com partes relacionadas. h) deliberar a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações, bem como debêntures não conversíveis em ações, dentro do limite de capital autorizado no art. 7º deste Estatuto, podendo ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações e debêntures

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou permuta de ações, em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei; i) deliberar, por delegação da Assembleia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação bem como os tipos de debêntures; j) eleger, destituir ou substituir os auditores independentes, depois da emissão de parecer do Conselho Fiscal, se instalado; k) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado; l) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e a oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e m) Aprovar plano de outorga de opções para aquisição de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas físicas que prestam serviços à Companhia, ou às sociedades sob seu controle, nos termos do parágrafo 3º do art. 168 da Lei nº 6.404/76.

A Diretoria

A sociedade será representada, em juízo, ativa e passivamente, por 2 (dois) Diretores. Obtida a manifestação prévia favorável do Conselho de Administração quanto às matérias especificadas na letra "g" do artigo 15 do Estatuto Social, a sociedade obrigará-se a validar: I. pela assinatura de 2 (dois) Diretores, em conjunto, em contratos, procurações "ad negotia" e "ad judicia" e na movimentação de contas bancárias, assinatura de cheques, ordens de pagamento, emissão, aceites e endosso de notas promissórias, letras de câmbio, e títulos de crédito de interesse e relacionados com o objetivo social, na compra, permuta, venda e oneração de bens móveis e imóveis, cessão de direitos e créditos, assinatura de escrituras e documentos pertinentes. II. Pela assinatura de um Diretor conjuntamente com um procurador, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem. III. Pela assinatura de dois procuradores, em conjunto, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem. IV. Pela assinatura de um Diretor e um procurador, individualmente, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem, ficando estabelecido, todavia, que a constituição de

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

procuradores com poderes individuais, nas condições deste inciso IV, será limitada nos atos de representação da sociedade em juízo, inclusive a Justiça do Trabalho, Previdência Social e Sindicatos, órgãos da Secretaria da Receita Federal, repartições públicas e autarquias federais, estaduais e municipais, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., CACEX, Concessionárias de Serviços Públicos, bem como a assinatura de correspondência, inclusive a dirigida aos Bancos e o endosso de duplicatas para desconto, caução ou cobrança, protesto de títulos e duplicatas, recebimento e quitação de crédito da sociedade. Parágrafo Único - As procurações "ad negotia" terão o prazo determinado não excedente a um ano. As procurações outorgadas a empregados extinguir-se-ão com o término da relação de trabalho ou de cargo do outorgado, se este fato ocorrer antes do prazo estabelecido no mandato. Se porventura omissas quanto ao prazo de validade, as procurações "ad negotia" serão consideradas automaticamente expiradas no final do exercício em que forem outorgadas.

É vedado aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria prestar avais, fianças ou qualquer outra obrigação do tipo das denominadas "de favor", salvo se o for no exclusivo interesse da Companhia.

O **Conselho Fiscal** de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, os quais terão a remuneração, as funções e deveres obedecido o que a lei determina.

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês.

O **Conselho Fiscal** será instalado mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

A avaliação da atuação dos membros da diretoria é efetuada pelo Conselho de Administração e pela presidência da Companhia, de forma informal.

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.

Descrito no item "a"

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.

A avaliação da atuação dos membros do Conselho de Administração é realizada através de processo informal pelo presidente do Conselho de Administração.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

Regras, políticas e práticas relativos às assembleias gerais

a. Prazos de convocação

As Assembleias Gerais serão convocadas, instaladas e realizadas para os fins e na forma prevista em lei, tomando-se as deliberações com os quoruns igualmente previstos em lei.

b. Competências

Suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei, pelo Estatuto ou pelo Regulamento do Novo Mercado. Deliberar, sobre o aumento do capital social por subscrição de novas ações e sobre a emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior, na hipótese do parágrafo 1, do art. 7º e quando o limite do capital autorizado estiver esgotado, observadas as disposições legais estatutárias. Decidir sobre o cancelamento do Registro de Companhia Aberta da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); Decidir sobre a saída da Companhia do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Escolher a instituição ou empresa especializada em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de Registro de Companhia Aberta ou saída do Novo Mercado, na forma definida no capítulo VIII deste Estatuto, entre aquelas indicadas na lista tríplice elaborada pelo Conselho de Administração, nos termos do art. 15, “k”, deste Estatuto.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.

Os documentos relativos à assembleia geral são colocados a disposição dos acionistas em meio físico no endereço da sede da Companhia, e por meio eletrônico no endereço: WWW.mundial.com.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses.

A identificação e administração de conflitos de interesse observam os termos da legislação em vigor.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

A solicitação de procurações pela administração observa os termos da legislação em vigor.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Os procuradores dos acionistas deverão entregar seus instrumentos de mandato até 72(setenta e duas) horas antes da realização da Assembleia na sede da Companhia. A Companhia não adota o procedimento de outorga de procuração por meio eletrônico.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias.

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na internet para receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembléias.

Não há transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembléias.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

Não há mecanismos específicos destinados a esta função.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

Regras, políticas e práticas ao Conselho de Administração.

O Conselho de Administração será convocado pelo seu Presidente por determinação sua ou por solicitação de qualquer dos seus membros, mediante carta, telegrama ou telex, contendo a Ordem do Dia, observando um prazo prévio de convocação de pelo menos 5 (cinco) dias, dispensando-se esse prazo quando presentes todos os membros ou tiverem os ausentes concordado, por escrito, com essa dispensa.

a) Frequência das reuniões.

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho.

Não há acordo de acionistas.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

As regras relativas à identificação e administração de conflitos de interesses estão previstas no Código de Conduta da Companhia. O Código de Conduta apresenta um capítulo unicamente para tratar de conflitos de interesses, onde instrui os seus colaboradores a buscar orientações internamente sobre as situações de possíveis conflitos e impõe diretrizes que devem ser constantemente observadas de modo a evitar tais situações de conflitos. Aborda de forma clara e objetiva alguns casos que geram conflitos:

“Não é permitido aos acionistas controladores, administradores (Conselheiros e diretores) e membros do Conselho Fiscal e Consultivo ou ainda por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados:

- Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da companhia, é vedada as negociações com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciadas, pela própria companhia aberta;
- A mesma vedação aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados;
- Idêntica vedação do caput se aplica também aos administradores que se afastem da administração da companhia antes da divulgação pública de

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento;

Transacionar qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia ou à eles referenciado passados 75 (setenta e cinco) dias da publicação da última informação trimestral. “

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Julio César Camara		Pertence apenas à Diretoria	14/05/2012	01 ano	0
438.373.870-20	Contador	19 - Outros Diretores	14/05/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos.		Diretor Geral de Personal Care			
Marcelo Fagundes de Freitas		Pertence apenas à Diretoria	14/05/2012	01 ano	0
526.944.020-20	Contador	19 - Outros Diretores	14/05/2012	Sim	0%
Controler		Diretor Administrativo e Financeiro			
Jose Maria de Cesarino Henriques Soares		Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/05/2012	um ano	0
011.277.727-91	Administrador de empresas.	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	14/05/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos.					
Edson Queiroz Barcelos Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/05/2012	Um ano	0
936.135.801-44	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	14/05/2012	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.					
Adolpho Vaz de Arruda Neto		Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/05/2012	um ano	0
074.416.798-18	Administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	14/05/2012	Sim	0%
Não ocupa outras funções na Companhia					
Cristiano Jacó Renner		Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/05/2011	01 ano	0
221.318.330-91	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/05/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.					
Paulo Roberto Leke		Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/05/2012	01 ano	0
001.986.760-34	Economista	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	14/05/2012	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Diretor Corporativo de Finanças e Controles do Grupo Eberle Mundial de 1994 a 1997.					
Michael Lenn Ceitlin		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	14/05/2012	01 ano	0
295.996.600-72	Engenheiro Mecânico	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	14/05/2012	Sim	0%
Diretor Superintendente e Diretor Relações com Investidores.					
Paulo Fernando Gross		Conselho Fiscal	14/05/2012	01 ano	0
000.580.170-20	Engenheiro	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	14/05/2012	Sim	0%
Não exerceu outras funções na Companhia.					
Pedro Paulo de Souza		Conselho Fiscal	14/05/2012	Um ano	0
181.558.207-34	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	14/05/2012	Sim	0%
Não exerceu outras funções na Companhia.					
Launer Oliveira Gonçalves		Conselho Fiscal	14/05/2012	Um ano	0
054.820.200-10	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	14/05/2012	Sim	0%
Não exerceu outras funções na Companhia.					
Julio Cesar Ruzzarin		Conselho Fiscal	14/05/2012	Um ano	0
051.479.130-68	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	14/05/2012	Sim	0%
Advogado.					
Sérgio Mauro Figueiredo Moraes		Conselho Fiscal	14/05/2012	Um ano	0
123.518.300-91	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	14/05/2012	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.					
Suzana Gressler de Oliveira		Conselho Fiscal	14/05/2012	um ano	0
910.165.250-87	Administradora	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	14/05/2012	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Não exerce outras funções na Companhia.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Julio César Camara - 438.373.870-20

Experiência profissional: 1983-1984 - Companhia Sudan de Produtos de Tabaco (RS); 1984-1986 – diversas Funções Banco Real S/A; 1986-1991 Diversas Funções Companhia de Cigarros Souza Cruz (RS); 1991-1992 – Supervisor Financeiro Companhia Souza Cruz Industrial e Comercio (RJ); 1992-1996 – Analista de Modelagem Financeira e Relatórios Gerenciais, CECRISA Revestimentos Cerâmicos S/A (SC) e Professor de Análise de Balanços na Faculdade de Criciúma (SC); 1996-1998 – Consultor Empresarial Galeazzi & Associados (SP); 1998-2007 Diretor de Administrativo e Financeiro do Grupo Mundial e atualmente é Diretor de Planejamento e Controle das empresas Mundial AS e Hercules SA

Marcelo Fagundes de Freitas - 526.944.020-20

Experiência profissional: 1985-1986 – Auxiliar Administrativo na empresa Odorico Monteiro S/A; em 1986 inicio atividades no grupo ZIVI nas funções de Sub-Chefe do Contas a receber de 1986 a 1994, Analista Contábil de 1994-1996, Chefe da Contabilidade Societária de 1996 a 2001, Gerente de Controladoria de 2001 a 2005, Gerente de Controladoria e Finanças de 2005 a 2007, e desde 2007, Eleito Diretor Administrativo e Financeiro das empresas Mundial S/A e Hercules S/A atualmente.

Jose Maria de Cesarino Henriques Soares - 011.277.727-91

Administrador de Empresas, formado pela Fundação Getulio Vargas (1966); especialização Insead (França) – Insead Advanced Management Programs; Insead – European Capital Markets; New York University-USA Capital Markets – Experiências profissionais: Ecotec Economia e Engenharia Industrial S.A; FINEP/PNTE – Ministério do Planejamento; BOVESPA – Superintendente de Desenvolvimento de Mercado (1982/85); BOVESPA – CEO (1986/87) e Consulting Group do Brasil – 1988 a 2011 – Sócio-diretor - Conselhos de Administração das empresas: Telemar – Suplente do Presidente do Conselho – 1998/2000; LF Telecom – 2000/2005; La Fonte Participações S.A.(Jereissati Participações S.A).- 2001 a 2011 – Consultorias nas empresas: Grupo Santista, Lojas Renner, Springer, Iochpe, Grupo Ultra, Laticínios Mococa, CBD (Pão de Açúcar), Hospital São Luiz, entre dezenas de outras.

Edson Queiroz Barcelos Junior - 936.135.801-44

Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2002). Ocupação Principal: Sócio Sênior do Escritório Eduardo Ferrão Advogados Associados, desde 2003. Área de atuação: Tribunais Superiores. Ramo de Atuação: Direito Constitucional, Tributário, Econômico, Empresarial e Bancário.

Adolpho Vaz de Arruda Neto - 074.416.798-18

Membro do Conselho de Administração, Administrador de Empresas, formado pela Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul. – Sócio Gerente responsável pela administração geral da Empresa Pauli Pecuária e Empreendimentos Ltda.; membro do Conselho deliberativo e Sócio Proprietário do Empreendimento Condomínio Cetenco Plaza; de 1977 a 2003 foi Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, Secretário Municipal de Esportes e Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego na Prefeitura Municipal de Registros; membro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Cristiano Jacó Renner - 221.318.330-91

Experiência profissional: 1974-1982 – Sócio Gerente responsável pela gestão administrativa e financeira da MKS – Engenharia de Qualidade Ltda; 1982-1983 – Assessor da Astra Cia. de Adm. Comércio acompanhar o projeto de expansão e reestruturação societária da empresa LEE S/A Ind. De Confecções; 1993 – ingressou nas Lojas Renner S/A e Renner Financiadora S/A; 1984-2004 – Diretor da Renner Financiadora, transformada em Banco A J. Renner S/A . 1986-1998 – Diretor de Astra – Cia de Adm e Comércio; 1991-1998 – Diretor Presidente de Lojas Renner S/A; 1999 – Diretor da Textil RV Ltda, atualmente Diretor do Shopping DC Navegantes.

Paulo Roberto Leke - 001.986.760-34

Experiência Profissional: 1977-1982 – Gerente Geral Administrativo Financeiro Grupo Gerdaui; 1982-1989 – Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com o Mercado na RIOCELL AS; 1990-1994 – Diretor Corporativo Grupo Joaquim Oliveira; 1994-1997 – Diretor Corporativo de Finanças e Controle do Grupo Eberle Mundial; 1997 Sócio de Leke + Gross Consultores Associados; Atividades Atuais: Membro do Conselho de Administração de Lojas Colombo S.A; membro do Conselho de Administração de Mundial S.A e Hercules S.A

Michael Lenn Ceitlin - 295.996.600-72

Experiência profissional: iniciou suas atividades nas empresas do grupo Zivi que hoje é Grupo Mundial das empresas Mundial S/A e Hercules S/A em 1985, como Gerente dos departamentos de Engenharia Industrial e de Planejamento de Recursos de Manufatura, em 1993 foi Eleito Membro do Conselho de Administração como Vice-Presidente e Diretor Superintendente e atualmente é Presidente do Conselho, Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores.

Paulo Fernando Gross - 000.580.170-20

Experiência profissional: 1964-1979 – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; 1979-1983 – Chefe de Departamento do Banco Nacional de Desenvolvimento e Social – BNDES; 1983-1985 – Diretor de Crédito Iochpe de Investimento; 1986-1988 – Diretor Corporativo Cia. Iochpe de Participações; 1989-1992 – Diretor Superintendente do Banco Iochpe S.A ; 1992-1997 – Diretor Geral do banco BCR – banco de Crédito Real AS ; 1997 em diante Sócio de Leke + Gross Consultores Associados

Pedro Paulo de Souza - 181.558.207-34

Formação Escolar: Bacharel em Ciências Contábeis pelo Instituto Superior de Estudos Sociais Clovis Bevilacqua -1981.

Formação profissional: Escritório de Contabilidade Lusitania Ltda - Auxiliar de Serviços Gerais de 1962 a 1969; Escritório de Contabilidade Guaracy Ltda., Chefe do Departamento Pessoal de 1969 a 1972; Forjas Brasileiras S/A - Indústria Metalúrgica - Contador Geral de 1972 a 2003; Adler S/A - participações Societárias - Contador de 1972; VIC DTVMSA - Contador desde 1986; UNIPAR S/A - Conselheiro Fiscal desde 2001; CONFAB S/A - Conselheiro Fiscal desde 2002; Mundial S/A - Produtos de Consumo - Conselheiro Fiscal desde 1996.

Launer Oliveira Gonçalves - 054.820.200-10

Formação Escolar: Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Portoalegrense de Ciências Contábeis e Atuariais - 1976.

Formação profissional: Termolar S.A., diversas funções na administração – 1965 a 1979; Edisa S.A. Gerente contábil – 1979 a 1984; Riocell S.A. Gerente Contábil 1984 a 1997; Consultor de empresas nas áreas contábil, fiscal e societária. Conselho Fiscal - Mundial SA - Produtos de Consumo desde Maio de 2011.

Julio Cesar Ruzzarin - 051.479.130-68

Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de Caxias do Sul-RS, em 17/12/1971. Cursos de pós graduação na área do direito.

Sócio proprietário da sociedade de prestação de serviços de advocacia Ruzzarin Advogados Associados.

Sérgio Mauro Figueiredo Moraes - 123.518.300-91

Não apresentou.

Suzana Gressler de Oliveira - 910.165.250-87

Formação Escolar: Colégio Padre Réus , em Porto Alegre-RS - 1993 - graduada em Administração pela Faculdade de Ciências Administrativas - U. F.R.G.S, em 1999. Pós Graduação em Finanças Empresariais - FGV em 2003.

Formação Profissional: Safras e Mercado de 1995 a 1996, Caixa Econômica Federal de 1996 a 1997. Atualmente Sócia de Leke + Gross Consultores Associados Ltda.

Julio César Camara - 438.373.870-20

Marcelo Fagundes de Freitas - 526.944.020-20

Jose Maria de Cesarino Henriques Soares - 011.277.727-91

Edson Queiroz Barcelos Junior - 936.135.801-44

Adolpho Vaz de Arruda Neto - 074.416.798-18

Cristiano Jacó Renner - 221.318.330-91

Paulo Roberto Leke - 001.986.760-34

Michael Lenn Ceitlin - 295.996.600-72

Paulo Fernando Gross - 000.580.170-20

Pedro Paulo de Souza - 181.558.207-34

Launer Oliveira Gonçalves - 054.820.200-10

Julio Cesar Ruzzarin - 051.479.130-68

Sérgio Mauro Figueiredo Moraes - 123.518.300-91

Suzana Gressler de Oliveira - 910.165.250-87

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês estatutários, de auditoria, financeiro e de remuneração.

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco com qualquer administrador da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2011			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Michael Lenn Ceitlin Diretor Superintendente, Presidente do Conselho de Administração	295.996.600-72	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA. Sócio Diretor	86.816.527/0001-04		
<u>Observação</u>			

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

Não há.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

A. Objetivos da política ou prática de remuneração:

Em que pese a companhia ainda não ter implementado a remuneração variável para os administradores além daquela prevista em seu Estatuto Social, a companhia acredita que o principal desafio na gestão de pessoas em todos os níveis está centrado na capacidade de atrair e reter executivos de alto nível através da remuneração de mercado, associando à mesma uma parcela variável em função dos resultados alcançados. Outro desafio é estimular a cultura de realização e superação de metas desafiadoras; superando desafios de curto e longo prazo de maneira consistente e sustentável.

A companhia acredita que executivos de alto nível trazem um diferencial competitivo que impacta positivamente o retorno dos negócios e conseqüentemente para os acionistas. A companhia acredita, também, que a filosofia de remuneração relacionada com os resultados mantém o alinhamento entre os interesses dos executivos e acionistas.

B. Composição da remuneração, indicando:

i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

A remuneração dos administradores está atrelada somente ao resultado econômico do exercício no limite estabelecido pelo Estatuto Social, ou seja até 10% do resultado líquido. No que diz respeito aos demais executivos não estatutários, a remuneração está dividida em duas partes, uma fixa que corresponde ao salário base e outra na forma de remuneração variável que corresponde ao incentivo de curto prazo.

A remuneração fixa está posicionada na mediana de mercado e o total em dinheiro (remuneração fixa mais incentivo de curto prazo) no 3º quartil de mercado.

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais que representam em média as melhores práticas de mercado para empresas de porte similar.

ii) Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para Administradores 100% fixo a exceção da distribuição de 10% do resultado se houver. Para executivos 60% fixo e 40% variável sobre metas operacionais

iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor a remuneração fixa e o alvo dos incentivos de curto prazo são periodicamente comparados com o mercado através de pesquisas conduzidas por consultoria especializada e ajustados quando necessário para assegurar o cumprimento dos objetivos da política.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração

Esta composição equilibra o foco no curto e longo prazo.

C. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido por sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado.

O incentivo de curto prazo é determinado por indicadores operacionais como evolução da receita líquida, do lucro bruto e da geração de caixa (EBITDA) assim como pelo resultado da avaliação de desempenho individual.

D. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

No planejamento estratégico realizado a cada 3 anos são definidas as metas e desafios para os anos subseqüentes que são desdobradas por toda a organização sob forma de metas financeiras das operações de negócios, das unidades e individuais. As metas são desafiadoras e estimulam a melhoria contínua dos resultados gerais da empresa. A remuneração está estruturada de tal forma que parte importante é composta pela parcela variável, cujo pagamento está vinculado à realização das metas e dos desafios.

E. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos executivos - a evolução da receita líquida, do lucro bruto e da geração de caixa (EBITDA) - são os que a companhia entende melhor resguardam o interesse de longo prazo dos acionistas.

F. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não se aplica

G. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário de emissor:

Não se aplica.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2012 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	418.560,00	1.941.478,00	230.400,00	2.590.438,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	418.560,00	1.941.478,00	230.400,00	2.590.438,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	3,00	3,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	203.840,00	1.897.266,99	224.160,00	2.325.266,99
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	203.840,00	1.897.266,99	224.160,00	2.325.266,99

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	3,00	3,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	144.000,00	1.807.076,00	216.000,00	2.167.076,00
Benefícios direto e indireto	0,00	106.530,00	8.333,33	114.863,33
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	144.000,00	1.913.606,00	224.333,33	2.281.939,33

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	3,00	3,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	192.000,00	1.705.672,00	288.000,00	2.185.672,00
Benefícios direto e indireto	0,00	74.660,04	0,00	74.660,04
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	192.000,00	1.780.332,04	288.000,00	2.260.332,04

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Informações apresentadas no item 13.1 na letra "A".

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia optou por suspender temporariamente estudo para aplicação de remuneração baseada pelo sistema "Stock Option", informado no exercício anterior.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Não Há

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da administração.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável a Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

Não aplicável a Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

Não aplicável a Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	829.608,00	829.608,00	812.383,00	104.640,00	72.000,00	96.000,00	72.000,00	72.000,00	96.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	480.000,00	473.501,00	393.327,19	104.640,00	72.000,00	96.000,00	72.000,00	72.000,00	96.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	632.422,33	637.868,67	593.444,01	101.920,00	72.000,00	96.000,00	74.720,00	72.000,00	96.000,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Não há.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Descrição dos recursos humanos da Companhia.

A Companhia desenvolve em Recursos Humanos programas e políticas que visam atrair, reter e desenvolver seus funcionários. Por intermédio de uma posição equilibrada, a empresa objetiva alinhar pessoas às suas prioridades estratégicas, e com isso dar sustentabilidade ao negócio, além de capacitá-las e prepará-las para desafios cada vez maiores. Dentre alguns programas destacam-se as seguintes atividades:

- **PDM** - Programa de Desenvolvimento Mundial: Treinamentos internos, com o objetivo de capacitar e desenvolver os funcionários, voltados para as competências da Companhia. Este programa está implantado em todas as unidades fabris e administrativas e segue uma metodologia e cronograma que possibilita a sua periodicidade capacitando os gestores para que cada vez mais possam fazer a gestão das pessoas.
- **Idiomas:** Convênio com instituições para desenvolvimento da língua inglesa e espanhola para funcionários que estejam enquadrados dentro da necessidade do segundo idioma conforme sua área de atuação. A Companhia subsidia 50% do valor negociado pela empresa com a escola.
- **Graduação e Pós Graduação:** A Companhia busca convênios com instituições renomadas, visando obter descontos especiais para os funcionários que pretendem seguir a formação acadêmica.
- **Treinamentos In Company:** treinamentos técnicos e motivacionais, voltados para a necessidade de cada fábrica.
- **Recrutamento Interno:** Identificar talentos internos, promovendo oportunidades, desafios e incentivando o desenvolvimento dos nossos funcionários, bem como estimular os gestores a priorizar o aproveitamento interno antes da contratação externa.

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Porto Alegre	87
Gravataí	1.220
Caxias do Sul	1.015
São Paulo	339

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

Porto Alegre	6
Gravataí	32
Caxias do Sul	147
São Paulo	2

b. índice de rotatividade

O índice de rotatividade (turn-over) de empregados foi de 2,05% no exercício de 2011.

É importante ressaltar que fora excluído deste cálculo as demissões por redução de quadro e contratações por aumento de quadro.

c. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma destas ações se refere a valores individualmente significativos e as discussões envolvem, principalmente, pedidos de horas extras, insalubridade e indenizações por doenças ocupacionais, entre outros de menor representatividade.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

Alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 14.1.

Desde janeiro de 2011 a área de Recursos Humanos da Mundial SA sofreu alteração em sua estrutura de organização para atender de forma estratégica e eficiente às necessidades dos gestores e funcionários.

O objetivo é fortalecer elos, criar cumplicidade, aperfeiçoar e acelerar o atendimento das demandas, seguindo o ideal da velocidade nas ações. Para viabilizar esta nova estrutura, o setor foi dividido em dois pilares principais: Consultores e Especialistas em Recursos Humanos.

As consultoras internas têm como objetivo atender aos gestores de forma participativa e proativa, auxiliando na tomada de decisões. A consultora é o elo de ligação entre Gestor e Recursos Humanos. Responsável por disparar e distribuir as ações originadas a partir das demandas trazidas pelo gestor. Para viabilizar este trabalho as consultoras contam com equipes locais, compostas por profissionais de diversas áreas que colocam em prática programas elaborados em conjunto com o estratégico/especialistas.

As especialistas são responsáveis por elaborar programas de Recursos Humanos com foco estratégico e corporativo, visando essencialmente padronização, organização e controle das ações, contemplando todas as plantas fabris e administrativas. A divisão dos subsistemas foi dividida com a seguinte modelagem e atuação:

- ü Carreira e Benefícios: através de políticas e diretrizes estrategicamente estabelecidas, visa contribuir para a manutenção do equilíbrio interno e a competitividade externa no que diz respeito a benefícios e remuneração, de forma a manter elevado o nível de motivação dos funcionários, atraindo e retendo talentos para a companhia.
- ü Relações Trabalhistas e Sindicais: objetiva manter os procedimentos padrão e zelar pelas políticas, normas e legislação trabalhista. Responsável pela gestão de folha de pagamentos e gerar as informações tributárias para encaminhamento aos órgãos competentes. Busca garantir um bom relacionamento entre companhia, funcionários e os sindicatos que os representam.
- ü Recrutamento & Seleção / Treinamento & Desenvolvimento: responsável pela descrição dos procedimentos e políticas dos

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

subsistemas das áreas, atua no planejamento e aplicação dos Programas de Desenvolvimento. Analisa e acompanha os indicadores das áreas, visando atender as gerências corporativas e a alta Direção nas demandas de T&D e R&S.

- ü Comunicação Interna e Responsabilidade Social: responsável pela gestão de todos os canais de comunicação interna da empresa, como murais, jornal, intranet e e-mails. Organiza eventos e ações da empresa como festas de final de ano, jubilados e reconhecidos por tempo de casa e datas comemorativas. Responde também pela área de Responsabilidade Social, que atua fortemente no Projeto Pescar, além de ações de cunho social e qualidade de vida. Nesta área, atuam assistentes sociais que realizam atendimentos psicossociais e acompanhamento de funcionários.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

A política da companhia premia de forma clara e inconfundível os colaboradores, cujo desempenho seja considerado distintamente superior ao daqueles que desempenham funções em cargos similares ou idênticos. Tal prêmio é chamado de “Aumento Salarial pôr Mérito ou Promoção”, e é inteiramente espontâneo pôr parte da empresa, a qual destina verbas no Orçamento Programa, para tal fim.

O valor limite para gasto mensal pôr mérito, é determinado pôr um percentual (0,4%) sobre a Folha de Pagamentos (Nominal) do mês anterior. São excluídos deste cômputo, os salários de Cargos de Gerentes/Supervisores/Assessores.

Os valores rateados serão informados separadamente pôr área, contudo o valor gasto será controlado pelo montante da Gerência, objetivando com isso dar autonomia à Gerência na destinação da verba.

Os valores gastos com promoções ou aumentos salariais não caracterizados como méritos, (nivelamentos, padrão Eberle, reavaliação de cargo, entre outros), não serão descontados do valor de verba para méritos, exceto em situações específicas definidas pela Gerência de Recursos Humanos.

Os reajustes salariais terão um máximo de: 6% (seis pôr cento) para méritos e 15% (quinze pôr cento) para promoções. Nas promoções onde o mínimo da faixa é bem superior a este percentual, deverá ser feito um planejamento com o Setor de Remuneração e Desenv. de RH, observando-se o intervalo mínimo de um mês, até o Colaborador atingir o mínimo da respectiva faixa.

Os reajustes individuais (mérito ou promoção) não poderão ser consecutivos, ou seja, deverá existir um intervalo mínimo de um mês entre os mesmos.

Toda e qualquer proposta de aumento salarial (mérito ou promoção) solicitada, não poderá ser anunciada ou prometida, antes da conclusão de todos os procedimentos e análises realizados pelo Setor de Remuneração e Desenv. de RH e/ou Gerência de RH. (fonte manual de GP)

Remuneração Variável

Comissões sobre vendas

Gestão de pessoas é responsável pelos lançamentos em folha, o departamento comercial defini o comissionamento dos vendedores que tem como base de calculo o valor da mercadoria (sem frete e IPI) da nota fiscal de saída que gera contas a receber. O percentual de comissionamento baseia-se na soma de dois indicadores: percentual de volume de vendas e percentual de do desconto médio. (fonte Rejane – Área TI)

PPLRM

O programa de participação nos lucros e resultados é o programa de metas para a participação nos lucros ou resultados da Mundial destinado a todos os seus funcionários. Essa é a maneira que a empresa encontrou para retribuir os resultados positivos alcançados ao longo do ano.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

a) Política de benefícios consiste no levantamento de necessidade dos funcionários, propiciando desenvolvimento do mesmo, através da informação e esclarecimento, num processo participativo, visando que melhore as condições e relações de trabalho, relações interpessoais e buscando implementar um processo educativo que leve o homem a ser sujeito de direitos e deveres, ou seja que possa exercer sua cidadania. (fonte manual de GP)

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores.

Não se aplica

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos**Relações entre a Companhia e sindicatos.**

A Mundial SA reconhece a legitimidade dos sindicatos e respeita suas iniciativas e práticas. Estando disposta a dialogar, buscando soluções que atendam todos os envolvidos.

Somos uma empresa democrática e respeitamos o direito do funcionário a filiar-se ao sindicato de sua categoria profissional ou ao qual o estabelecimento está vinculado, desde que não utilize para isso recursos, bens e a marca da empresa.

Permitimos a permanência dos representantes de sindicatos em nossos estabelecimentos, desde que, solicitem prévia autorização e respeitem as boas práticas de conduta dentro dos preceitos legais vigentes.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 26/06/2012					
93.743	0,031	0	0,000	93.743	0,031
Administradores					
	BRASILEIRA-RS	Não	Não	26/06/2012	
6.982.831	2,346	0	0,000	6.982.831	2,346
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
ELECE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA					
87.431.490/0001-69	BRASILEIRA-RS	Não	Sim	26/06/2012	
5.221.301	1,754	0	0,000	5.221.301	1,754
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
HERCULES S/A FÁBRICA DE TALHERES					
92.749.225/0001-63	BRASILEIRA-RS	Não	Sim	26/06/2012	
31.170.023	10,473	0	0,000	31.170.023	10,473
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
OUTROS					
137.755.168	46,284	0	0,000	137.755.168	46,284
TOTAL					
297.631.213	100,000	0	0,000	297.631.213	100,000
WIDENHAM INVESTIMENTOS LTDA					
05.941.376/0001-14	Brasileira-RS	Não	Não	26/06/2012	
58.883.050	19,784	0	0,000	58.883.050	19,784
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
ZENITH ADM. PARTICIPAÇÕES LTDA					
92.718.626/0001-56	BRASILEIRA-RS	Não	Sim	26/06/2012	
38.413.318	12,906	0	0,000	38.413.318	12,906
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Zhepar Participações ITDA						
86.816.527/0001-04	Brasileira-RS	Não	Sim	26/06/2012		
19.111.779	6,421	0	0,000	19.111.779	6,421	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ELECE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA				87.431.490/0001-69	
ESPOLIO DE LEW CEITLIN					
387.045.280-34		Não	Sim		
81	0,020	0	0,000	81	0,020
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Michael Lenn Ceitlin					
295.996.600-72	BRASILEIRA-RS	Não	Sim		
450.590	99,980	0	0,000	450.590	99,980
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
450.671	100,000	0	0,000	450.671	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
HERCULES S/A FÁBRICA DE TALHERES				92.749.225/0001-63	
ELECE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA					
87.431.490/0001-69		Não	Sim	31/12/2011	
663.249	12,914	113.000	1,112	776.249	5,074
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
HERCULES S/C DE PARTICIPAÇÕES					
88.145.669/0001-12	BRASILEIRA-RS	Não	Sim	31/12/2011	
3.700.344	72,048	0	0,000	3.700.344	24,185
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
772.340	15,038	7.255.090	71,380	8.027.430	52,467
TOTAL					
5.135.950	100,000	10.164.050	100,000	15.300.000	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
HERCULES S/A FÁBRICA DE TALHERES				92.749.225/0001-63	
Zhepar Participações ITDA					
86.816.527/0001-04		Não	Sim	31/12/2011	
17	0,000	2.795.960	27,508	2.795.977	18,274
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
WIDENHAM INVESTIMENTOS LTDA				05.941.376/0001-14		
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Paulo Cesar Pozo de Mattos						
123.290.100-87	Brasileira-RS	Não	Não			
40	0,010	0	0,000	40	0,010	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
8.711.341	100,000	0	0,000	8.711.341	100,000	
Widenham Business SA						
05.971.345/0001-06	Uruguay	Não	Não	16/01/2012		
8.711.301	99,990	0	0,000	8.711.301	99,990	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ZENITH ADM. PARTICIPAÇÕES LTDA				92.718.626/0001-56	
Michael Lenn Ceitlin					
295.996.600-72	BRASILEIRA-RS	Não	Sim		
1.000	0,010	0	0,000	1.000	0,010
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Paulo Roberto Leke					
001.986.760-34	BRASILEIRA-RS	Não	Não		
1.000	0,010	0	0,000	1.000	0,010
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
14.006.335	100,000	0	0,000	14.006.335	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ZENITH ADM. PARTICIPAÇÕES LTDA				92.718.626/0001-56	
Zhepar Participações ITDA					
86.816.527/0001-04	Brasileira-RS	Não	Sim	17/10/2005	
14.004.335	99,980	0	0,000	14.004.335	99,980
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Zhepar Participações ITDA				86.816.527/0001-04	
Espolio de Geraldo Hess					
180.764.240-20	Brasileiro-RS	Não	Não		
364	1,670	0	0,000	364	1,670
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Michael Lenn Ceitlin					
295.996.600-72	Brasileira-RS	Não	Sim		
21.454	98,330	0	0,000	21.454	98,330
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
21.818	100,000	0	0,000	21.818	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ELECE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA				87.431.490/0001-69	
ESPOLIO DE LEW CEITLIN					
000.478.640-87	Brasileira-RS	Não	Não		
81	0,020	0	0,000	81	0,020
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Michael Lenn Ceitlin					
295.996.600-72	Brasileira-RS	Não	Sim		
450.590	99,980	0	0,000	450.590	99,980
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
450.671	100,000	0	0,000	450.671	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
HERCULES S/C DE PARTICIPAÇÕES				88.145.669/0001-12		
ELECE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA						
87.431.490/0001-69	BRASILEIRA-RS	Não	Sim	22/04/1991		
400.000	100,000	0	0,000	400.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
400.000	100,000	0	0,000	400.000	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Zhepar Participações ITDA				86.816.527/0001-04	
Espolio de Geraldo Hess					
180.764.240-20	Brasileira-RS	Não	Sim		
364	1,670	0	0,000	364	1,670
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Michael Lenn Ceitlin					
295.996.600-72	Brasileira-RS	Não	Sim		
21.454	98,330	0	0,000	21.454	98,330
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
21.818	100,000	0	0,000	21.818	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Zhepar Participações ITDA				86.816.527/0001-04		
Espolio Geraldo Hess						
180.764.240-20	Brasileira-RS	Não	Não			
364	1,670	0	0,000	364	1,670	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Michael Lenn Ceitlin						
295.996.600-72	Brasileira-RS	Não	Sim			
21.454	98,330	0	0,000	21.454	98,330	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
21.818	100,000	0	0,000	21.818	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ELECE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA				87.431.490/0001-69	
Espólio Lew Ceitlin					
000.478.640-87	BRASILEIRA-RS	Não	Não	25/03/2006	
81	0,020	0	0,000	81	0,020
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Michael Lenn Ceitlin					
295.996.600-72	BRASILEIRA-RS	Não	Sim	25/03/2006	
450.590	99,980	0	0,000	450.590	99,980
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
450.671	100,000	0	0,000	450.671	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/06/2012
Quantidade acionistas pessoa física Unidade	9.606
Quantidade acionistas pessoa jurídica Unidade	122
Quantidade investidores institucionais Unidade	105

Ações em Circulação

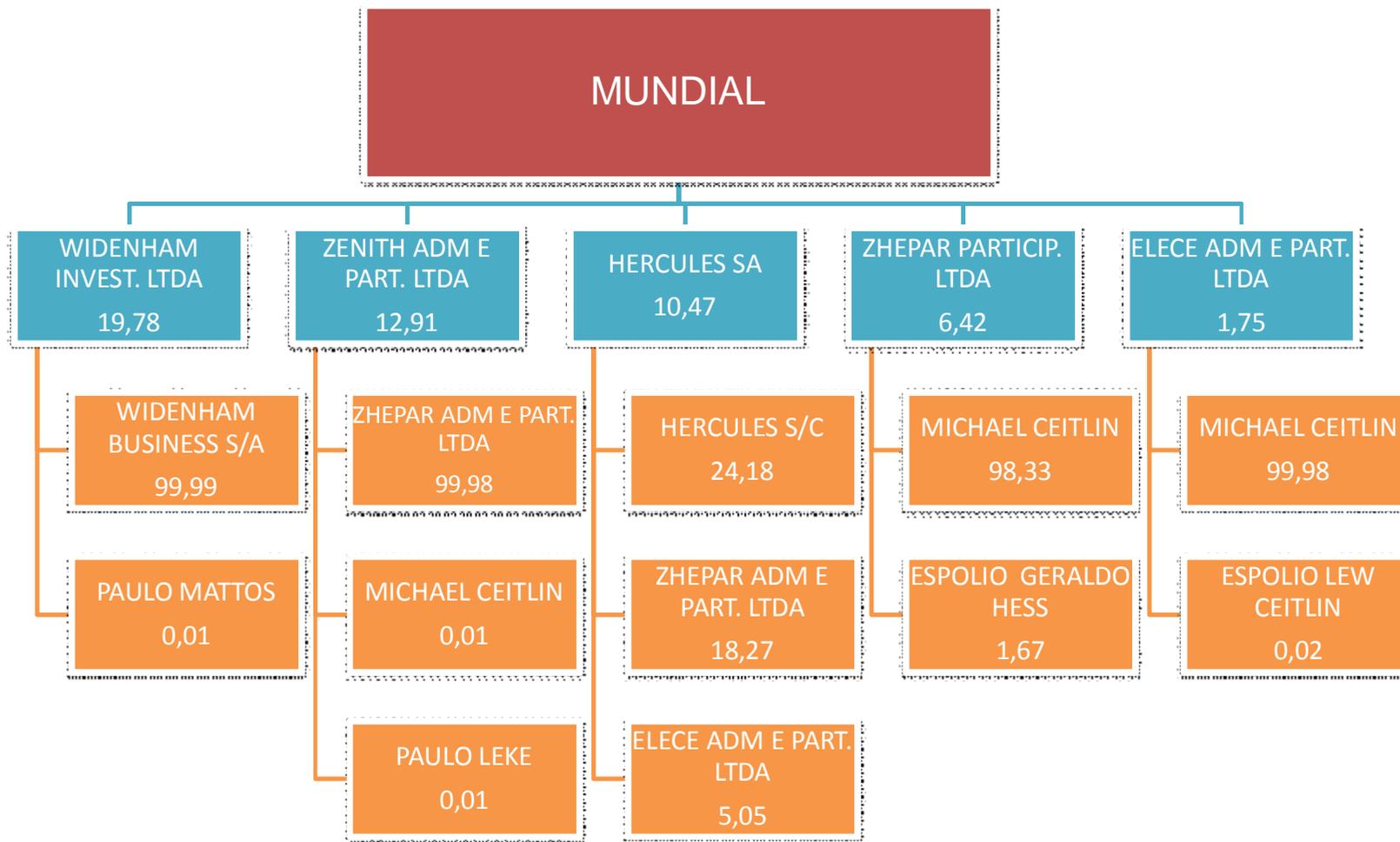
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias Unidade	196.638.218	66,068%
Quantidade preferenciais Unidade	0	0,000%
Total	196.638.218	66,068%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

ORGANOGRAMA ACIONISTAS

Posição em 28 Junho de 2012.



15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

Não há acordo de acionistas.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

O acionista ZHEPAR Participações Ltda., adquiriu em 2011, a quantidade de 11.786.430 (onze milhões, setecentos e oitenta e seis mil, quatrocentas e trinta) ações ordinárias (Bovespa: MNDL3) e 114.000 (cento e quatorze mil) ações preferenciais (Bovespa: MNDL4 de emissão da Companhia da empresa Voges Metalurgia Ltda.

Com esta aquisição, a ZHEPAR Participações Ltda., passou a deter 49.551.306 (quarenta e nove milhões quinhentos e cinquenta e uma mil trezentos e seis) ações de emissão da Mundial S/A. Destas, 37.764.876 (trinta e sete milhões setecentas e sessenta e quatro mil, oitocentas e setenta e seis) ações são detidas por sua subsidiária integral ZENITH Administração e Participações e 11.786.430 (onze milhões, setecentos e oitenta e seis mil, quatrocentas e trinta) ações são detidas diretamente pela ZHEPAR Participações Ltda.

Posição dos principais Controladores da Companhia nos três últimos exercícios:

Acionistas Controladores	31/12/2009		31/12/2010		31/12/2011	
	TOTAL AÇÕES	% PART.	TOTAL AÇÕES	% PART.	TOTAL AÇÕES	% PART.
ZENITH ADM E PARTICIPAÇÕES LTDA	6.392.446	13,48	6.392.446	13,48	37.766.676	13,28
HERCULES S/A - FÁBRICA DE TALHERES	5.246.809	11,07	5.246.809	11,07	31.630.854	11,12
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA	-	0	-	0	11.438.630	4,02
ELECE ADM E PARTICIPAÇÕES LTDA	639.891	1,35	639.891	1,35	639.891	1,35
TOTAL	12.279.146	25,90	12.279.146	25,90	81.476.051	28,65
OUTROS	35.121.867	74,10	35.121.867	74,10	202.930.027	71,35
TOTAL GERAL	47.401.013	100,00	47.401.013	100,00	284.406.078	100,00

A Companhia aprovou em assembléia geral realizada em 27 de maio de 2011, um desdobramento ("split") de ações, à razão de seis novas ações em substituição para cada uma atualmente existente. O capital social passou a ser de R\$ 28.794.105,18 (vinte e oito milhões, setecentos e noventa e quatro mil, cento e cinco reais e dezoito centavos), dividido em 284.406.078 (duzentas e oitenta e quatro milhões, quatrocentas e seis mil e setenta e oito) ações, sendo 147.829.050 (cento e quarenta e sete milhões, oitocentas e vinte e nove mil e cinquenta) ações ordinárias e 136.577.028 (cento e trinta e seis milhões, quinhentas e setenta e sete mil e vinte e oito) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

A Companhia divulgou ao mercado em maio de 2012, comunicado informando que o acionista Widenham Investimentos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.941.376/0001-14, incorporou a sua controlada Hammers do Brasil Administração e Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.584.812/0001-57, que passou a deter participação na Companhia diretamente em seu nome (Widenham) a participação acionária que detinha de forma indireta, através da Hammers.

A Widenham comunicou à Companhia que, ambas as sociedades (Widenham e Hammers) pertencem ao mesmo controlador e a incorporação visa minimizar custos operacionais e tributários.

A referida incorporação não representou qualquer alteração na estrutura de capital da Companhia e não gerou qualquer modificação na sua estrutura administrativa.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.**Regras e práticas quanto a realização de transações com partes relacionadas**

Os contratos de mútuo entre empresas no Brasil e no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e venda de produtos são efetuados em condições e prazos pactuados entre as partes.

Operações com partes relacionadas

A Companhia realiza, no curso normal dos seus negócios, operações com suas controladas e outras partes, relacionadas a mútuos e operações comerciais.

A realização de negócios relevantes com quaisquer partes relacionadas é submetida ao Conselho de Administração.

Referidos negócios são celebrados a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições estabelecidas entre as partes, e divulgados em nota explicativa às demonstrações financeiras.

A Companhia realiza operações de mútuo com algumas de suas subsidiárias e coligadas por meio de contratos de empréstimo, os quais são celebrados sob condições estabelecidas entre as partes.

Os saldos por mútuo estão sujeitos à variação mensal do IPCA – IBGE e juros de 6% ao ano.

As operações comerciais realizadas entre a Companhia e suas subsidiárias ou partes relacionadas envolvem, basicamente, a compra e venda de produtos. Estas operações são realizadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

Consolidado	Saldo ativo por mútuo e conta corrente	Saldo passivo por mútuo e conta corrente	Receitas financeiras	Despesas Financeiras
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	306.408	249	35.151	-
Eberle Bellini	2.967	-	-	-
ELECE Participações (*)	-	1.193	-	93
ZHEPAR Participações (*)	-	3.635	-	310
Zenith Participações (*)	-	228	-	12
Saldo em 31/12/11	309.375	5.305	35.151	415
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	272.469	-	30.293	-
Eberle Bellini	2.967	-	-	-
ZHEPAR Participações (*)	-	342	-	8
Saldo em 31/12/10	275.436	342	30.293	8

O saldo de R\$ 306.408 em 31 de dezembro de 2011 com a coligada Hercules S.A. teve origem na operação de compra em 1988 das unidades de talheres, baixelas e cutelaria (Fábricas 2 e 8) da então controlada Eberle S.A., hoje, sucedida pela Mundial S.A.. A Companhia recebeu transferências de numerários da Hercules S.A., no montante de R\$ 1.212, no decorrer do ano de 2011.

A Companhia possui estudo em andamento de reestruturação da marca Hercules, com lançamento de novos produtos licenciados, o que irá contribuir para o aumento da capacidade de geração de caixa.

As transações com Mundial Inc., Monte Magré S.A., Eberle Agropastoril S.A., Eberle Bellini, Zhepar Participações Ltda. e Zenith Participações Ltda., decorrem de transferências de numerários com finalidade de captação de recursos com remunerações mais atrativas à Companhia.

As demais transações com as empresas controladas referem-se a transferências de numerários na modalidade de conta corrente entre as empresas.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

Remuneração dos mútuos:

Empresa	Remuneração	Vencimento
Hercules S.A. - Fábrica de Talheres	IPCA + 6% a.a.	Indeterminado
Eberle S.A. - Equipamentos e Processos	IPCA + 6% a.a.	Indeterminado
Laboratório Avamiller Ltda.	TJLP	Indeterminado
ZHEPAR Participações Ltda.	IGPM + 1% a.m.	dezembro/12
Zenith Participações Ltda.	IGPM + 1% a.m.	dezembro/12
Empresas no exterior	Variação Cambial	Indeterminado
Demais empresas relacionadas	Não remuneradas	Indeterminado

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
MUNDIAL EUROPA	31/03/2004	60.331,15	em 31/12/2011 - R\$ 60.331,15	Nao é possível aferir.	Renovável de 4 em 4 anos.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo com prazo indeterminado						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Transferência de numerários, atualizado por variação cambial.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
LABORATÓRIO AVAMILLER	06/01/2009	16.121.873,00	Em 31/12/2011 - R\$ 16.121.873,00	Não é possível aferir.	Renovável de 4 em 4 anos.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	contrato de Mútuo com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo para transferência de recebíveis e pagamentos, atualizado pela TJLP.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
MUNDIAL PERSONAL CARE	01/12/2010	1.900.569,51	Em 31/12/2011 - R\$ 1.900.569,51	Não é possível aferir.	Renovável de 4 em 4 anos.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Transferências de numerários, atualizada por variação cambial.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
MUNDIAL INC	30/09/2003	-461.145,25	Em 31/12/2011 - R\$ (461.145,25)	Não é possível aferir.	Renovável de 4 em 4 anos.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de mútuo com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Pagamentos de despesas, atualizada por variação cambial.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA	15/10/2010	-3.638.042,69	Em 31/12/2011 - R\$ (3.638.042,69)	Não é possível aferir.	Renovável de 4 em 4 anos.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Transferência de numerários, atualizada por IGPM + 1%a.m.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
ZENITH ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA	28/06/2011	-225.842,38	Em 31/12/2011 - R\$ (225.842,38)	Não é possível aferir.	Renovável de 4 em 4 anos.	SIM	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Contrato de mútuo com prazo indeterminado						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Transferência de numerários, atualizada por IGPM + 1% a.m.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
HERCULES S/A - FÁBRICA DE TALHERES	21/07/1986	306.408.187,75	Em 31/12/2011 - R\$ 306.408.187,75	Não é possível aferir.	Renovável de 4 em 4 anos.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo com prazo indeterminado						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo para transferência de recebíveis e pagamentos, atualizados por IPCA + 6% a.a.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
EERLE EQUIPAMENTOS S/A	29/04/1986	6.945.801,38	Em 31/12/2011 - R\$ 6.945.801,38	Não é possível aferir.	Contrato renovável de 4 em 4 anos.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de mútuo com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo para transferencia de recebíveis e pagamentos, atualizados por IPCA + 6%a.a.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor							
Especificar							
MUNDIAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE CONSUMO LTDA	01/12/2010	29.915.773,34	Em 31/12/2011 - R\$ 29.915.773,34	Não é possível aferir	Renováveis de 4 em 4 anos.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Mútuos para transferência de recebíveis e pagamentos, sem atualização.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CIA FLORESTAL	31/12/2002	1.228.885,51	em 31/12/2011 - R\$ 1.228.885,51	Não é possível aferir.	Contratos renováveis de 4 em 4 anos.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de mútuo com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo para transferência de recebíveis e pagamentos, sem atualização.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
EBERLE BELLINI	02/01/1990	-5.797.157,99	em 31/12/2011 - R\$ (5.797.157,99)	Não é possível aferir.	Renovável de 4 em 4 anos.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de Mútuo com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo para transferência de recebíveis e pagamentos, sem atualização.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
EBERLE AGROPASTORIL	30/06/1990	-2.301.787,07	Em 31/12/2011 - R\$ (2.301.787,07)	Não é possível aferir.	Renovável de 4 em 4 anos.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de mútuo com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo para transferência de recebíveis e pagamentos, sem atualização.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
MONTE MAGRÉ	02/09/1986	-244.295,62	Em 31/12/2011 - R\$ (244.295,62)	Não é possível aferir.	Renovável de 4 em 4 anos.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo para transferência de recebíveis e pagamentos, sem atualização.						
Posição contratual do emissor							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
MUNDIAL ARGENTINA	31/03/1999	1.893.744,62	Em 31/12/2011 - R\$ 1893.744,62	Não é possível aferir.	Renovável de 4 em 4 anos.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Vendas de mercadorias, atualizada pela variação cambial.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

As operações entre a Companhia e as partes relacionadas obedecem ao que determina o artigo 245 da Lei 6.404/76 da Lei das Sociedades Anônimas com forma de lidar com conflitos de interesses e políticas de como tratar Subsidiárias, Coligadas e Controladas.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	Capital Integralizado				
26/04/2012	43.794.105,18		297.631.213	0	297.631.213

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão Unidade	Tipo de aumento	Ordinárias Unidade	Preferenciais Unidade	Total ações Unidade	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/04/2012	Conselho de Administração	19/06/2012	15,000,000.00	Subscrição particular	40,540,541	0	40,540,541	15.76896613	0.37	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

O Preço de emissão de R\$ 0,37 por ação, tem como base a cotação média das ações da Companhia, considerando-se os 36 últimos pregões de negociação, aplicando-se um deságio de 15%, nos termos do artigo 170, § 1º, III, da Lei 6.404/76.

Forma de integralização

A integralização da parcela correspondente à participação de cada acionista no capital social será feita mediante a integralização do montante à vista, em moeda corrente nacional, ou créditos detidos contra a Companhia no ato da subscrição.

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação Unidade			Quantidade de ações depois da aprovação Unidade		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
27/05/2011	24,638,175	22,762,838	47,401,013	147,829,050	136,577,028	284,406,078
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais Unidade		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais Unidade	
		22.762.838			136.577.028	

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não Houve redução do Capital Social da Companhia.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

A Companhia aprovou em 26 de abril de 2012, aumento de capital social no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), por meio da emissão privada de 40.540.541 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, observado o limite do capital autorizado, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

O aumento de capital visa o reforço do capital próprio da Companhia e obteve parecer favorável do Conselho Fiscal em relação ao aumento de capital, conforme ata de reunião realizada em 26 de abril de 2012.

O Preço de emissão de R\$ 0,37/ação, tem como base a cotação média das ações da Companhia, considerando-se os 36 últimos pregões de negociação, aplicando-se um deságio de 15%, nos termos do artigo 170, § 1º, III, da Lei 6.404/76. Em decorrência do aumento de capital, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 43.794.105,18 (quarenta e três milhões, setecentos e noventa e quatro mil, cento e cinco reais e dezoito centavos), dividido em 297.631.213 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

O aumento de capital se dará por meio de integralização de ações, as quais serão colocadas em regime de subscrição privada.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 30% do Lucro Líquido ajustado.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	não há
Outras características relevantes	A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

Não há regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos, de acordo com o Art. 6º.

“A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.”

Quanto à obrigação de realização de oferta pública, o artigo 43 do Estatuto da Companhia determina que o acionista ou grupo de acionistas que atingir, de forma direta ou indireta, Participação Acionária Relevante, deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia.

O parágrafo 1º diz que o edital de oferta pública de aquisição das ações deverá ser publicado em até 45 dias do atingimento de Participação Acionária Relevante, observando, além da legislação e regulamentação vigentes, que o preço da ação a ser praticado na oferta pública de aquisição de ações deverá corresponder ao maior preço pago pelo acionista adquirente nos 12 (doze) meses que antecederem o atingimento de Participação Acionária Relevante, ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária.

A dispensa da oferta pública ocorrerá conforme o parágrafo 2º:

“(i) quando remanescer o mesmo Acionista Controlador que era titular de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia, imediatamente antes do atingimento da Participação Acionária Relevante;
(ii) no caso de atingimento de Participação Acionária Relevante decorrente de aquisições feitas por ocasião da realização de oferta pública de aquisição de ações, em conformidade com a legislação vigente e regulamentação aplicável e que tenha tido por objeto todas as ações de emissão da Companhia e, desde que, pelas quais tenha sido pago preço no mínimo equivalente ao que seria pago na oferta pública de aquisição de ações por atingimento de Participação Acionária Relevante;
(iii) no caso de atingimento involuntário da Participação Acionária Relevante;
(iv) no caso de subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública;
(v) no caso de Alienação de Controle da Companhia, oportunidade em que deverão ser observadas as regras constantes neste estatuto em consonância com o Regulamento do Novo Mercado;
(vi) no caso de atingimento da Participação Acionária Relevante decorrente de operação de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia.”

Conforme o parágrafo 3º do mesmo artigo;

“a assembleia Geral da Companhia poderá deliberar a dispensa de realização de oferta pública de aquisição de ações por atingimento de Participação Acionária Relevante ou alterações em suas características em relação ao previsto neste Estatuto, desde que:

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

- (i) a assembleia geral seja realizada antes da aquisição de Participação Acionária Relevante; e*
- (ii) sejam impedidos ou se abstenham de votar os acionistas ou Grupo de Acionistas que pretendam adquirir Participação Acionária Relevante e, ainda, aqueles acionistas que com eles tenham acordo para alienação de participação.”*

Com relação ao preço, o parágrafo 4º determina que a oferta pública de aquisição de ações referida no artigo 43, o adquirente ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o preço a ser praticado na oferta e anexar documentação que comprove esse valor, bem como a divulgar ao mercado o referido preço e os planos estratégicos em relação à Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

NÃO HÁ.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários**Exercício social 31/12/2011**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.406.188	1,50	1,38	R\$ por Unidade	0,00
31/03/2011	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	23.434.898	2,09	1,66	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	416.014.749	3,70	0,57	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.693.020.802	4,03	0,63	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	238.647.224	7,99	0,48	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2011	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.715.540.708	5,24	0,38	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	22.979.580	0,65	0,41	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2011	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	143.471.479	0,53	0,38	R\$ por Unidade	0,00

Exercício social 31/12/2010

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2010	Ações	Preferencial	PNU	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	30.286.124	1,60	1,21	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2010	Ações	Preferencial	PNU	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.657.253	1,62	1,00	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2010	Ações	Preferencial	PNU	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	84.907.547	2,23	1,17	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2010	Ações	Preferencial	PNU	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	35.163.199	2,00	1,36	R\$ por Unidade	0,00

Exercício social 31/12/2009

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2009	Ações	Preferencial	PNU	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.576.188	1,48	0,92	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2009	Ações	Preferencial	PNU	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	19.432.872	1,54	1,10	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2009	Ações	Preferencial	PNU	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.411.794	1,56	1,25	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2009	Ações	Preferencial	PNU	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.547.067	1,44	1,20	R\$ por Unidade	0,00

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	debentures
Data de emissão	31/12/2005
Data de vencimento	15/11/2014
Quantidade	0
Unidade	
Valor total	0,00
Unidade	
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Em março de 2006 foram subscritas 43.000 debêntures através de emissão privada, com amortização em 48 parcelas mensais iguais e sucessivas, com juros de 6% ao ano e sem correção monetária. No final da amortização as debêntures farão jus, a título de remuneração, a um prêmio calculado sobre a economia gerada pela redução das despesas financeiras de capital de giro. Os juros e o prêmio incidentes sobre as debêntures vêm sendo reconhecidos mensalmente pelo regime de competência. O debenturista possui a opção de decidir no final da amortização de receber o prêmio em moeda nacional ou mediante conversão em ações, sendo que na opção pela conversão em ações, o mesmo terá direito a duas vezes o valor do prêmio. O valor da ação para conversão é de R\$ 2,97.</p> <p>Em deliberação da reunião do Conselho de Administração, realizada em 08 de junho de 2009, foi definida a repactuação do valor nominal das debêntures no montante de R\$ 10.235, antecipação de pagamento do prêmio calculados até 31 de maio de 2009, no montante de R\$ 16.656, com acréscimo de juros pré-fixados de 1,6360% ao mês sobre principal e prêmio no montante de R\$ 20.874. A amortização será efetuada em 66 parcelas, com vencimento inicial em 15 de junho de 2009 e término em 15 de novembro de 2014.</p>

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

O Mercado Brasileiro em que os Valores mobiliários são negociáveis é na BM&BOVESPA S/A – Bolsa de Valores, mercadorias e futuros.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Não houve ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos exercícios.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Não há outras informações relevantes referente valores mobiliários emitidos pela Companhia.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui plano de recompra de ações.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria**Exercício social 31/12/2011****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial	Preferencial Classe A		

Movimentação	Quantidade Unidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação Unidade
Quantidade Inicial	8.118	
Quantidade adquirida	108.954	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	117.072	
Relação valores mobiliários em circulação	0%	

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação

26/01/2012

Cargo e/ou função

Os Administradores, os membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária.

Principais características

A comunicação da negociação deva ser comunicada à CVM, à Companhia e, se for o caso, à Bolsa de Valores e ao Mercado de Balcão nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, conforme modelo de formulário que constitui o Anexo III do Manual de Normas sobre Política de Divulgação e Uso de Informações sobre Ato ou Fato relevante e de Negociação de valores Mobiliários, a sua posição acionária indicando a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da companhia e de sociedades controladas ou controladoras, que sejam companhias abertas, de que sejam titulares, seja em nome próprio, seja em nome de Pessoas Ligadas, bem como as alterações nessas posições.

A comunicação à CVM deverá ser efetuada (i) imediatamente após a investidura no cargo e (ii) no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é a pessoa responsável pela execução e acompanhamento das políticas de divulgação e uso de informações.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Todas as informações relacionadas a movimentação de valores mobiliários da Companhia foram atualizadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de janeiro de 2012, e divulgadas ao mercado pelo sistema IPE no site da CVM em 17 de fevereiro de 2012.

O Manual de Normas sobre Política de Divulgação e uso de informações sobre Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários está a disposição no site da Companhia, WWW.mundial.com.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

A Mundial a partir de outubro de 2010 adotou o seu Código de Conduta onde apresenta entre várias informações aos seus funcionários os procedimentos à divulgação de informações.

O presente Código de Conduta está disponível na rede interna de comunicação da empresa e no site em WWW.mundial.com.

É dever de todos os funcionários e prestadores de serviços da Companhia zelar pela imagem institucional, reputação empresarial, marcas e produtos da Mundial S/A, sendo assim:

- ü Nunca dê informações e/ou entrevistas sem estar autorizado pela Diretoria;
- ü Oriente seus fornecedores que eles não estão autorizados a divulgar nenhum projeto sem a autorização da Mundial S/A;
- ü Não fale dos projetos sigilosos da empresa em ambientes públicos (aviões, restaurantes, etc.), pois, não se sabe como está informação será interpretada ou utilizada;
- ü Ao identificar qualquer veiculação incorreta de dados ou notícias que afetem a imagem da Mundial S/A, informe imediatamente seu superior ou a Diretoria.
- ü Utilizar ou repassar à terceiros, sem autorização da Diretoria, informações confidenciais, sejam de propriedade imaterial/intelectual da Mundial SA ou de seus fornecedores e clientes.
- ü Cabem aqui os segredos de indústria, processos, produtos, marcas, fórmulas, tecnologias, "know-how", invenções, aperfeiçoamentos, sistemas eletrônicos, direitos autorais, entre outros, a saber:
- ü Divulgar ou usar inadequadamente informações privilegiadas e/ou relevantes da empresa com o objetivo de obter vantagem pessoal ou em benefício de terceiro;
- ü Divulgar informações não oficiais (boatos) de qualquer espécie;
- ü Deixar documentos confidenciais expostos à visão geral em mesas, aparelhos de fax ou copiadoras;
- ü Fazer palestras, seminários ou trabalhos acadêmicos sobre processos e negócios da Mundial SA sem autorização do seu superior imediato e Diretoria da área;
- ü Havendo necessidade de uso das logomarcas da Mundial SA em materiais de alta visibilidade, contate seu superior imediato e o Departamento de Marketing da Mundial S/A.
- ü Além do acima exposto, devem ser observados, quanto à segurança das informações da Mundial SA, os procedimentos estabelecidos no PA0031 - Segurança da Informação.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

A política de divulgação de ato ou fato relevante, os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e a política de negociação de valores mobiliários adotada pela Companhia foram atualizadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de janeiro de 2012, e divulgadas ao mercado pelo sistema IPE no site da CVM em 17 de fevereiro de 2012.

Seguindo elevados padrões de conduta e transparência, o Manual e Política de divulgação de ato ou fato relevante, deverá ser necessariamente observado por administradores, acionistas controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes de órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária da companhia, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante sobre a Companhia, a fim de adequar a política interna da Companhia ao princípio da transparência e às boas práticas de conduta no uso e divulgação de Informações Relevantes e na negociação de valores mobiliários da Companhia.

O Manual de Normas sobre Política de Divulgação e uso de informações sobre Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários está a disposição no site da Companhia, WWW.mundial.com.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

O Diretor de Relações com Investidores juntamente com o Diretor Administrativo são os responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Não existem outras informações relevantes.